Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 55.º/18 987 4$00

QUARTA-FEIRA 25 FEVEREIRO 1976

Comissão das Eleições apreensiva com a violência

A Comissão Nacional de Eleições reuniu ontem e emitiu um comunicado pronunciando-se acerca da violência que vem a perturbar algumas sessões de propaganda política partidária. É a segunda vez num espaço de oito dias que a C. N. E. toma posição pública perante a questão: a primeira foi no passado dia 16, a pretexto da vaga de terrorismo de que vinha resultando a destruição de instalações de partidos políticos. Desta feita é a interferência da violência nas sessões e nos comícios. «Não é sem apreensão que esta comissão tem tomado conhecimento de tentativas, por parte de grupos assistentes procurando interromper ou mesmo impedir a realização de tais sessões e comícios» — diz o comunicado.

«O facto, além de lamentável, pelo que revela de falta de maturidade política e de educação cívica por parte de uns tantos, atenta contra as liberdades fundamentais da expressão de pensamento e de reunião» — condena a C. N. E. E considera não só que «tais desrespeitos à liberdade dos cidadãos não podem partir de elementos responsáveis de qualquer partido ou organização política, mas apenas de indivíduos despolitizados que se deixam levar por cegos instintos primários» mas ainda que «nenhum partido político que é consciente das suas responsabilidades aprova ou sequer aconselha e muito menos instiga, a prática de tais actos». «Por isso — diz — não tem dúvida de a todos eles, sem distinção dirigir um solene apelo para que, colaborando com os propósitos desta comissão, condenem publicamente a prática de tais actos, e ainda dêem formais inequívocas instruções aos seus filiados e simpatizantes, para que, nas suas localidades de residência e de trabalho, junto de amigos, conhecidos e vizinhos e companheiros, os esclareçam a que se abstenham em quaisquer sessões de esclarecimento ou comícios a que assistam, de atitudes que atentem contra o livre exercício do direito de reunião e expressão de pensamento, não praticando qualquer acto que possa conduzir ao estabelecimento de perturbações da ordem, origine possíveis confrontações físicas, ou vise impedir a realização de qualquer sessão de esclarecimento ou comício, observando-se assim as regras de convivência política e de respeito mútuo, indispensáveis à manutenção da dignidade e tranquilidade de todo o acto público e à segurança de todos os cidadãos.»

TERMINOU O RECENSEAMENTO

Entretanto, ontem foi o último dia de recenseamento e as respectivas comissões tiveram uma jornada de trabalho que se prolongou noite dentro. Motivo: excessiva afluência de re-recenseandos, que guardaram o seu recenseamento para o último dia.

O prazo para o novo recenseamento dos eleitores que entretanto mudaram de residência está em vigor até ao próximo dia 1 de Março.

PACTO M.F.A.-PARTIDOS

P.P.D. PROVOCA NOVO IMPASSE À ULTIMA HORA

Dificuldades levantadas à última hora pelo P. P. D. atrasaram mais uma vez a assinatura do Pacto M. F. A.-Partidos e forçaram nova reunião de dirigentes seus com um elemento da comissão do C. R. neste caso Melo Antunes, ao fim da manhã no Palácio das Necessidades. Não está posta de parte, porém, a hipótese de o documento ser formalizado ainda hoje.

O encontro P. P. D.-Melo Antunes, cuja realização contraria anteriores declarações da cúpula do Partido, mobilizou por parte destes três dirigentes: Barbosa de Melo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra e deputado à Constituinte; Rui Machete, ministro dos Assuntos Sociais; e Ferreira Júnior, igualmente deputado. Entretanto o Secretariado do P. P. D. fez uma sessão de trabalho até às primeiras horas da madrugada. Diria um porta-voz, pouco depois que o seu Partido só assinará o Pacto mediante três condições:

«Serem eliminadas algumas objecções que temos em relação ao texto do preâmbulo que não foi objecto das conversações, e que só ontem às 18 horas conhecemos;»

«Ser considerada uma proposta de alteração relativamente a um artigo do texto cuja redacção só ontem conhecemos e que não nos parece corresponder às conversações;»

«Ser por nós conhecido o calendário eleitoral, e que este corresponda à proposta que oportunamente o P. P. D. tornou pública.»

Recorda-se que este terceiro ponto é o da exigência de simultaneidade das eleições legislativas e presidenciais, autêntico «cavalo de batalha» para Sá Carneiro e seus pares. O P. P. D. chegaria a admitir que, na impossibilidade de ambas as eleições se fazerem ao mesmo tempo, deveriam pelo menos ser próximas no tempo. Dois oú três meses de intervalo segundo o citado porta-voz, não são «datas próximas».

Se do encontro com Melo Antunes não resultar nada de positivo, o P. P. D. pura e simplesmente não assinará o Pacto (e se a assinatura fosse hoje Sá Carneiro não iria a Belém: saiu mais uma vez do País). Para nos servirmos de afirmações da cúpula pêpêdista, só o Conselho Nacional decidiria em definitivo nesta circunstância. Conselho que está convocado para o próximo dia 27, às 15 horas, mas que pode ser antecipado de 24 horas.

Entretanto o C. D. S. que assinou o Pacto I e foi agora envolvido nas negociações para o Pacto II, considera «inaceitável» o preâmbulo da nova redacção. Igualmente a sua cúpula do C. D. S. teria tido uma reunião de trabalho durante a noite. De concreto sabe-se que Freitas do Amaral e Amaro da Costa solicitaram a Melo Antunes uma audiência.

DOCAPESCA: um negócio que "sobreviveu" a Tenreiro

Págs. 12 e 13

A Polícia do Exército, sucessora da Polícia Militar, desfilou ontem perante o brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, que esteve de visita ao seu aquartelamento da Ajuda. O oficial-general aproveitou a oportunidade para uma alocução de incidência política afirmando nomeadamente que «temos de estar atentos aos próximos tempos» (Pág. 5)

Iminência de golpe na Argentina

BUENOS AIRES, 25 — (ANOP e R) — A Argentina esta na eminência de um golpe de Estado se a presidente Maria Estela Perón não for demitida até hoje, segundo afirmou ontem no Congresso o chefe da oposição, Ricardo Balbin.

Durante uma reunião efectuada no Congresso e à qual assistiu a presidente, alguns políticos tentaram levar a viúva de Perón a «rectificar o rumo do Governo».

Ao pedido de reorganizar o Governo, contestou a senhora Perón que este é «o melhor» de quantos teve até agora e que não admitia mais reclamações para o destituir.

Adversários da presidente no Parlamento concentram hoje todas as suas forças para um ataque frontal destinado a conseguir que a chefe de Estado seja declarada incapaz de governar.

E dirigentes sindicais, até há pouco a espinha dorsal do movimento peronista, planeiam greves para tentar obrigá-la a abandonar o alto cargo — disseram fontes bem informadas.

Os comandantes das Forças Armadas, que se sabe considerarem corrupto e ineficiente o Governo da senhora Perón, mantêm-se silenciosos. Contudo, anunciou-se de fonte digna de crédito que completaram, já em Outubro, os detalhes tácticos de um golpe de Estado.

A despeito da pressão de alguns oficiais — notou uma fonte — os comandantes aguardarão até à última oportunidade de solução legal da situação se ter esgotado ou até o país «cair como uma maçã podre».

Uma decisão inesperada do Governo, ontem à noite, de convocar nomeadamente o Congresso em sessão especial, contrariando a resolução anterior que suspendia efectivamente as duas Câmaras até 1 de Maio, pouca diferença fazia, na opinião de observadores.

24 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

ESTA IMPRENSA

Diz o ministro Almeida Santos: «O projecto não pretende reprimir, nem dividir ou intimidar ninguém. Limita-se a enfrentar situações de facto a que, nem o povo, nem o Governo, podem manter-se indiferentes». Certo. Depois vem o tado corrido dos 50 000 contos mensais que a Imprensa custa ao Estado. E explicam-nos que 600 000 contos anuais totalizam, de cinco em cinco anos, o custo de uma ponte sobre o Tejo. Um horror! Um dinheirão!

Mas — pasmem os mortais — deste caos de desesperança, deste abismo financeiro, surjem novos jornais. Os semanários como os cogumelos, depois dos «sérios» os «humorísticos» e os diários da manhã e da tarde tanto mais procurados como suportes publicitários quanto mais à «direita» se situam.

Não vivem os jornais só da venda. Os «técnicos» e os «conselheiros» que assistem ao ministro da Comunicação Social não lho deixarão de ter dito. A crise da Imprensa não tem mistério, e não há «pluralismo» que lhe valha. O programa — dos adversários do «novo curso» — é claro: asfixiar a Imprensa estatizada, opor-lhe uma Imprensa libérrima. Livre, de financiamento privado, e orientada à «direita», quando não se apresenta provocatoriamente reaccionária. A publicidade privada, nacional e estrangeira, dá preferência a essa Imprensa livre e reaccionária. E, para adensar o mistério, há publicidade não-privada, que também, a favorece. Suprimida a Imprensa apoiada pelo Estado e consentindo que se aperte o cerco, é a própria Revolução que estaremos enterrando para poupar «pontes sobre o Tejo». Um argumento de peso, sem dúvida. Mas um argumento que não está à altura da inteligência ágil do dr. Almeida Santos.

UMA DECISÃO DIFÍCIL

Sabe-se, por confidência ou por inconfidência, que a histórica e contestada decisão do reconhecimento da República Popular de Angola, assumida e proclamada pelo Presidente da República, teria sido aprovada por «unanimidade» no Conselho da Revolução e por «maioria» no Conselho de Ministros. Esta decisão deveria ser objecto de um esclarecimento público. Os cidadãos deverão ter uma idéia exacta das dificuldades que se verificaram para atingir a «unanimidade» no Conselho da Revolução e como se distribuiram os votos no Conselho de Ministros.

JAIME GAMA E O «SEPARATISMO»

Esta manhã, «O Diário», regista a seguinte declaração do dirigente socialista Jaime Gama, natural dos Açores e pelas Ilhas deputado à Assembleia Constituinte: «Apraz-me registar que o Conselho de Ministros, por unanimidade, entendeu que o documento não era merecedor de ser apreciado na reunião de hoje com a urgência que os sectores interessados pretendiam invocar». Referia-se, Jaime Gama, a um estatuto referente à autonomia político-administrativa dos Açores, elaborado por uma comissão técnico-jurídica e o qual teria sido patrocinado, junto do Conselho da Revolução, pelo general Altino de Magalhães.

Na opinião do dirigente socialista, deverá ser considerado «bastante sintomático que no preâmbulo desse documento se faça o elogio rasgado dos *benefícios* do movimento separatista». Jaime Gama afirma que se está perante uma «manobra antidemocrática feita com o objectivo de pôr em causa a unidade nacional e as legítimas aspirações de autonomia regional por parte da população dos Açores».

O «Diário de Lisboa» denunciou já o carácter antinacional damanobra «separatista». O «documento» e a «foto» que ontem publicámos corroboram a necessidade de urgentes medidas de democratização dos Açores e de defesa das populações do Arquipélago que estão à mercê da voracidade estrangeira e da reacção local.

DIVISÃO ELEITORAL DA ESQUERDA

Ao mesmo tempo que, na conferência de Imprensa promovida há dias, a U.D.P. anunciou a próxima realização de um congresso que terá como finalidade aprovar o programa, discutir alterações dos estatutos e tomar resoluções adequadas ao momento político, proclamou, igualmente a decisão de não constituir, com o M.E.S. e o P.R.P., uma «frente eleitoral» mas por outro lado, membros da comissão organizadora do congresso da U.D.P. afirmaram a intenção de concorrerem às eleições em todos os círculos eleitorais e de acolher, nas listas U.D.P., candidatos independentes que estivessem de acordo com uma linha política de «democracia popular».

Como o M.R.P.P. se propõe, igualmente, concorrer às eleições em todos os círculos eleitorais, e sem negociar quaisquer alianças resta-nos conhecer a atitude da organização remanescente da L.U.A.R. e do núcleo subsistente da F. S. P., para termos uma perfeita idéia da desalinhada divisão da «esquerda» no próximo acto eleitoral. Dir-se-á que se trata da «extrema-esquerda», mas, na realidade, o quadro em toda a esquerda, aprovado com anunciada decisão do M.D.P.-C.D.E. de se reconverter em «movimento», não se mostra favorável a uma perspectiva unitária. Nos bastidores realizam-se aproximações e sondagens com vista a inclusão de «independentes» em listas partidárias. Também estas diligências comprometem o perfil político de uma «esquerda revolucionária» e não melhoram a imagem pública de um «socialismo independente».

Decidido em S. Bento

Comissão de Reestruturação para o Grupo C.U.F.

O Conselho de Ministros, ontem reunido em S. Bento, tomou decisões que vão desde o aceleramento dos processos por delito de Imprensa à nomeação de uma comissão de reestruturação do Grupo C. U. F., e à tomada de medidas, no sector do Ensino, que equiparam a bacharéis os diplomados pelos Institutos Comerciais, convertidos em Escolas Superiores.

Alterações introduzidas no Código da Estrada, nomeações e decisões que respeitam a empresas nacionalizadas ou com intervenção estatal, e fixação de regras da política de crédito à habitação, são outras das propostas ontem aprovadas.

A última decisão tomada em S. Bento foi a de que na terça-feira de Carnaval, haja tolerância de ponto nos serviços públicos.

O comunicado emitido após a reunião tem o seguinte teor:

«1. O Conselho de Ministros aprovou um projecto de diploma dos Ministérios da Justiça e da Comunicação Social que, na sequência de directivas recebidas do Conselho, e recentemente anunciadas, assegura celeridade processual aos processos por delitos de Imprensa.

As normas aprovadas adequam as regras processuais previstas no Decreto-Lei N.º 85-C-75, de 26 de Fevereiro à recente reforma do Código de Processo Penal, e contribuem para obstar aos expedientes dilatórios a que mais frequentemente se faz apelo.

O diploma, por outro lado, amplia alguns prazos em relação aos quais a experiência demonstrou ser difícil o seu cumprimento.

2. O Conselho de Ministros aprovou o seguinte em matéria de preço da cerveja: a) O preço ao produtor será fixado pelo Ministério da Industria e Tecnologia; b) as margens de comercialização serão fixadas pelos Ministérios do Comércio Interno e da Indústria e Tecnologia. Ouvidos os Ministérios interessados, esses preços e margens serão fixados com a máxima urgência.

3. Um projecto de diploma do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, prorroga o prazo previsto no Artigo 4.º do Decreto-Lei N.º 650/75, de 18 de Novembro que é prorrogado até 31 de Julho de 1976.»

ENSINO SECUNDÁRIO

«4. Um diploma dos Ministérios da Administração Interna, das Finanças e da Educação e Investigação Científica determina nova data-limite para a abertura dos concursos para provimento de professores efectivos do Ensino Secundário, dando-se satisfação aos justos anseios dos docentes, na expectativa de efectivação ou de transferência para novo estabelecimento de ensino.

O diploma estabelece que sejam publicados até 25 de Março: a) O aviso de abertura de concurso para o provimento de lugares dos quadros docentes do ensino liceal que, nos termos do Artigo 92 do Decreto-Lei N.º 36508, de 17 de Setembro de 1947, usa a redacção dada pelo Decreto-Lei N.º 41.280, de 20 de Setembro de 1957, e deveria ter sido inserto no Diário do Governo nos primeiros cinco dias de Novembro de 1975; b) o aviso de abertura de concurso para provimento de lugares dos quadros docentes das escolas técnicas que, nos termos do Artigo 185 do Decreto N.º 37.029, de 25 de Agosto de 1948 e do Artigo 1.º do Decreto N.º 28/70, de 15 de Janeiro, deveria ter sido publicado nos primeiros cinco dias de Dezembro de 1975.

O provimento dos respectivos lugares pode ser requerido dentro do prazo de quinze dias a contar da data da publicação dos correspondentes avisos.

A referência constante do Artigo 1.º do Decreto-Lei N.º 581/75 de 11 de Outubro, à data de 31-12-975, considera-se feita a 29-2-76.

O disposto no n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei N.º 294-6-75, de 18 de Junho não é aplicável aos indivíduos que, à data da abertura dos correspondentes concursos, já tenham prestado dez anos de bom serviço.»

BACHARELATO NOS INSTITUTOS COMERCIAIS

«5. Na sequência do Decreto-Lei N.º 513/75, de 26 de Junho, que equiparou a bacharéis os diplomados pelos Institutos Comerciais e instituiu nestas escolas um regime transitório, um diploma emanado do M. E. I. C. e aprovado em Conselho, vem converter esses institutos em escolas superiores, que passarão a designar-se por institutos superiores de contabilidade e administração, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e pedagógica, habilitadas a conferir graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento.

Pretende-se com estas escolas criar e desenvolver um instrumento de ensino que cubra a formação de técnicos do campo da administração de empresas, sobretudo as estizadas, mediante ministração de conhecimentos de índole essencialmente prática, conforme as necessidades nacionais.

O diploma prevê a constituição duma comissão consultiva permanente de âmbito nacional que estudará os problemas do sector e da qual farão parte representantes das Secretarias de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, representantes dos diversos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração e de Associações Profissionais relacionadas com os cursos de base ministrados nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração e por estes Institutos designados.

Regulamenta ainda o acesso aos novos Institutos de docentes, discentes e pessoal administrativo e auxiliar e a forma como se estrutura a concessão de graus universitários aos alunos inscritos, devendo organizar-se imediatamente o ensino do bacharelato, por especialidade, e com a duração mínima de 3 anos.»

NOMEAÇÕES

«6. O Conselho deliberou, sob proposta do Ministério da Indústria e Tecnologia nomear para presidente da comissão administrativa da «Fundição e Construção Mecânicas, S. A. R. L.» o lic. Acácio Manuel Pereira Magro.

7. É para administrador por parte do Estado na empresa Feruni — Sociedade de Fundição S. A. R. L., o eng.º Mário João Caldeira de Oliveira Pereira, sob proposta do mesmo Ministério.

8. Um projecto de dec.-lei emanado do mesmo Ministério e do Ministério das Finanças altera o Art.º 12 do Dec.-Lei N.º 561/75, de 2 de Outubro, determinando que por despacho do Primeiro-Ministro sob proposta dos ministros das Finanças e Indústria e Tecnologia, seja nomeada uma comissão de reestruturação do grupo C. U. F., encarregada de, no prazo de três meses, estudar a constituição desse grupo, participações financeiras e cruzamentos de controlo, propor a integração dos sectores básicos da sua actividade, quer no Estado, quer em empresas públicas, já existentes ou a constituir, e a eventual reestruturação das restantes actividades em possíveis empresas autónomas com viabilidade económica própria.

9. Um projecto de dec.-lei emanado do Ministério das Finanças, dá nova redacção ao artigo 65 do Dec.-Lei N.º 42641, de 12 de Novembro de 1959, autorizando o ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal, mediante despacho, e quando as circunstâncias o justifiquem, a conceder crédito de montante superior aos limites estabelecidos naquele diploma. Poderá ainda o ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal, quando as circunstâncias o justifiquem, autorizar qualquer Banco comercial a exceder os limites para as participações em capital de sociedades e para a aquisição de obrigações não garantidas pelo Estado, fixadas no Art.º 38 do mesmo diploma».

AEROPORTOS E AERÓDROMOS

«10. Um projecto de dec.-lei emanado do Ministério dos Transportes e Comunicações determina que a ocupação de terrenos, edificações e outras instalações, bem como o exercício de qualquer actividade comercial ou industrial nos aeroportos e aeródromos sob jurisdição da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil carecem de licença do secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, obtida através do aeroporto ou aeródromo respectivo.

As licenças que serão concedidas por prazo não superior a 5 anos, prorrogável, podendo elevar-se até 20 anos, quando for autorizada a construção de edifícios nos terrenos ocupados, bem como a utilização dos aeroportos e aerodrómos e respectivas instalações e serviços, dão origem ao pagamento de taxas, devidamente autorizadas pelo secretário de Estado referido.

11. Um outro projecto de dec.-lei emanado do mesmo Ministério define e regulamenta a aplicação e cobrança das taxas aeroportuárias, previstas no projecto acabado de referir.

As taxas estabelecidas em portaria conjunta dos secretários de Estado dos Transportes e Comunicações e do Orçamento, que serão cobradas mensal e adiantadamente, se devidas pela ocupação de terrenos, edificações ou outras instalações, ou pagas antes da partida das aeronaves, quando devidas pela utilização dos aeroportos ou aeródromos e dos respectivos meios de serviço, se outros regimes especiais de cobrança não forem adoptados, serão as seguintes: de tráfego, de aterragem, de descolagem, de estacionamento, de abrigo, de passageiros, de utilização, de serviços de equipamento, de artigos de consumo, de exploração, de assistência a aeronaves, de actividades dependentes de concurso, de ocupação, de parques de estacionamento, de utilização de áreas privativas, de implantação de edificações ou instalações, de depósito de bagagem e outras. O diploma define as condições em que estas taxas são devidas, casos de isenção ou redução do seu valor e forma da sua avaliação, precisando também alguns dos conceitos utilizados tais como tráfego de passageiros, carga e correio, classificação de voos, áreas, serviços ou actividades em aeroportos ou aeródromos.»

ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRADA

«12. — Um outro projecto de dec. lei emanado do mesmo Ministério altera os artigos 58, 61 e 64 do Código da Estrada, matéria respeitante à identificação dos infractores, ao levantamento dos autos de notícia, à aparelhagem utilizada na fiscalização de trânsito e aos fundamentos da inibição de conduzir.

Serão, em princípio, responsáveis pelas contravenções do disposto no citado Código os proprietários ou usufrutuários dos veículos, quando se trate de infracções às disposições que condicionam a admissão destes ao trânsito nas vias públicas, e aos condutores, quando se trate de infracções às regras e sinais de trânsito.

Quando estes últimos não puderem ser identificados, deverá o proprietário, sob pena de multa igual ao montante da infracção e apreensão do veículo, proceder à sua identificação.

Consagrou-se a extensão da inibição de conduzir ao condutor que não cumprir a obrigação de parar imposta pela luz vermelha da regulamentação do trânsito ou pelos sinais de paragem dos agentes reguladores do trânsito.

Além disso, o novo diploma atribui presunção legal à certeza dos resultados produzidos, aos elementos apurados através de aparelhagem utilizada pelas autoridades da detecção de infracções, desde que devidamente autorizada pela Direcção-Geral de Viação.

13 — Um outro diploma dos Ministérios dos Transportes e Comunicações e da Educacão

Continua na pág. 4

post scriptum

Propaganda de privada

No tempo da «outra senhora» — figura de estilo que se usa par significar «no tempo do Salazar» — as paredes das retretes dos cafés eram o único local onde a malta podia extravasar, sem medo, a sua cólera contra o regime fascista. Impossibilitadas de o poder fazer às escâncaras, as pessoas aproveitavam a protectora intimidade que lhes oferecia a casa de banho para aí fazerem a sua propaganda política, e mais do que isso: para se libertarem daquela raiva surda que as corroía de verem (e terem de engolir em seco...) toda a sorte de injustiças que proliferavam por esse país fora, sem que se pudesse abrir a boca para as denunciar. Às vezes utilizava-se uma linguagem bastante suja, mas isso, enfim, condizia com o local onde essa linguagem era usada.

Hoje, a «propaganda de retrete» continua, só que os papéis se inverteram: as pessoas que noutro tempo tinham toda a liberdade para através dos órgãos de informação, vomitarem diariamente toda a segregação fidagal que a sua glândula produzia, hoje têm de fazê-lo, discretamente, no silêncio das retretes. E o que se conclui de algumas siglas — como ELP e MDLP — que começam a aparecer escritas no interior das casas de banho dos cafés.

Luís Rocha — Vila Franca de Xira

Quem divide os trabalhadores?

Ao longo dos anos, têm sido os trabalhadores a pôr em evidência toda a política portuguesa, devido à exploração de que sempre foram vítimas. Foi através dos trabalhadores que o capitalismo criou raizes neste país, quer na instabilidade dos salários, como nas precárias condições em que eram forçados a viver. A eficácia do fascismo consistia em toda a repressão existente aos trabalhadores e respectivas associações sociais. Foram eles o sustentáculo do colonialismo, perante uma imposição de servir a Pátria, em que outros se serviam das suas vidas, para defesa de interesses pessoais. Tem sido, e será através dos trabalhadores, que os diversos interesses se tentam alcançar. A própria história revela-nos como o homem tem sido um instrumento, na construção da sociedade, mas através dele também se procura destruir a sua condição humana e a própria natureza.

A revolução portuguesa teve os seus momentos mais significativos, devido às tomadas dos trabalhadores. Quer na travagem do capitalismo, na recondução da Reforma Agrária, como no controlo operário e da Previdência. Têm sido os trabalhadores os verdadeirros impulsionadores da via para o socialismo. A aliança entre operários e camponeses, soldados e marinheiros, e uma unificação entre as principais forças progressistas, MFA, veio trazer, após o 25 de Abril, a realidade de toda uma luta antifascista, de que foram vítimas as classes mais desfavorecidas deste País. Esta conjugação de forças, entre o povo trabalhador e militares, era um incentivo para uma luta árdua e cheia de obstáculos a vencer. Mas quando se fala em militares, terá que se ver neles o seu conservadorismo e o progressismo, inserido nas classes trabalhadoras. Neste sentido devemos ser realistas e concisos, pois foram os próprios trabalhadores a dividir os militares, escolhendo aqueles que serviam a sua causa. Será aqui, que terá de ser analisada as perspectivas, que impulsionaram os militares no caminho da verdadeira revolução. Não seria o seu programa algo incerto, e a direita existente no seu seio que, ao tentar impugnar a revolução, tem encontrado a decisão e pertinácia dos trabalhadores, barrando o caminho do golpismo.

Actualmente, são os próprios trabalhadores que se defendem da demagogia de certos militares, e do reaccionarismo de alguns políticos. As massas trabalhadoras deste País já deram provas donde vêm, para onde vão, e o que pretendem. A finalidade a alcançar será o o socialismo, mas não em trinta anos; a democracia, mas não dividindo os trabalhadores; a união dos trabalhadores perante qualquer ideologia. Será assim que se formará a verdadeira sociedade. Por outro lado, chegou a altura de se perguntar aos governantes deste País: quem defende actualmente os trabalhadores? Quem consente na recondução do capitalismo? Quem autoriza o regresso dos patrões fascistas? Só os trabalhadores verdadeiramente unidos, coesos e firmes nos seus objectivos, conseguirão, de uma vez para sempre, vencer os seus inimigos, reconduzindo a revolução portuguesa aos quartéis, às fábricas, aos campos.

Horário da Cruz Caliço — Damaia

Para larga reflexão dos reformados

Liderada por uma pretensa associação de reformados, que pretende ser reconhecida pelo Ministério do Trabalho através de um estatuto sindical!!, está em desenvolvimento no País uma campanha tendente a levar os reformados à não-intervenção nas proximas eleições.

Sendo demasiada ingenuidade considerar que tal abstenção possa constituir situação de força reivindicativa, parece que algo de grave se passa por detrás desta campanha, que centralizada e liderada por forças bastante nebulosas, tenta negociar a consciência dos reformados neutralizando largos milhares de votos que, oriundos dos trabalhadores, que mais explorados foram e logicamente destinados, à opção da sua classe, deixarão assim campo mais aberto às manobras eleitoralistas daqueles que pretendem voltar de novo às alavancas da exploração.

Parece-nos matéria para larga reflexão dos reformados em causa e talvez até nem só, como soe dizer-se ultimamente.

Fernando Rodrigues — LISBOA

O MEU RELATÓRIO SOBRE O CRIMINOSO

ISABEL DA NÓBREGA

Está na minha frente. Deitado, de tronco nu, o lençol pela cintura. Fita-me. Debruço-me, um pouco. Olhamo-nos longamente sem falar. Mesmo depois nenhuma palavra me dirá, e eu nada lhe perguntarei.

Olhamo-nos, longamente, brevemente, antes de se aproximarem os outros. A imagem chega-me ao cérebro através do código habitual, abreviado, que às vezes refere flor, («como uma flor»), outras fruto («como um fruto»), outras sol, ave, pedra, ramo, planta, oboé, e outras vezes é um bisel, apenas, do reflexo facetado, ruptura, estilhaço de ferida ou de pavor.

A imagem colhida agora é um rosto. Não acrescento para comigo «como uma flor» (como uma ave, fruto). Não, é mesmo um rosto, muito delicado, nítido, belo. A mancha escura e áspera do cabelo rapado dá a ver um crânio redondo, perfeito. Testa larga. Nariz pequeno. Boca recortada e firme. O azul dos olhos grandes reduzido a um aro pela invasão da pupila — talvez por efeito de alguma droga.

Mas rosto bem acordado num corpo imóvel. A espaços, imperceptivelmente, cabeça e corpo estremecem. Não é um crispar, apenas brevíssima palpitação ocorrida na distância da alma, que por isso chega à superfície já amortecida.

Ressoam passos. Vozes. Afasto-me, dou lugar a quem chega. Os pais de António.

Entorna-se o azul dos olhos da mãe, que explica os dele, crispa-se-lhe, a ela sim, a pele dourada e rosa. Vencido o esgar não se lhe apagam os vincos no rosto cheio. Lança o corpo farto sobre a cama, e beija o filho, inabilmente, como quem não está habituada a beijar. Faz uma pergunta, mas o rapaz não responde. E o pai agora que se debruça do lado oposto, onde o corpo jaz mais próximo da borda.

Parece sereno, e até ao fim da visita manterá um grande domínio, mas *eu vi* como podem uns olhos e um rosto inteiro escurecer, descer aquela núvem de repente, e a sombra dela enfiar-se assim pela cabeça de um homem.

O pai do António é magro, tem o nariz fino e correcto que legou ao filho, o cabelo com farripa asa de corvo, e a boca mais desdentada que a idade faria prever.

Repete a pergunta da mulher: «Almoçaste?» António acena com as pestanas e o queixo. «Comeste o quê?», e baixa-se todo, de ouvido colado à boca do filho. Um sopro inaudível para nós: «sopa». Não pode comer mais nada. De todas as vezes o pai colherá de perto a resposta, quase só articulada, que nos transmite depois.

António (já decorreu uma semana! e não foi fácil encontrá-lo...) mexe ligeiramente os pés para nós vermos. Das pernas ficamos sem saber. Por ora.

Aproximavam-se visitas estranhas. Nessa pequena enfermaria de oito camas — secção de traumatizados — acabam irresistivelmente todas por vir ali àquele canto roubando aos seus doentes minutos da escassa meia hora permitida, porque, enfim, o que se passara com António também trazia a marca do horror, mas além disso suscita cólera, assombro, indignação. Todos se sentem empenhados, *aquilo* diz-nos respeito a todos.

FICHA

Nome: António. Idade: oito anos. Filiação: ao pai chamemos-lhe José. Profissão do pai: moço de fretes na Ribeira. (Considera não ganhar mal mas não tem abono de família). Nome da mãe: chamemos-lhe Maria. Profissão: doméstica mãe de cinco filhos em bairro de lata. O mais velho tem doze anos, o mais novo, dois. Ajuda voluntária e regularmente o marido: às quatro da manhã já ambos estão na Ribeira. Ela volta às dez para o Cacém e trata da lida da casa (cozinhar, cozinhar, limpar, limpar, lavar, lavar), ele volta mais tarde. Os filhos ajudam muito aos recados. Os dois mais velhos entraram tarde para a escola. — Porquê? — Não havia vaga.

DOIS MENINOS DEBAIXO DE UM LARANJAL

— Não, nunca lhe faltou de comer, até tenho umas galinhas, ovos, e nenhum dos meus filhos é vagabundo; vão a um mandado sempre de boa vontade, somos todos amigos, não foi ideia dele, senhora, foi um outro rapazinho, eu conto. (António ouve, com uma expressão muito grave. Poderás tornar a sorrir, ou a rir, numa qualquer manhã adiante, no teu bairro das barracas? A inteligência vem-lhe à tona do olhar. À tona do olhar da mãe vêm as lágrimas. O pai pousou os dedos gretados no braço nu do filho, e escuta também). Foi um outro rapazinho, filho de uma senhora preta, que também tem cinco filhos, mas não tem marido, que a deixou. A mulher trabalha, mas sem ajuda tudo é pouco para tanta boca e às vezes passam fome. Já lhes tenho dado hortaliças e um franguito. O tal rapaz queria laranjas, que nunca comia, e convenceu o meu a ajudá-lo, talvez para tomar conta enquanto ele as tirava. Não era uma mercearia, é uma espécie de café que também vende frutas. O meu não apareceu para jantar.

Fomos à procura dele e não o achámos. Depois de comermos deitámo-nos e mandei o mais velho ver se o descobria nos matraquilhos ou na televisão do tal café. Mas nunca foi costume Diz o meu marido: «Mulher, então nós deitamo-nos e mandamos o rapaz à procura do irmão?» Digo eu: «Estou tão cansada, doem-me tanto as pernas, precisava dormir umas horinhas, ele dá conta do António que não pode estar longe». — Ora, fomos acordados aos gritos dele, «que tinham dado uns tiros, uns tiros...»

«VAIS MORRER!»

O pai do António continua o relato. — Está aqui esta fotografia. Veja. O café é este. Olhe a seta: os rapazes ao serem descobertos junto da pilha das laranjas, fogem. O dono do café persegue-os *durante quarenta e cinco metros* — até à porta deste prédio por onde eles se enfiam. Dá um primeiro tiro através do vidro tentando atingi-los. O buraco é bem visível. Também fotografámos. E dentro estava uma senhora com uma criança ao colo que podia ter morrido, e que será testemunha. Quando no dia seguinte o homem se apresentou no café o povo ia-o linchando. E não o deixa lá ir, só admite a mulher dele.

Bem, o pretinho foge escada acima, o meu é agarrado pelo homem, que o arrasta cá para fora por uma perna. Põe-no de pé, segura-o por um ombro, encosta-lhe a pistola à cabeça e grita-lhe: «Vais morrer!». E dispara.

Duas costuras na cabeça de António.

A bala entrou por um lado e saíu, ou foi-lhe retirada na operação, por outro. Parecem ter bom aspecto. Voltarei daqui a uns dias. E depois perco-o de vista, não é o que lhes costuma acontecer?

. Claro, era em nome do António, já antes de o conhecer, muitos, muitos, anos antes que sempre que assinava um certo tipo de papeis ia a um certo tipo de reuniões, integrava certo tipo de comissões, etc., era em nome dele, claro está, que reivindicava direito à instrução, direito à educação, direito à saúde, direito à habitação, sem obrazinhas de caridade, sem a casinha arranjada *a um*, sem a cama de hospital arranjada *a outro*, sem o lugar no asilo como um «privilégio»... O varrer das velhas estruturas e o estabelecimento de um sistema que a todos garantisse oportunidade igual.

E se o leitor *blasé* murmurar que lhe cheira aqui a demagogia, dir-lhe-ei que se a história de António destila demagogia então é porque a vida é que é demagógica...

(Por isso, António, não esqueças, não esqueças *tudo:* cresce em sabedoria e aprende a reivindicar tu o que te é devido).

Oxalá António esqueça trevas e pavor, a voz, o estrondo, a queda no empedrado e a papa de sangue que lá ficou. Esta enfermaria de homens, onde se geme de olhos revirados e de onde se é retirado morto quando foi impossível salvar, não pode ajudá-lo muito, por enquanto.

Mas virão dias claros e manhãs diferentes. A presença do amor dos pais que não sabem

Continua na pág. 4

UM BOM TEMA PARA TRUMAN CAPOTE

GABRIELLE ROLIN

Era uma vez uma jovem americana de nome Ana Eden, que sonhava muito simplesmente ser rica. Começou por tentar o teatro, depois posou para magazines e, por fim, escolheu a solução mais simples e rápida, casando com um tal William Woodward, milionário. Foi então a grande vida, o turbilhão da «café-society», com caviar, «champagne» e diamantes.

Assim passaram dez anos, sem uma núvem. Mas no Outono de 1955, o receio de ser roubada ensombrou bruscamente o humor da dinâmica senhora Woodward, que comunicou aos amigos as suas preocupações, que em breve se tornariam obsessivas. Nenhuma protecção lhe parecia suficiente nem mesmo a presença do marido. Por isso dormia com uma espingarda de caçá à cabeceira.

Uma noite, ao regressar de um jantar onde afirmara uma vez mais que um indivíduo suspeito rondava a sua sumptuosa propriedade, ouviu dentro de casa os furtivos passos de um malfeitor. Digna herdeira de pioneiros, a milionária pegou na arma e fez fogo. Assim morreu o senhor Woodward, que se dirigia à casa de banho. Claro que houve um inquérito. Mas embora a própria Polícia tivesse algumas dúvidas. acerca da natureza do «acidente», um juri conclui, após 30 minutos de deliberação, que a bela Ana não tinha nada a censurar-se, a não ser, talvez, um nervosismo excessivo.

E passaram mais vinte anos durante os quais a alegre viúva deu muito que falar na «jet society». Tudo acabaria com canções se... Mas isso é outra história.

Era uma vez um romancista cuja inspiração estava em **panne**. O seu editor, que o cobrira de ouro para que ele escrevesse as «cenas da vida nova-iorquina», manifestava crescente impaciência. Mas Truman Capote, assim se chamava o romancista em questão, não sabia que dizer. Até que...

Estava ele a almoçar num restaurante de Manhattan com duas amigas da alta sociedade, as senhoras Gloria Vanderbilt e Carol Mattham. Falava-se de novidades e de escândalos e veio à baila a irresistível ascenção da senhora Woodward. À sobremesa, o homem de letras já tinha o seu tema. Só lhe faltava envolvê-lo naquele estilo que a crítica tanto apreciava.

Logo que a obra ficou pronta a revista **Esquire** anunciou a sua intenção de transcrever um bom número de páginas. Como homem prudente que é, Truman Capote mostrou o texto aos advogados da senhora Woodward, que não levantaram a menor objecção. A cliente deles no entanto, tomou um comprimido de cianeto exactamente uma semana antes da saída do magazine. E se as senhoras Vanderbilt e Mattham choraram a sua amiga com um dos olhos, conservaram o outro bem seco para ler o retrato de uma arrivista ambiciosa.

Que moral tirar desta história? Alegrarmo-nos ao ver a arte tomar o lugar da justiça? Mas o «executor literário» parece-nos pessoa pouco indicada para pretender mostrar que o crime não compensa. Talvez ele pense, ao receber os direitos de autor, que «o último a matar mata melhor». Devemos, no entanto, desconfiar, porque o seu exemplo poderá suscitar vocações. Por que razão não iria amanhã, qualquer novo escritor obscuro, escrever o romance de um ilustre confrade de inspiração canibalesca?

. E Truman Capote, desmascarado, só teria um caminho: Suicidar-se engolindo a caneta.

LE MONDE

Nacional

Conselho de Ministros

Continuação da pág. 2

e Investigação Científica altera algumas disposições do Código da Estrada, relativas às cartas de condução e ao formalismo exigido para a admissão ao exame de condução.

O diploma limita a instrução para condução automóvel aos instrutores devidamente habilitados pelas escolas de condução.

Os condutores de tractores agrícolas passam a poder obter licença de condução independentemente de saberem ou não ler e escrever.»

CRÉDITO À HABITAÇÃO

«14 — O Conselho apreciou uma proposta de resolução emanado do Ministério das Finanças em colaboração com o Ministério da Habitação e Urbanismo, respeitante à política de crédito à habitação.

A proposta, além de possibilitar o relançamento da indústria da construção civil, com a consequente criação de novos postos de trabalho, visa permitir uma política mais favorável de financiamento ao comprador, em ordem a proporcionar a muitos agregados familiares a possibilidade de adquirirem a sua própria casa.

Entendeu-se que é elementar princípio da política habitacional o acesso à compra de habitação própria por todas as famílias, independentemente do nível de rendimento, devendo criar-se os instrumentos necessários a uma política antiespeculativa, e possibilitando-se condições de prazo, juro e sinal, favoráveis às famílias de menor rendimento no sector da concessão de crédito, podendo, inclusive, o Estado subsidiar parte dos juros dos financiamentos.

Os princípios agora fixados não excluem especiais medidas de protecção às famílias de menores recursos, porquanto o problema habitacional desses agregados deverá continuar a ser fundamentalmente solucionado através da execução de programas cuja cobertura financeira se encontrará no Orçamento Geral do Estado, beneficiando de expressivos subsídios, quer a fundos perdidos, quer através da atribuição de bonificações superiores às consagradas no presente esquema.

Prazos máximos — entre os limites de 25 e 15 anos, o prazo é função do rendimento por capital anual do agregado familiar, conforme tabela anexa, podendo os empréstimos ter prazos inferiores aos máximos aí previstos por vontade do mutuário.

Juro — entre os limites de 4 por cento e 9 por cento, a taxa de juro anual é função do rendimento «per capita» anual do agregado familiar.

Entrada inicial mínima: o «sinal» mínimo, em percentagem do preço da habitação, varia entre os limites de 5 por cento e 25 por cento, e é igualmente função do rendimento do agregado familiar. A entrada inicial poderá ser maior do que os mínimos resultantes da tabela por vontade do comprador da habitação, ou em razão de ser atingido o montante máximo de 900 contos.

Montante máximo de empréstimo: 900 contos, desde que não exceda o preço da habitação, deduzido o sinal.

Financiamento e amortização: o financiamento é prestado pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito Predial Português ou Montepio Geral, contra 1.ª hipoteca da habitação, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

. a) — O fogo se destine a habitação permanente do interessado e do seu agregado familiar e este não possua habitação própria;

. b) — O preço por metro quadrado — referido à área bruta total da habitação, não seja superior a limite a fixar periodicamente pelos Ministérios da Habitação e Urbanismo e das Finanças;

. c) — Os rendimentos do interessado e do seu agregado familiar sejam cobrados sempre que possível através de uma instituição de crédito, por lançamento em conta de depósitos à ordem;

. d) — O preço da habitação não ultrapasse limites a fixar;

. e) — Estejam satisfeitas as regras gerais de garantia da operação de crédito.

O financiamento será pago em prestações mensais, iguais e sucessivas e englobando a amortização e juros vencidos.

Trata-se de uma resolução de largo alcance no âmbito da habitação, que muito pode contribuir para desenvolver a grave crise do sector.»

OUTRAS DECISÕES

«15 — O Conselho deliberou, sob proposta do ministro do Comércio Interno, nomear uma comissão administrativa para a empresa Luso-Serra, Lda., com a seguinte composição:

Dr. Mário da Rocha Vasconcelos Lopes Moreira; Manuel Antunes Sequeira; Manuel Guilherme; Vítor Simão; um representante do Ministério das Finanças.

Esta comissão deverá propor, no prazo de 15 dias um calendário de pagamento das dívidas da empresa aos produtores, devendo providenciar, pela conclusão, no prazo de 60 dias, do inquérito em curso, que já revelou erros graves de gestão financeira e práticas contabilísticas incorrectas por parte da anterior administração. Deverá ainda apresentar um relatório, no prazo máximo de 90 dias, sobre a situação da empresa, do qual constarão as providências a tomar para pôr termo à intervenção do Estado, efectuada ao abrigo do art.º 1 do Decreto-Lei 660/74.

16 — Um projecto de dec. lei emanado do Ministério da Habitação e Urbanismo, cria, junto deste Ministério, um lugar de auditor jurídico, cujas funções serão desempenhadas por um ajudante de procurador geral da República.

17 — Um projecto de decreto-lei do Ministério do Trabalho estabelece que, em situações especiais de desemprego, possam os ministros das Finanças, do Trabalho e dos Assuntos Sociais, por portaria ou despacho conjunto, criar esquemas especiais de protecção.

Os regimes especiais de subsídio de desemprego que o diploma prevê só poderá ser estabelecido desde que se verifiquem os seguintes pressupostos:

. a) — O estado de necessidade dos grupos de trabalhadores desempregados a subsidiar;

. b) — A impossibilidade de as situações colectivas de desemprego serem abrangidas pelo regime geral do Decreto-Lei n.º 169-D/75, de 31 de Março ou por outros esquemas de protecção no desemprego;

. c) — A urgência em fazer face a tais situações corresponder a imperativos de justiça social.

18 — O Conselho de Ministros nomeou o eng. João José Gago Horta para a comissão administrativa da Empresa de Viação do Algarve e da Empresa Rodoviária de Sotavento do Algarve, sob proposta do Ministério dos Transportes e Comunicações.

19 — Aprovou ainda uma outra proposta do mesmo Ministério nomeando Carlos Alberto Leitão Marques, em substituição de José Manuel do Nascimento Oliveira Covas para a comissão administrativa das empresas do Grupo Sernache.

20 — O Conselho de Ministros determinou que, na Terça-Feira de Carnaval, haja tolerância de ponto nos serviços públicos.»

MANIFESTO DE VINHOS

Os vinicultores da área da Junta Nacional do Vinho deverão manifestar obrigatoriamente, até ao próximo dia 10 de Março, nos ex-grémios da lavoura ou organismos que os substituam, os vinhos e aguardentes que tenham em adega no dia e desse mês.

As declarações das existências devem ser feitas com a maior exactidão para que os próprios produtores não sejam prejudicados.

O meu relatório sobre o criminoso

Continuação da pág. 3

de festas nem de beijos, mas tentam para lá da sua rudeza pôr-lhes as horas todas, à custa de vigílias e de músculos, à custa do próprio coração. Coisas que entre eles nunca serão ditas.

Ténues, como o gesto de despedida. — Diz adeus à senhora, vá, diz obrigado, dá-lhe um sorriso.

António, o assaltante, o criminoso, não sorriu. Nem os lábios mexeu para uma palavra. Estendeu um pouco o braço curvado na dobra do lençol, e levantou a palma da mão ao alto, que manteve imóvel assim aberta. Aí colei eu, espalmada, a minha, enquanto muito sérios e mudos, de olhos nos olhos, trocávamos um grande recado.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE **PORTALEGRE**

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLO DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!

UNIDOS VENCEREMOS!

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 13.º n.º 5 alínea a) dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 26 de Fevereiro de 1976, pelas 21 horas no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Discutir e decidir da posição do Sindicato sobre a estatização da Previdência.

Nota:

1) Nos termos do n.º 7 do artigo 13.º esta Assembleia Geral Extraordinária só poderá realizar-se se estiverem presentes dois terços dos requerentes;
2) Os requerentes deverão assinar, à entrada do Pavilhão, lista própria de presenças;
3) A apresentação do cartão de sócio ou documento que o substitua é imprescindível para a entrada nas instalações.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1976 O **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**
JOSÉ LUÍS PACHECO GASPAR

PARA O SEU LAR
QUADROS A ÓLEO
LINDAS PAISAGENS
FRUTAS E FLORES
BONS PREÇOS
A VENCEDORA
Rua de S. Lázaro, 127-A

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

O SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA, SOLIDÁRIO COM OS TRABALHADORES METALÚRGICOS, APOIA A SUA PARALISAÇÃO DE DIA 26 DE FEVEREIRO DAS 15 ÀS 17 HORAS.

Pelo reforço das negociações do Contrato Colectivo Vertical Nacional
Pelo cumprimento da portaria de 8 de Setembro
Contra o aumento do custo de vida
Contra o congelamento da contratação colectiva
Contra a recuperação capitalista
Contra a política reaccionária do Ministério das Corporações pela revalidade das credenciais às Comissões de Trabalhadores
Pelo controlo operário da produção
Pelo controlo dos trabalhadores sobre Previdência
Contra o desemprego e pelo direito ao trabalho
Contra o terrorismo pelas liberdades e pela democracia

A LUTA CONTINUA

UNIDOS VENCEREMOS

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

Nacional

Vasco Lourenço em Lanceiros

"TEMOS QUE ESTAR ATENTOS AOS PRÓXIMOS TEMPOS"

O brigadeiro Vasco Lourenço sublinhou, em alocução proferida ontem no Regimento de Lanceiros, ex-Regimento da Polícia Militar, que os militares terão de se «manter cada vez mais unidos e impermeáveis a lutas partidárias» e a «garantir que essas lutas não lançarão o País e o Povo Português em situações desastrosas e não darão origem a novos regimes antidemocráticos.»

«Nesse sentido — diria ainda Vasco Lourenço — temos que estar atentos aos próximos tempos».

Referindo-se ainda à campanha eleitoral, o comandante da Região Militar de Lisboa que inaugurou oficialmente aquele Regimento e a Polícia do Exército, diria que os militares aguardam que «os partidos políticos correspondam aos seus deveres nacionais e saibam conduzir-se sempre na campanha eleitoral, ou fora dela, com os olhos postos nos verdadeiros e superiores interesses do Povo Português».

Quanto às missões da nova Política do Exército, o brigadeiro Vasco Lourenço salientou o «fazer cumprir as leis e regulamentos militares, proteger a propriedade pública e particular de excessos de violência e proteger o pessoal militar e os civis de qualquer excesso de violência e, se necessário, dar-lhes custódia». Referindo em especial o período eleitoral que se avizinha, declarou ser necessário «garantir uma verdadeira vivência democrática».

Incitando os oficiais, sargentos e praças em formatura na parada a «dar o melhor de si próprios para cimentar a disciplina no exército», acrescentou: a disciplina, a eficiência, o prestígio, são essenciais para que as Forças Armadas possam garantir a democracia e a continuação da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974».

LIBERTAÇÃO PARA BREVE DOS MILITARES PRESOS

Em conversa posterior com os jornalistas Vasco Lourenço diria, referindo-se aos militares revolucionários presos, que «estão a ser intentados esforços para pôr todos fora da prisão, a aguardar julgamento, passando-se sobre este acto uma esponja».

«Aguardamos que os partidos políticos correspondam aos seus deveres nacionais e saibam conduzir-se sempre, na campanha eleitoral ou fora dela com os olhos postos nos verdadeiros e superiores interesses do Povo Português» — afirmou Vasco Lourenço em Lanceiros

Sá Carneiro apoiaria candidatura de Eanes

«Se o general Ramalho Eanes, efectivamente, fosse apresentado como membro das Forças Armadas que reunisse a unanimidade, ou a grande maioria das mesmas forças, seria muito bem acolhida pelo nosso partido» — declarou Sá Carneiro à partida para uma breve visita à Holanda e Dinamarca.

«Mesmo que essa escolha» — prosseguiu o secretário-geral do P.P.D. — «resulte de uma aproximação entre o C.R. e o P.S., esse sentimento privilegiado nada afectará a posição do nosso partido, pois recusamo-nos sempre a adoptar a táctica do orgulhosamente sós. Devemos ter um papel preponderante em qualquer decisão política, sobretudo no que respeita às Forças Armadas.»

Durante a sua visita Sá Carneiro que é acompanhado por Pinto Balsemão e Rui Correia, pretende «dar a conhecer os problemas do nosso país e pedir o maior apoio possível».

Interrogado pelos jornalistas presentes no aeroporto sobre a tão falada viagem à China, Sá Carneiro salientou que não há sequer um convite da República Popular da China, acrescentando: «Houve, sim, uma hipótese que nos foi posta e que nós admitimos com o possibilidade, e dissemos que teria todo o nosso assentimento, nada mais».

Convidado, depois, a esclarecer afirmações proferidas no comício da Amadora, o secretário-geral do P.P.D. rectificou:

. «Não falei em agitadores estrangeiros. Falei sim que tinhamos indícios de que está em preparação uma nova *inventona* e que agitadores contra-revolucionários — e para mim são contra-revolucionários tanto os reaccionários da esquerda como da direita — poderiam preparar um levantamento popular com base na reacção provocada pela decisão do reconhecimento da R. P. A., que levasse a um contragolpe no estilo do 11 de Março.»

. O secretário-geral do P.P.D. teceu ainda diversas considerações discordantes a propósito do reconhecimento da R. P. A. tendo afirmado nomeadamente:

. «Para mim a decisão de reconhecer a R. P. A., sem sequer conter uma condenação da ocupação soviético-cubana, não beneficiou em nada, nem o povo de Angola, nem os refugiados que aqui se encontram, nem os portugueses de origem europeia que ainda estão em Angola.»

Crianças ofendidas pela "Segurança" do Primeiro-Ministro

FUNCHAL, 25 — Rescaldo da visita oficial de Pinheiro de Azevedo à Madeira: uma homenagem prestada por quatro crianças, no Porto Santo (à subida para o Pico do Castelo) foi abruptamente interrompida pelos homens da «segurança» do homenageado.

De facto, quando Pinheiro de Azevedo e comitiva se preparavam para alcançar o Pico do Castelo, um grupo de crianças aguardava a passagem do Primeiro-Ministro: o chão atapetado de flores, como é da tradição madeirense, sorrisos nos olhos, os pequenos dedos a fazer o «V» da vitória.

Em nome da segurança, e na suspeita de que poderia haver um petardo ou coisa semelhante entre as flores, a homenagem viria a ser desfeita a pontapé.

O incidente faz supor que, na Madeira não se pode facilitar com crianças ou adultos: à chegada ao Funchal fôra colocada uma bomba no caminho de Pinheiro de Azevedo...

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

assembleia geral

(sessão extraordinária)

convocatória

Ao abrigo do artº 25º e alínea b) do artº 24º convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — em Sessão Extraordinária — para o dia 26 de Fevereiro de 1976, às 21 horas, na FIL (Feira Internacional de Lisboa) Praça das Indústrias, à Avª da Índia, em Lisboa

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Apreciação e deliberação da proposta da Direcção para destituição dos elementos dos Corpos Gerentes a seguir indicados:

DA DIRECÇÃO — Horácio Rodrigues Coimbra, Vicente José Pereira Pedras, Boaventura José Calvário Antunes, Elizabete da Conceição F. Castel-Branco, Vasco da Gama Maia Serôdio.

DO CONSELHO FISCAL — Fernando Ferreira da Cal

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) Alberto Martinho Gonçalves

Lisboa, 10/2/76

IMPORTANTE

— Nos termos do Artº 43º nº 2 a Assembleia não poderá reunir com menos de 2.000 associados.

— A votação será feita por voto secreto, pelo que se torna conveniente que os associados compareçam na FIL — Feira Internacional de Lisboa, o mais cedo possível, a fim de facilitar o registo de presenças, com base no qual se procederá à chamada para votação.

— Os associados devem identificar-se com o cartão de sócio efectivo ou com credencial passada pelo Sindicato e outro documento identificativo.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LEIRIA

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE LEIRIA

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLO DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!

UNIDOS VENCEREMOS!

PUB

TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DE TODO O PAÍS E DE TODAS AS PROFISSÕES

COMPANHEIROS

Os Dirigentes Sindicais da Metalurgia e Metalomecânica têm tentado por todas as formas solucionar pacificamente os graves problemas dos trabalhadores do nosso sector de actividade. Não houve tentativa que não fizéssemos, nem porta a que não batêssemos. Fomos recebidos na Presidência da República e pelo Conselho da Revolução sem que no entanto os nossos problemas fossem resolvidos.

Quanto ao Ministro Tomás Rosa e ao Secretário de Estado Marcelo Curto, a quem pedimos por três vezes uma entrevista, esses, fecharam-nos as portas na cara enquanto as abrem de par em par aos patrões.

Entretanto a maior parte do nosso Contrato está por negociar (PROMOÇÕES, DESPEDIMENTOS, APRENDIZAGEM, READMISSÃO DE TRABALHADORES APÓS O SERVIÇO MILITAR, DIREITOS E GARANTIAS DOS TRABALHADORES, DESLOCAÇÕES, TRABALHO DE MULHERES E DE MENORES, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, ACTIVIDADE SINDICAL NAS EMPRESAS, ETC.); muitos patrões reaccionários negam-se a cumprir a Portaria de 8 de Setembro; o custo de vida continua a subir em flecha; a contratação colectiva continua congelada; o Ministério das Corporações retira credenciais às Comissões de Trabalhadores; os patrões sabotadores regressam às empresas; o decreto do controlo da produção não é publicado; os trabalhadores são afastados da gestão da Previdência; o desemprego aumenta e os atentados bombistas contra os trabalhadores e as suas organizações sucedem-se.

É tempo de dizer BASTA! Chegou a hora de mais uma vez mostrarmos a nossa força! É preciso que os patrões e os que governam saibam que os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica não se rendem, que lutamos e lutaremos pelos nossos direitos, que nada nem ninguém nos vergará!

A LUTA CONTINUA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO DAS 15 ÀS 17 HORAS!

Pelo recomeço das negociações do Contrato Colectivo Vertical Nacional
Pelo cumprimento da Portaria de 8 de Setembro
Contra o aumento do custo de vida
Contra o congelamento da contratação colectiva
Contra a recuperação capitalista
Contra a política reaccionária do Ministério das Corporações
Pela revalidação das credenciais às Comissões de Trabalhadores
Pelo controlo operário da produção
Pelo controlo dos trabalhadores sobre a Previdência
Contra o desemprego e pelo direito ao trabalho
Contra o terrorismo, pelas liberdades e pela democracia

APROVEITEMOS A PARALISAÇÃO PARA DISCUTIR OS PROBLEMAS QUE MAIS NOS AFECTAM E PARA DEBATER AS FORMAS DE ACÇÃO FUTURAS CONTRA A OFENSIVA CAPITALISTA E FASCISTA!

UNIDOS VENCEREMOS

Pela Comissão Sindical de Negociações
Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos
Federação Nacional dos Sindicatos do Comércio
Sindicato dos Electricistas do Sul
Sindicato da Construção Civil do Distrito de Lisboa
Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho
Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul

LISBOA 25-2-76

Nacional

UM GRANDE EMPREENDIMENTO

"Nova — Magazine de Poesia e Desenho"

Um grande empreendimento — assim pode dizer-se desde já que é «Nova-Magazine de Poesia e Desenho», de que acaba de sair o primeiro número, correspondente ao Inverno de 75-76. Vai sair quatro vez por ano, cada número correspondendo a cada uma das estações. Alguns nomes por trás disto: António Paulouro, António Sena, Herberto Helder. É o concretizador de uma iniciativa do «Jornal do Fundão».

Um texto inicial, que se supõe de Herberto Helder, diz do que se trata.

«Se, tomando posse da declaração de nacionalidade pessoana, admitirmos também, numa espécie de esquizofrenia boa de indentificações, despersonalizações e personalizações, que existe uma realidade idiomática (com a implicação generalizada de padrões culturais afins, se bem que diferenciados) luso-castelhana, acabaremos por dizer que a nossa pátria é a fala castelhano-portuguesa. Nessa fala arterial vive o que pode ligar e entender-se, esses consentimentos mútuos às solicitações de algo como um inconsciente idiomático colectivo, cujas formulações seriam parentes, plurilateralmente comerciáveis, organizando-se numa unidade familiar avinda pelos interesses e particularidades comuns, e nunca desavinda pelos interesses e propriedades específicos. As línguas castelhana e portuguesa, reconhecendo-se os divórcios e ignorâncias em que estão, podem afirmar-se como nó cultural de onde partiu um impulso criador, que tem exemplo na chamada América Latina e se institui agora em África», podemos ler. «A justificação deste Magazine encontra-se no que o ultrapassa em simples fraternidade de poemas e desenhos. Mas esta matéria restrita era uma coisa que faltava e, apresentando-se, fez-se sinal de coisa maior que continua em falta: encontro não ocasional, mas insistente; não parcelar, mas global; e não só diletante, mas até ao mais fundo. Pelo lado que podemos, daremos parte de poemas, desenhos e textos de reflexão sobre as matérias, de autores de Espanha, Portugal, Brasil, América Hispânica e países africanos onde se pratique o português e o castelhano. Neste primeiro número verifica-se gente espanhola, brasileira, cubana e moçambicana. Veja-se que já é festejável».

O primeiro número conta com a colaboração de 44 nomes: Ana Hatherly, Ângelo de Sousa, António Franco-Alexandre, António Ramos Rosa, António Sena, António Tavares Manaças, Costa Pinheiro, E. M. de Melo e Castro, Graça, Eugénio de Andrade, Fernando Guimarães, Fiama Hasse Pais Brandão, João Miguel Fernandes Jorge, Jorge Martins, Joaquim Manuel Magalhães, Jorge de Sena, José Rodrigues, José Gomes Ferreira, Júlio Pomar, Leonel Moura, Nuno Júdice, Luísa Flores, Sophia de Mello Breyner Andresen (portugueses); Adão Ventura, Affonso Ávila, Carlos Nejar, Haroldo de Campos Murilo Mendes, Pascoal Motta (brasileiros); Dionísio Ridruejo (Espanha); Carlo Vittorio Cattaneo (Itália); David Chericián, Eliseo Diego, Juan Cruspinera, José Matinez Matos, Nancy Morejón, Otto Fernandez, Roberto Fernandez Retamar (Cuba); Eugénio Lisboa, João Pedro Grabato Dias e Verónica Nel (Moçambique).

Qualquer coisa sem precedentes pelo menos mais próximos na edição em Portugal. Um pormenor que poderá interessar os amigos das raridades bibliográficas — e é isso que a revista vai tornar-se a curto ou médio prazo, certamente: os desenhos não são impressos na página, mas em papel couchet e colados depois na página (e à mão, deve dizer-se). São 170 páginas: é uma edição bastante reduzida (dois mil exemplares) e custa um pouco caro (oitenta escudos). Mas vale a pena.

Só uma sugestão: e se esta iniciativa merecesse o interesse e o apoio dos responsáveis, por exemplo, pela imagem de Portugal no estrangeiro?

Em FARO o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA-LIVRARIA MAGALHÃES

NOTA OFICIOSA

CERTIDÕES

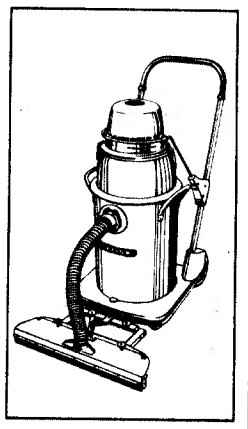
O Ministério de Administração Interna tornou pública a seguinte nota oficiosa:

O Ministério de Administração Interna, tornou pública a seguinte nota oficiosa:

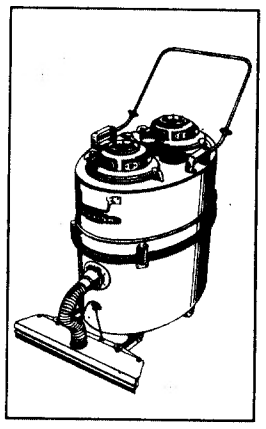
«O Decreto-Lei N.º 25-A/76, de 15 de Janeiro disciplinador do recenseamento eleitoral para 1976, ao regulamentar no Art. 11, a transferência de recenseamento estatui que o cidadão eleitor deve requerer à comissão de recenseamento onde se inscreveu em 1975 a passagem de uma certidão de eleitor a fim de poder transferir a sua inscrição.

Ora, atendendo, a que tal requerimento pode dar entrada nas comissões de recenseamento, até ao termo do prazo de recenseamento, ou seja, até às 23 horas, do dia 24 de Fevereiro, e que essas mesmas comissões de recenseamento dispõem, por lei de tres dias para passarem as respectivas certidões de eleitor, poderão surgir dúvidas quanto à possibilidade de inscrição dos cidadãos eleitores nestas circunstâncias, já que o período normal de inscrição, entretanto, terá terminado.

Assim, no sentido de não ser afectado, por esse motivo, o direito à inscrição que assiste a todos os cidadãos com capacidade eleitoral, foram dadas instruções às comissões de recenseamento para que procedam à inscrição dos cidadãos que se apresentem munidos de certidões de eleitor, mesmo que passadas depois de 24 de Fevereiro e desde que nas mesmas se faça menção da data da recepção dos requerimentos que lhes deram origem. Nestas hipóteses, o período de inscrição termina em 1 de Março.»

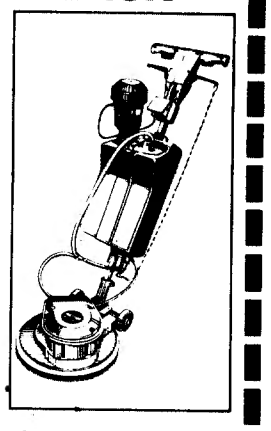


ASPIRADORES INDUSTRIAIS
NILFISK
NA HIGIENE INDUSTRIAL E INSTITUCIONAL



- DAS INSTALAÇÕES
- DAS MÁQUINAS
- DOS MÓVEIS
- DOS PRODUTOS

UTILIZE
NILFISK



NO ESTUDO DAS SOLUÇÕES
CONSULTE
NILFISK
ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.
LISBOA — R. FÉLIX CORREIA, 8 · TEL. 78 83 31/78 99 55
PORTO — RUA DA CONSTITUIÇÃO, 2371 · TEL. 69 34 23

Nacional

A mesa que presidiu aos debates

CRISTÃOS E MARXISTAS EXAMINAM PONTOS COMUNS

Ontem à noite, cristãos e marxistas encontraram-se no Teatro Vasco Santana. Por iniciativa do MUTI — Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais, representantes destas duas grandes correntes, debateram longamente o facto de existirem muito mais factores a uni-los do que a dividi-los, e concordaram na necessidade urgente de encontrar esses pontos em comum e, a partir daí, desenvolver um trabalho conjunto em proveito do Povo Português.

Fundamentalmente, o debate incidiu, por um lado, sobre a irredutiblidade entre o idealismo e o materialismo dialéctico e, por outro, sobre os objectivos que, em princípio, devem unir marxistas e católicos.

Entre outros, participaram dos trabalhos Rogério Paulo, o padre Luís França (que até há pouco foi o responsável pelo programa religioso da televisão), o padre Sampaio (que esteve preso em Moçambique durante o período colonial) e o advogdo Fernando Luso Soares.

No encontro foi ainda examinada a «ameaça real do fascismo» que paira sobre a sociedade portuguesa, salientando-se a necessidade de uma unidade entre todos os portugueses, tendo como base uma plataforma de acordo no qual se defendem valores tais como a liberdade, a democracia, o socialismo e a paz. Esses pontos, afirmou-se, são os pontos comuns entre católicos e marxistas.

Numa curta intervenção, o padre Sampaio abordou a necessidade de «arranjar um meio de mobilizar o povo português, que é muito religioso, mas não sei se é cristão».

Rogério Paulo chamou a atenção para o exemplo do padre Camilo Torres, citando uma frase sua: «A Revolução não só é permitida aos cristãos, como é um imperativo».

Fernando Luso Soares perguntou: «Poderemos ter a esperança de que a Igreja Católica, enquanto instituição, deixe de emparelhar sempre com as classes dominantes?»

A resposta foi dada pelo padre Luís França: «Essa é também a esperança de muitos católicos e de muitos cristãos». Luís França advertiu ainda sobre a necessidade dos cristãos transformarem a sua crença numa forma dinâmica e efectiva de acção.

Quanto ao anticlericalismo existente em Portugal no início do século, esta posição foi considerada como pequeno-burguesa, e não como marxista, conforme alguns.

O Teatro Vasco Santana estava cheio, e o debate generalizou-se, proveitosamente, a toda a assistência.

Trabalhadores da Informação preparam plenário contra o "Projecto Almeida Santos"

Um grande plenário de todos os trabalhadores da Informação está a ser preparado pelos órgãos representativos do sector, para decidir das formas de luta a adoptar, conjuntamente, contra o «Projecto Almeida Santos». Em todos os órgãos estatizados têm-se realizado plenários, sendo até agora unânime a rejeição total do «Projecto».

Representantes dos Sindicatos dos Jornalistas, Trabalhadores de Imprensa e Gráficos, como das comissões de trabalhadores dos diversos jornais estatizados, formaram uma comissão coordenadora, que se reuniu mais uma vez na segunda-feira, nas instalações do Sindicato dos Jornalistas, tendo sido feito o balanço das decisões tomadas até agora e apelado para que se multipliquem as discussões sobre o conteúdo do «Projecto», com vista à preparação do grande plenário de todos os trabalhadores.

Na «Capital» realizou-se, também, um plenário que rejeitou o «Projecto» na generalidade. No «Diário Popular» teve ontem lugar um plenário, com vista à tomada de posição de todos os trabalhadores da empresa.

CONSELHO DE IMPRENSA RESPONDE AO MINISTRO

O Conselho de Imprensa, em reunião, «estranhou e não aceitou o tom paternalista» do último comunicado de Almeida Santos sobre a reestruturação da Imprensa.

Depois de chamar a atenção para a sua independência legal em relação ao Ministério da Comunicação Social, na salvaguarda da liberdade de Imprensa perante o poder político, o Conselho de Imprensa cirtica duramente as afirmações de Almeida Santos, que não hesitou em considerar a atitude daquele órgão «cómoda e não cooperante», ao rejeitar o «projecto de reestruturação» do Ministério.

«Exemplo desse paternalismo» — afirma o Conselho de Imprensa — «é a posição do ministro quando «devolve, com muito gosto», ao Conselho de Imprensa a prerrogativa de organizar e divulgar o «controlo» da tiragem e da divulgação das publicações, lembrando que este o devia ter exercido no espaço de sessenta dias e advertindo: «Mister é que se disponha a fazer uso dela».

Esquece o ministro da Comunicação Social «prossegue o comunicado do Conselho de Imprensa» — que a Lei de Imprensa vigente concede tal prerrogativa ao Conselho de Imprensa, pelo que não se pode levantar qualquer problema de devolução. Esquece também que o Conselho de Imprensa lhe entregou há doze dias um projecto completo (pelo menos muito mais completo do que o por ele proposto) de organização do «controlo» de tiragem e da difusão das publicações. Esquece ainda, ao mencionar o prazo de sessenta dias, que o Conselho de Imprensa não existia depois da entrada em vigor da Lei de Imprensa, porque o Governo não havia promovido a sua constituição (além de que em matéria de prazos e seu cumprimento, os diversos Governos Provisórios de que o dr. Almeida Santos tem feito parte não podem servir de modelo ao Conselho de Imprensa)».

CONDENADA A SUSPENSÃO DE «O DIABO»

A suspensão de «O Diabo» pelo Conselho da Revolução é considerada «um abuso de força e uso arbitrário do poder constitucional» pelo Conselho de Imprensa, que desse modo se pronuncia pela imediata revogação da ordem dimanada daquele órgão de soberania.

O Conselho de Imprensa, sem se pronunciar sobre o fundamento invocado para a suspensão, por não lhe estar submetida a causa e por não querer antecipar-se à decisão jurisdicional, adverte para a necessidade de salvaguardar a inviolabilidade da Lei de Imprensa no quadro de um Estado de Direito».

Ocupando-se, por outro lado, de diversas queixas movidas contra jornais, o Conselho de Imprensa decidiu:

— arquivar um processo remetido pelo gabinete do Primeiro - Ministro em 25-11-75 contra o «Luta Popular»;

— exigir ao «Avante» a publicação de uma resposta do sr. Gil Daupias;

— exigir a publicação no «Jornal» de uma resposta do juiz sindicante à extinta Secretaria do Estado da Informação e Turismo;

— nomear um relator para estudar os elementos relativos a uma queixa apresentada por Portela Filho contra a administração do «Jornal Novo».

PUB

ALFREDO PEREIRA DA FONSECA & MARIA ROSA FERREIRA, LD.ª

Certifico que, por escritura de 6 de Maio corrente, exarada de fl. 89 a fl. 90 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 105-D do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Lídia Rodrigues Maia Devesa, foi constituida uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma em epígrafe e sede em Lisboa, a qual ficou a reger-se pelo pacto social seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma Alfredo Pereira da Fonseca & Maria Rosa Ferreira, Ld.ª, fica com sede e domicílio na Rua da Bica do Sapato, 38, sobreloja, frente, em Lisboa, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

A sociedade tem por actividade a prestação de trabalhos de construção por empreitada, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade comercial ou industrial.

3.º

O capital social é de 200 000$ e corresponde à soma das quotas dos sócios: uma de 180 000$, da sócia Maria Rosa Ferreira, e a outra de 20 000$, do sócio Alfredo Pereira da Fonseca, ambas integralmente realizadas, em dinheiro.

4.º

A cessão de quotas a estranhos carece do prévio consentimento da sociedade, a quem fica reservado o direito de preferência em primeiro lugar, tendo-o seguidamente quem mais então for sócio.

5.º

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio, podendo a sociedade amortizar as quotas dos sócios falecido ou interditos, no prazo de sessenta dias a contar da data da assembleia geral que aprove preço igual ao valor nominal, que será posto à disposição de quem de direito no prazo de assenta dias a contar da data da assembleia geral que aprove a amortização.

6.º

A sociedade será representada, activa e passivamente, em juízo e fora dele, pela gerência, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

§ 1.º A sociedade poderá constituir mandatários, nos termos e para os fins consignados no artigo 256.º do Código Comercial e para quaisquer fins especiais, e os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência.

§ 2.º Para obrigar a sociedade são necessárias as assinaturas conjuntas de dois gerentes, ou seus delegados, ou de procurador no âmbito dos poderes que lhe sejam conferidos.

7.º

As assembleias gerais, desde que a lei não exija outras formalidades ou maiores prazos, são convocadas com antecedência mínima de oito dias, por cartas registadas dirigidas aos sócios.

Vai conforme ao original.

12.º Cartório Notarial de Lisboa, 16 de Maio de 1975. — O Ajudante, **José Fernando Pereira Pires.**

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE COIMBRA

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE **COIMBRA**

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLITICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS AS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLE DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!

U N I D O S V E N C E R E M O S !

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

A LUTA CONTINUA

GREVE NACIONAL

Dia 26 de Fevereiro, das 15 às 17 horas

— PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO C.C.T. VERTICAL DA METALURGIA E METALOMECÂNICA
— PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
— CONTRA A SUBIDA DO CUSTO DE VIDA
— CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
— CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
— CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
— PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
— PELO CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
— PELO CONTROLO DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
— CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
— CONTRA O TERRORISMO, PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

UNIDOS VENCEREMOS

Nacional

Isolar Costa Gomes e apeá-lo da chefia do Estado é um objectivo cada vez mais claro da direita

Com Angola como "motor"

Direita prossegue campanha para dividir militares

Culminando um árduo e complexo debate que se arrastou por cerca de três meses e meio (a partir da data da independência), o reconhecimento da República Popular de Angola, anunciado em Lisboa no passado dia 22, está longe de ter encerrado a questão.

Embora a «corajosa e perfeitamente correcta posição do Presidente da República» mereça a «inteira solidariedade do M. F. A. e do Conselho da Revolução», segundo declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, os partidos da direita continuam a atirar «achas para a fogueira» onde, com o general Costa Gomes, se pretende «queimar» o processo democrático português.

Defendendo-se de acusações da direita e demarcando-se aparentemente da esquerda, o Partido Socialista (social-marxista, segundo classificação, arbitrária, de dirigentes do P. P. D.), num comunicado do seu secretariado nacional, avança com novos argumentos preocupantes, denunciando que o reconhecimento «se processou à margem de um debate público esclarecedor» e acusando de se ter «conservado o Governo à margem das decisões».

Esquivando-se às críticas do P. P. D., «e nomeadamente às do seu secretário-geral», o P. S. sublinha «ser contra toda a verdade que se haja identificado com o reconhecimento da R. P. A. nos termos em que este se efectuou» avança contra a tese defendida pelos ministros Vitor Crespo e Melo Antunes («o reconhecimento, sendo um acto unilateral, não engloba conversações ou contactos prévios»), destacando que «os ministros do P. S. defenderam a ideia de que qualquer reconhecimento deveria ser precedido de conversações com o M. P. L. A.».

No comunicado do seu secretariado nacional, o P. S. apesar da pouca popularidade de que há seguros indícios de gozar neste momento junto das autoridades e povo angolano, segundo se deduz de constantes críticas expressas pela Imprensa e Rádio daquele país, declara-se pronto a dar «o seu contributo para a obtenção de um acordo com o Governo da R. P. A.».

ATAQUES E DEFESA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em paralelo com o comunicado do P. S. mas adiantando-se em acusações mais directas e claras, o P. D. C. atribui o acto de reconhecimento «aos desejos e intenções dos partidos marxistas» e ataca a figura do Presidente da República pelo que alega ter sido a sanção dada, «implicitamente», «à intervenção soviética», a um «golpe de força» e à violação «da letra e espírito dos acordos do Alvor». Aproveita para atribuir ao Presidente da República grandes responsabilidades «pelo afastamento do P. D. C. das eleições de 1975» e conclui evocando o «julgamento implacável da História».

Todos estes ataques visando o general Costa Gomes e sobretudo o que ele representa, a dois meses das próximas eleições, foram abertos pelo P. P. D., primeiro, num comunicado do seu secretariado nacional na véspera do reconhecimento da República Popular de Angola e, depois, em agressivas declarações produzidas pelo dr. Sá Carneiro logo após a confirmação daquele acto diplomático.

Instado a pronunciar-se, antes da sessão de ontem do Conselho de Ministros, sobre estas afirmações, o ministro e conselheiro da Revolução, major Melo Antunes, diria: «As afirmações do secretário-geral do P. P. D. só ao secretário-geral do P. P. D. dizem respeito. Elas vão no sentido de uma certa interpretação da realidade angolana e africana, longe da que eu tenho e da que têm muitos de nós, militares, que passámos muitos anos em África. Lutaremos contra todos os que pretendem fazer deste reconhecimento um aproveitamento político, uma luta política contra determinado tipo de interesses».

Salientando que «estamos longe de pensar que reconhecemos em Angola um Governo pró-soviético ou sovieto-cubano», o major Melo Antunes acrescentaria: «Pelo contrário, temos muitas razões para pensar que o Governo angolano vai defender para Angola uma política de independência nacional, neutralidade e não-alinhamento, conforme o presidente Agostinho Neto e outros responsáveis têm dito».

Posição semelhante, demonstrando a unanimidade existente no seio do Conselho da Revolução, foi defendida por um conselheiro em declarações ao «Jornal de Notícias», do Porto, nas quais nega qualquer «decisão unilateral do general Costa Gomes», e define a argumentação defendida pela direita e expressa por alguns órgãos de Informação ao porem em causa como tratando-se de «uma campanha para isolar o Presidente da República e para dividir de novo os militares».

MELO ANTUNES AOS JORNALISTAS

Conselho da Revolução e M.F.A. solidários com Costa Gomes

«Nós — e quando digo nós é o M. F. A. e o Conselho da Revolução — estamos inteiramente solidários com o sr. Presidente da República que, de facto, teve a coragem de assumir uma posição perfeitamente correcta ao reconhecer a R. P. A., e estamos longe de reconhecer que tenhamos reconhecido um Governo pró-soviético ou russo-cubano, mas sim temos muitas razões para pensar que defendemos um Governo que vai defender para Angola uma política de verdadeira independência nacional, de neutralismo e de não alinhamento» — declarou o major Melo Antunes ontem a entrada do Conselho de Ministros, respondendo a um jornalista que lhe referiu o facto de o secretário-geral do P. P. D., Sá Carneiro, ter acusado o general Costa Gomes de haver reconhecido um Governo soviético-cubano e não um Governo angolano.

Ao mesmo jornalista, que lhe perguntou se o reconhecimento da R. P. A. não constituiria um obstáculo a um próximo estabelecimento de relações com a China, o ministro dos Negócios Estrangeiros, depois de reafirmar a vontade de Portugal em estabelecer relações com todas as capitais, incluindo Pequim, considerou que, de um modo geral, «são muito mais importantes para nós as relações com as nossas ex-colónias do que as relações com a China», concluindo que continuamos abertos a ter relações com a China e a fazer as diligências que pareçam necessárias para uma normalização, «mas não podemos pôr isso à frente das nossas relações com as ex-colónias».

Noutra passagem da sua declaração, Melo Antunes desmontou algumas das manipulações que os sectores reaccionários têm vindo a fazer a propósito do reconhecimento da R. P. A., baseando-se naquilo que consideram uma «agressão russa e cubana».

A esse propósito Melo Antunes frisou que as «agressões ou interferências» em Angola (interferências nomeadamente da União Sul-Africana e com a ajuda do Zaire) se deram antes da independência.

«Os ataques feitos ao M. P. L. A. pelos outros movimentos» — declarou Melo Antunes — «foram feitos com a ajuda da União Sul-Africana e com a ajuda do Zaire. Portanto, parece-me que é perfeitamente legítimo que o M. P. L. A. tenha procurado, entre os seus aliados, aqueles que o podiam ajudar. A partir da independência essas ingerências não nos dizem directamente respeito. Angola é um Estado soberano. Como Estado soberano que é, toma as medidas que entender necessárias para defender a sua soberania, para defender a sua unidade nacional e a sua própria independência.»

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

CONCENTRAÇÃO-COMÍCIO

5.ª FEIRA DIA 26 DE FEV. PELAS 21 HORAS
NO PAV. ATLÉTICO DE MOSCAVIDE

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS
CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES
CONTRA O TERRORISMO

A LUTA CONTINUA

Para resistirmos à ofensiva da direita, que visa roubar-nos as conquistas alcançadas durante meses e meses de luta, teremos de nos unir e organizar.

Na continuação da Grande Jornada do dia 17 de Janeiro no Estádio 1.º de Maio os Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Rodoviários de Lisboa, Transportes Colectivos de Lisboa, Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, Ferroviários do Centro, a Cintura Industrial de Lisboa, Assembleia Popular da 7.ª Zona de Lisboa em nome da Comissão Organizadora Alargada, apelam a todos os trabalhadores e à população em geral para a Concentração-Comício.

Só através da luta unida, firme e não sectária, só através de grandes acções de massas conseguiremos fazer recuar a burguesia e os seus agentes, só assim garantiremos as conquistas alcançadas e defenderemos as liberdades.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Ao Pav. Atlético de Moscavide todos
5.ª-feira, dia 26 de Fev., pelas 21 horas

Pela Comissão Organizadora Alargada de 17 de Janeiro, os Sindicatos: Metalúrgicos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Rodoviários, Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, Transportes Colectivos de Lisboa, Ferroviários do Centro, C. I. L. (Cintura Industrial de Lisboa), Assembleia Popular da 7.ª Zona

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

CAMARADA METALÚRGICO
O PATRONATO NÃO QUER NEGOCIAR!
O MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES (EX-MIN. DO TRABALHO)
NÃO QUER FALAR COM OS METALÚRGICOS...
MAS

A LUTA CONTINUA!

PARALISEMOS TODOS NO DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS

APROVEITEMOS ESTA PARALISAÇÃO PARA, EM PLENÁRIO, DISCUTIRMOS OS PROBLEMAS QUE AFECTAM TODOS OS TRABALHADORES DA METALURGIA EM GERAL, ENVIANDO AO SINDICATO O RESULTADO DAS DISCUSSÕES!

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CCT VERTICAL DA METALURGIA E METALOMECÂNICA
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA A SUBIDA DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS AS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLO DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO, PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

UNIDOS VENCEREMOS!

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1976.

A DIRECÇÃO

Nacional

ALTINO DE MAGALHÃES EM LISBOA

Autonomia dos Açores em discussão

«A situação política nos Açores mantém-se sem alterações, isto é, decorre com absoluta normalidade e sem precalços ou incidentes dignos de registo», afirmou o general Altino de Magalhães, presidente da Junta Governativa e comandante militar dos Açores, à chegada a Lisboa ontem à tarde. Altino de Magalhães salientou, porém, que a ideia de separatismo se mantém por parte de movimentos que o apoiam, embora não se tenham verificado, ultimamente, manifestações nesse sentido e «dignas de interesse».

O presidente da Junta dos Açores, que se faz acompanhar dos drs. Álvaro Monjardino e Aguiar Magalhães, vogais da referida Junta, deve permanecer no Continente até sábado, conferenciando com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro «sobre o estatuto de autonomia que já foi enviado para cá, para apreciação e possível aprovação.»

Quanto ao espírito com que a população dos Açores aguarda o próximo acto eleitoral o governador Altino de Magalhães disse «não haver uma expectativa muito marcada», mas que «ela existe» e todos aguardam e desejam as eleições.

Entretanto, prevê-se que o P.S., P.P.D. e C.D.S. contestem qualquer decisão do C.R. sobre o estatuto de autonomia dos Açores, pois em seu entender a competência para tal cabe à Assembleia Constituinte, que se debruçará sobre o assunto quando prosseguir os trabalhos após a assinatura do Pacto.

CONTRABANDO DE "NAPALM" NA ROTA AÇORIANA

Dois aviões carregados com bombas de «napalm», armas e munições, que há sete anos aterraram (sem avisar) nos Açores, estão na origem de um processo contra um comerciante de armas, que agora decorre em Bona.

O comerciante, Heinz Hambrusch, foi acusado de ser o responsável pelo envio de armas para a República do Salvador, que na época estava em guerra com a vizinha República das Honduras.

Os aviões aterraram nos Açores, sem prevenir, tendo os pilotos pedido para se reabastecer. O Governo português protestou então junto de representantes do Governo de Bona, dando-se início a um processo de averiguações, de que entretanto resultou a multa de 18 mil marcos (cerca de duzentos contos) para Heinz Hambrusch.

O tribunal apurou que o réu utilizou papel timbrado das embaixadas da Indonésia, em Londres, e da Tailândia, em Bona, para iludir as autoridades alemães sobre o verdadeiro destino de várias remessas que continham, entre outras coisas, bombas de «napalm», «howitzers», carabinas e munições.

Os carregamentos dos aviões que aterraram nos Açores foram confiscados pelas autoridades portuguesas.

Parte do julgamento decorreu à porta fechada, pelo que há ainda pormenores a desvendar relacionados com este caso de contrabando de material de guerra, algum do qual proibido pela Declaração dos Direitos do Homem.

O AVANÇO DA REVOLUÇÃO LIGADO À REFORMA AGRÁRIA

«Não são apenas os trabalhadores agrícolas que serão derrotados se a Reforma Agrária for batida neste País. Somos todos batidos» — afirmou ontem o eng.º Júlio Martins, director da Estação de Cultura Mecânica, durante o colóquio sobre Reforma Agrária que orientou na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras.

Júlio Martins, convidado a dirigir o colóquio pela comissão de trabalhadores da Estação, analisou o processo de Reforma Agrária e os problemas actuais, frisando a necessidade de apoio técnico imediato às unidades colectivas de produção.

Na sua intervenção salientou a importância da formação de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores como estrutura organizativa para o arranque da Reforma Agrária.

A luta que inicialmente se centrava em reivindicações salariais e exigências de trabalho evoluiu perante a sabotagem dos detentores das terras: recusa de colheitas, recusa de sementeiras e outros trabalhos essenciais — disse.

A partir de princípios de 1975, os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas arrancaram decididamente com o processo de Reforma Agrária no Sul, onde existe grande concentração de propriedade — salientou o eng.º Júlio Martins, referindo o facto de haver herdades onde existiam rações armazenadas e o gado estava a morrer à fome.

A partir de meados de 1975, aparecem as leis básicas da Reforma Agrária para corresponder ao avanço efectivo da Reforma Agrária — salientou o director da Estação de Cultura Mecânica, que apontou este facto como uma originalidade da Reforma Agrária portuguesa, uma vez que noutros países a iniciativa das expropriações partiu dos órgãos de poder.

«Os trabalhadores escolheram um tipo novo de estrutura agrícola», acrescentou, sublinhando que os trabalhadores pretendem um salário e regalias sociais e não dividendos dos lucros da exploração.

O eng.º Júlio Martins citou a herdade de Mouchão do Inglês, a primeira unidade colectiva de novo tipo, aparecida ainda em 1974, como o exemplo da colaboração entre os trabalhadores rurais e pequenos camponeses, salientando a unidade que se tem conseguido entre trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores e a sua inclusão no processo de Reforma Agrária.

O director da Estação de Cultura Mecânica alertou, também, para os perigos que traz o atraso na expropriação da bacia do Tejo e Sado, «onde há grandes propriedades com largas massas de terras completamente incultas, quando há centenas, senão milhares, de rendeiros sem terra».

As necessidades do sector agrícola são diferentes, agora, das necessidades da altura em que «o processo de exploração das terras era mais um processo de exploração dos homens», disse, referindo a existência de grandes extensões de terras que apenas produziam cortiça porque isso bastava para o proprietário «viver à larga».

Referindo-se aos problemas actuais da Reforma Agrária, o eng.º Júlio Martins recordou que a grande massa dos valores produzidos pelo sector agrícola saem do sector sendo investidos noutros sectores, e focou a necessidade de dar aos investimentos no sector agrícola um carácter prioritário, diminuindo as distorções entre o sector agrícola e os outros sectores da economia.

O director da Estação de Cultura Mecânica apontou, ainda, a necessidade de planificar e corrigir a agricultura pela conjugação dos conhecimentos dos técnicos e da experiência técnica dos trabalhadores.

Teatro Mário Viegas
A RTP apresenta
«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

FEIRA DO TURISMO
STANDS NACIONAIS E ESTRANGEIROS
DIA 26, das 17 às 19 horas
DIAS 27, 28 e 29 das 13 às 19 horas
GALERIAS DO HOTEL RITZ
RUA JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR — LISBOA

PUB
CONCENTRAÇÃO COMÍCIO
QUARTA-FEIRA, DIA 25 DE FEVEREIRO, PELAS 19 HORAS,
NA FIL (FEIRA DAS INDÚSTRIAS)

A LUTA CONTINUA
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS
CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES
CONTRA O TERRORISMO

Para resistirmos à ofensiva da direita, que visa roubar-nos as conquistas alcançadas durante meses e meses de luta, teremos de nos unir e organizar.

Na continuação da Grande Jornada do dia 17 de Janeiro no Estádio 1.º Maio, os Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Rodoviários de Lisboa, Transportes Colectivos de Lisboa, Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, Ferroviários do Centro, a Cintura Industrial de Lisboa e o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa em nome da Comissão Organizadora Alargada, apelam a todos os trabalhadores e à população em geral para a Concentração-Comício.

Só através da luta unida, firme e não sectária, só através de grandes acções de massas conseguiremos fazer recuar a burguesia e os seus agentes, só assim garantiremos as conquistas alcançadas e defenderemos as liberdades.

UNIDOS E ORGANIZADOS
VENCEREMOS!

TODOS À FIL, 4.ª FEIRA, DIA 25 DE FEV.,
PELAS 19 HORAS.

Trabalho

NA MADEIRA

Trabalhadores da Ilma contestam nova C.A. da Martins e Rebello

. Os trabalhadores da Indústria de Lacticínios da Madeira, em recente plenário, pronunciaram-se sobre a demissão da Comissão Administrativa da Martins e Rebelo, empresa de que é associada. Em ofício dirigido à respectiva Administração, a Comissão de Trabalhadores da I.L.M.A. deu conta daquela e de outras deliberações do plenário, começando por afirmar que «a posição dos trabalhadores está bem definida no apoio à Comissão Administrativa da Martins e Rebelo recentemente afastada por decisão do Conselho de Ministros.

Esse apoio fundamenta-se na sua actuação «em moldes honestos, leais e ao lado dos justos interesses dos trabalhadores». Relativamente à Comissão Administrativa que substituiu a antiga, etiquetada de «patronal», «of trabalhadores reservam-se o direito de assumir as atitudes que no futuro, e face à actuação daquela, se revelarem convenientes».

Os trabalhadores da I.L.M.A. contestam, sobretudo, a nomeação de Victor Moya para a nova C. A. da Martins e Rebelo. Depois de manifestarem «o seu mais veemente repúdio por tal entidade», os trabalhadores imputam ao Conselho de Administração e à Gerência da I.L.M.A. «toda e qualquer responsabilidade pelas consequências que resultem da presença daquele inimigo dos trabalhadores em qualquer departamento desta empresa».

A tal propósito, o plenário deliberou por unanimidade: «Tomar as medidas tendentes a evitar a entrada e intromissão do Senhor Victor Moya nas instalações e serviços», tendo-se decidido que os trabalhadores paralisarão imediatamente as suas actividades, se tal vier a acontecer. «Conscientes da situação extremamente grave que resultaria de tal paralisação», os trabalhadores deliberaram que «por todos os meios ao seu alcance, envidarão os esforços necessários à expulsão do mencionado Senhor e assim, de imediato, retomarem as suas funções».

O QUE É A I.L.M.A.

A I.L.M.A., como sociedade congrega os organismos madeirenses da Lavoura, o grupo dos industriais de Lacticínios e o Estado, este com uma comparticipação simbólica que teria como objectivo permitir-lhe um papel de arbitragem e conciliação. Em recente entrevista ao «Comércio do Funchal», a Comissão de Trabalhadores considera que tal papel resultaria desde logo ineficaz, dada a impossibilidade de conciliar estratos sociais colocados em pólos antagónicos»: produtores de leite e industriais».

Inserida num anacrónico esquema económico, segundo a C. T., será esclarecedor o facto de serem seus quase exclusivos clientes a União das Cooperativas e a Manteigaria Zarco, esta pertencente à Martins e Rebelo.

A Comissão de Trabalhadores considera há muito que só resultariam vantajens da nacionalização da I.L.M.A., neste momento a única unidade de tratamento de leite na Madeira e monopólio local em matéria de produção de lacticínios. Fazem notar que tal nacionalização; nas circunstâncias actuais, não ofereceria dificuldades transdendentes, sobretudo após a intervenção do Estado na Martins e Rebelo, empresa que detêm situação maioritária (67 por cento) nos 49 por cento do capital dos grupos industriais. A União das Cooperativas representa outros 49 por cento, cabendo ao Estado a simbólica presença (a que já nos referimos) de dois por cento. A nacionalização — segundo os trabalhadores afirmaram ao «C.F.» — poria «termo a uma autêntica aberração para se poder entrar numa fase de reestruturação da empresa e normalizar todos os sectores, de forma a compensar os subsídios volumosos com que o Estado tem de entrar, para manter uma situação deficitária.»

. Segundo a mesma fonte, e como eventual primeiro passo para a nacionalização, seria urgente a designação de uma Comissão Administrativa que analisasse a difícil situação da ILMA e adiantasse soluções.

"O MEALHEIRO DO LAR"

PATRÃO REGRESSA COM O "SINAL DE VITÓRIA"

Protegido por agentes da P.S.P., o patrão de «O Mealheiro do Lar», que havia sido expulso da empresa por sabotagem económica, voltou ontem às instalações. Sorridente e a acenar aos trabalhadores com o sinal da vitória, segundo relatou uma das empregadas.

Numa reunião no Ministério do Trabalho, a que o patrão não quis comparecer — foi salientado — tinha ficado decidido efectuar um balanço à existência das duas lojas, uma na Luciano Cordeiro e outra em Benfica. Só que, ontem de manhã, apareceu no «O Mealheiro do Lar», actual Cooperativa «Codiproal», um representante do M.T., acompanhado por polícias e pelo patrão. As instalações foram desseladas por um maior da Força Aérea, entraram aqueles elementos, mudaram as fechaduras, e só depois foi permitida a entrada de representantes dos trabalhadores.

Para evitar os despedimentos e a falência da empresa, os trabalhadores tomaram conta da gerência há cerca de um ano. Começaram a pagar as dívidas, aumentaram os postos de trabalho, etc.. O patrão voltou «à carga» há cerca de três semanas, o que levou à selagem das instalações. Agora, o processo parece encaminhar-se para o seu termo. Com o regresso do patrão a fazer o sinal da vitória. Com as autoridades a protegerem-no.

Empresas em autogestão defendem bloco contra a direita

Em comunicado intitulado «contra a recuperação do capital», o secretário das empresas em autogestão e cooperativas denuncia «uma nítida tentativa» que nos últimos tempos tem havido, «por parte do capital, de recuperação das posições perdidas».

«E, o que é mais grave», afirma, «é que essa tentativa está a ser apadrinhada por certos órgãos do Poder, nomeadamente o Ministério do Trabalho».

Diz-se no documento que a questão da «revalidação de credenciais» e a «necessidade de centralização» na passagem das mesmas, não é mais do que a cobertura dada por aquele Ministério aos sabotadores da economia deste País

— dando a possibilidade aos patrões de contestarem os pedidos formulados pelos trabalhadores de empresas em autogestão e, até, de cooperativas».

NOTA OFICIOSA

. . **O Ministério do Trabalho remeteu-nos, para publicação, a seguinte nota oficiosa:**

«1 — Os órgãos de comunicação social têm-se feito eco de toda uma série de informações incompletas ou tendenciosas divulgadas por direcções sindicais afectas ao Secretariado da Intersindical a respeito dos debates públicos ultimamente realizados com o fim de auscultar as organizações de trabalhadores sobre os projectos de lei em elaboração no Ministério do Trabalho.

Impõe-se, portanto, um esclarecimento à opinião pública para que seja reposta a verdade dos factos e se desfaçam as especulações ultimamente desenvolvidas em torno delas.

2 — O Ministério do Trabalho, através do D.R.O.T., organizou debates públicos em Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Braga, Porto, Viseu, Aveiro, Guarda, Covilhã, Coimbra, Leiria, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja e Faro. Das 16 reuniões organizadas apenas as de Lisboa, Porto, Braga e Coimbra foram boicotadas.

Em todas as outras cidades foi possível reunir com os representantes dos Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, tendo-se discutido a política do Ministério, as futuras leis de salários e contratação colectiva e os problemas concretos da respectiva região. Naturalmente que os dirigentes presentes se exprimiam de forma independente e crítica, de acordo com as respectivas orientações político-sindicais, o que não espanta nada o Ministério do Trabalho, pois é pelo debate aberto e franco com os representantes dos trabalhadores sobre os problemas de interesse comum, desde que feito em moldes democráticos.

Os resultados dos debates públicos, bem como das centenas de respostas escritas recebidas, já foram entregues aos organismos competentes, com vista à ultimação das leis sobre salários e contratação colectiva e à melhoria da acção do Ministério nas várias regiões.

3 — Quem boicotou as 4 reuniões acima referidas não foram «os trabalhadores» do respectivo distrito, mas um certo número de direcções sindicais e Comissões de Trabalhadores afectas ao actual Secretariado da Intersindical.

Na verdade, as deficiências verificadas na convocação das reuniões, em particular na articulação do D.R.O.T. com as delegações da Secretaria de Estado do Trabalho (os delegados do Porto, Braga e Coimbra foram substituídos muito recentemente), conduziu a que, para além da maioria orquestrada para boicotar o debate, poucos foram os representantes dos trabalhadores que puderam comparecer.

Estas nossas afirmações alicerçam-se em factos incontestáveis que a delegação do D.R.O.T. pôde testemunhar pessoalmente. Na verdade, em qualquer das reuniões boicotadas, o grupo destacado para o efeito distinguia-se perfeitamente da restante assistência, apresentando-se sobre a condivisível de um «maestro» que comandava toda a sua actuação ruidosa e agressiva de acordo com um programa previamente estabelecido. No caso de Coimbra, a orquestração hegou ao cumulo, pois o grupo boicotador esteve meia hora à porta da sala onde se realizava a sessão «à espera de ordens», segundo afirmou um dos seus componentes mais distraído. Depois, entraram na sala, leram uma moção dactilografada, aplaudiram-na e impuseram pela força o fim da sessão, tendo chegado a agredir um trabalhador presente que pretendeu opor-se à sua actuação.

4 — A experiência desta primeira consulta organizada pelo D.R.O.T. demonstra que a política de auscultar as organizações de trabalhadores sobre as leis em elaboração é uma política justa do Ministério do Trabalho que deve ser prosseguida e aperfeiçoada.

O Ministério não pretende fomentar o divisionismo no seio dos Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, ao querer ouvir todas as correntes com representatividade reconhecida nesses meios. Atitude divisonista seria, de facto, a entrega do inquérito ao Secretariado da Intersindical e esperar através dele nos chegasse a «resposta dos trabalhadores portugueses»... Então e a opinião das Comissões de Trabalhadores, cuja organização é independente do movimento sindical? E a opinião dos Sindicatos que abandonaram ou nunca chegaram a aderir à Intersindical? Expressaria esta a opinião dos Sindicatos que, no seu seio, reivindicam a realização de novo Congresso, a elaboração de novos estatutos e até a revisão da lei sindical?

Finalmente, é nossa convicção que os boicotes verificados não constituem apenas mais um ataque daqueles a que as forças afectas ao Secretariado da Intersindical já habituaram o Ministério do Trabalho, após a entrada em funções do VI Governo Provisório. Trata-se de algo mais importante e significativo, no momento presente. Trata-se do primeiro passo de uma vasta contra-ofensiva que as referidas forças estão a preparar para o próximo mês de Março, aproveitando a proximidade das eleições e o descongelamento da contratação colectiva.

O Ministério do Trabalho tem conhecimento de que se preparam várias greves a nível nacional, em particular no sector metalúrgico na construção civil e dos trabalhadores do comércio. Estas greves visam pôr em dificuldades o VI Governo Provisório e a sua política de estabilização económica. Alerta-se, pois, os trabalhadores portugueses para este facto, apelando-se para que não se deixem enganar com demagogia daqueles que lhes prometem levianamente «mais dinheiro» só para tirarem frutos políticos da sua boa Fé.»

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Profissionais de Enfermagem para uma **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar no **dia 28/2/76, pelas 16 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.**

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — INFORMAÇÕES.
2.º — PONTO DA SITUAÇÃO SINDICAL.
3.º — CADERNO REIVINDICATIVO — mobilização para a greve, caso seja necessário.

TODOS AO TÉCNICO!

PREPAREMO-NOS PARA A LUTA!

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

Concurso de efectivos do CPES e ES

O plenário convocado para o dia 20 de Fevereiro não se realizou por falta de quorum, ficando adiado para o dia 5 de Março em local a indicar posteriormente.

Foram enviadas no dia 22 de Fevereiro circulares para todas as escolas do CPES e ES dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, contendo as propostas e estudos apresentados na Mesa para o plenário convocado no dia 20 e o texto do memorando entregue à SEAE no dia 22 de Fevereiro, informando do processo definido pelos professores presentes na Aula Magna no dia 20. **Apela-se aos delegados sindicais e professores do CPES e ES para que promovam reuniões de debate nas suas escolas em torno das propostas enviadas, mobilizando para uma presença massiva no plenário do dia 5 de Março.**

A COMISSÃO DIRECTIVA

Trabalho

Mais um caso: Coronado

Continua a onda de prepotências contra trabalhadores do Norte

Continua no Norte a onda de despedimentos, suspensões selvagens e obstrução à entrada nos locais de trabalho que atinge grande número de trabalhadores e, sobretudo, delegados e dirigentes sindicais em várias empresas.

Assim, 37 trabalhadoras da «Coronado», Manufacturas Têxteis S.A.R.L., impedidas de trabalhar há cerca de ummês após um «plenário» ali efectuado, perguntaram ontem em conferência de Imprensa: O Ministério de Trabalho tem que se impor, pois quem é que governa?». A empresa fica em S. Romão do Coronado, concelho de Santo Tirso. As 37 trabalhadoras, com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, algumas delas chefes de família, haviam-se solidarizado com uma delegada sindical constantemente ameaçada e, depois, impedida de exercer as tarefas para que havia sido eleita e, finalmente, afastada por outras trabalhadoras no meio «da mais descarada e grosseira manipulação», segundo se afirmou.

A situação agudizou-se após o «plenário» de 30 de Janeiro, convocado para debater sob orientação dos dirigentes do Sindicato e trabalhadores da empresa, sobre problemas de trabalho, nomeadamente o não cumprimento do contrato colectivo. O plenário não se pôde realizar, dado que um grupo de trabalhadoras, gritando «Sindicato lá fora, patrão há só um», impediu a continuação dos trabalhos. Chegou mesmo a haver esboço de confrontações físicas.

Mais tarde, foi publicado, pelo Sindicato, um texto de denúncia daqueles acontecimentos; dias depois, uma delegada sindical da empresa é arbitrariamente acusada de ter feito aquele comunicado, e expulsa da empresa por um grupo de trabalhadores. Nessa altura, 37 companheiras de trabalho acompanham-na até ao exterior, a fim de promover a sua reentrada na fábrica, mas, quando regressam, já as portas estavam fechadas. Estas trabalhadoras, em número de 37, nunca mais puderam entrar no local de trabalho. Entretanto, têm-se mostrado infrutíferas as tentativas do Sindicato e da Delegação do M. T. no Porto para resolver o problema. A entidade patronal afirma que «não é nada connosco, é entre os trabalhadores».

Saliente-se, ainda, que foi elaborado na empresa um abaixo-assinado para afastar as 37 trabalhadoras. Este, segundo contaram, foi imposto à maioria do pessoal. Houve casos em que as trabalhadoras, sob ameaça de despedimento, assinaram a expulsão de pessoas de família: foi o caso de uma jovem de 17 anos que assinou um papel que expulsava uma irmã da fábrica.

As trabalhadoras afastadas denunciaram ainda na conferência de Imprensa as péssimas condições sanitárias dentro da fábrica (no Verão desmaiam várias pessoas devido ao calor, todos os dias) e as ameaças e pressões a que sempre estiveram sujeitas por parte de chefes de secção e de encarregados. Denunciaram, ainda, a manipulação, sob ameaças, que vem sendo feita de grande número de trabalhadoras da empresa, com promessas de aumento de salário de permeio, com vista a mantê-las contra as 37 trabalhadoras. A empresa possui, no total, cerca de 250 trabalhadores, na grande maioria mulheres e jovens, e produz saias e calças para o mercado interno e externo.

Recorde-se que em várias empresas do Norte os delegados sindicais têm sido vítimas de iguais procedimentos. É o caso das empresas «Sebastião e Manuel» (Penafiel) «Silva e Dores», «Rolsol» «Cruz Sousa e Cruz», «Abílio da Costa Couto» e «Júlio Costureiro».

Começam hoje na F.I.L.

Concentrações-comícios em todas as zonas de Lisboa

Inicia-se esta tarde na F. I. L., pelas 19 horas, uma série de concentrações-comícios em todas as zonas de Lisboa, tendo como objectivo lutar «contra o aumento do custo de vida; contra o congelamento da contratação colectiva e o regresso dos patrões, assim como contra o terrorismo».

Os promotores são, para além de vários sindicatos, como o dos Metalúrgicos, Rodoviários, Construção Civil, Têxteis, Electricistas, a Cintura Industrial de Lisboa, a T. U. L. (Transportes Colectivos de Lisboa), o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa e os organizadores da Jornada de 17 de Janeiro.

Na sessão de hoje intervirão os representantes do Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa com o tema «Contra o aumento do custo de vida», um representante de um dos sindicatos, sobre o «Congelamento da contratação colectiva» e um membro da C. I. L. sobre a luta a encetar «Contra o terrorismo».

Entretanto, amanhã, pelas 21 horas, terá lugar idêntica concentração-comício no pavilhão do Atlético Clube de Moscavide, desta vez com representantes da Assembleia Popular da 7.ª Zona. Uma outra deverá ainda realizar-se na Amadora, aguardando-se apenas a marcação de data e local.

Trabalhadores da C.U.F.

"Nacionalizar não basta"

Em documento distribuído aos jornalistas durante conferência de Imprensa ontem realizada, a Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF afirma que a nacionalização do Grupo só foi possível através de uma acção coordenada e persistente dos trabalhadores sublinha que «não foi fácil essa batalha, porque forças políticas com grande poder e fortes ligações com os Melos a ela sempre se opuseram».

Mas, «nacionalizar não basta», conforme foi dito. É também preciso que «os trabalhadores tenham participação activa na direcção e controlo das suas empresas». No entanto — acrescentaram — «a isto se têm oposto novamente as forças detentoras do poder, apostadas como estão na recuperação capitaista da economia». O decreto-lei que nacionalizou a CUF previa a nomeação de uma comissão que teria a incumbência de elaborar um estudo de reordenamento do Grupo, com vista à sua sectorização. Essa comissão não chegou a ser nomeada e «continua tudo na mesma», isto é, mantém-se na CUF uma estrutura empresarial de tipo capitalista.

«Há quem esteja interessado em demonstrar que as nacionalizações não serviram os interesses do País» — afirma a Coordenadora noutro passo do documento, no qual se faz notar ainda não ter o Estado fornecido directrizes às empresas nacionalizadas.

A este propósito foi referido que «há algumas empresas, creradas numa óptica capitalista, que já antes do 25 de Abril não tinham viabilidade e que não pode continuar a existir. Tem que haver reconversão. No entanto, os trabalhadores não podem sofrer as consequências da falta de planificação governamental: qualquer reordenamento do Grupo passa pela inegável garantia do direito ao trabalho».

OS MELOS NO BRASIL

A Comissão Coordenadora denunciou as tentativas dos ex-patrões Melos para restauração do Grupo no Brasil e recordaram a propósito que eles sonegaram ao património português as acções da empresa ISACUF, no valor de 120 mil contos. As tentativas «brasileiras» dos Melos estariam sobretudo voltadas para o sector de serviços, com incidência no desvio de quadros das empresas no Grupo em Portugal. Manobra com algum sucesso, já que muitos quadros têm efectivamente saído, segundo se afirmou.

Quanto às tentativas de recuperação capitalista que, no geral, se estão a verificar, foi afirmado que elas vieram na sequência da falta de investimentos e de um plano de reestruturação e reconversão da economia portuguesa numa perspectiva socialista, bem como dos entraves à prática do controlo operário (que continua por institucionalizar).

Paralelamente, assiste-se — sublinharam — à substituição de Comissões Administrativas da confiança dos trabalhadores por outras da confiança do grande capital e à acção concertada deste, através do seu porta voz, a CIP. Estes factores contar-se-iam entre aqueles que têm conduzido às dificuldades existentes em algumas empresas do Grupo, onde «começa a faltar o dinheiro para os ordenados e a surgir o espectro do desemprego».

Sindicalistas do P.S. vão a Belém

O Presidente da República recebe amanhã uma delegação de dirigentes sindicais socialistas, que lhe vão apresentar as conclusões do encontro recentemente realizado em Aveiro.

Para o mesmo fim, essa delegação será recebida hoje pelo capitão Sousa e Castro, em representação do Conselho da Revolução.

CONTRA A GREVE DOS METALÚRGICOS

Metalúrgicos do Norte, afectos ao Partido Socialista, contestam e não aderem à anunciada paralisação de duas horas em todo o País, dos trabalhadores da metalurgia, marcada para a próxima quinta-feira, das 15 às 17 horas, no âmbito da sua luta, nomeadamente «pelo recomeço das negociações do contrato colectivo vertical nacional, do cumprimento da portaria de 8 de Setembro, da revalidação das credenciais às Comissões de Trabalhadores e do controlo operário da produção».

Num comunicado assinado pela Comissão Coordenadora dos Metalúrgicos do Partido Socialista — zona Norte, afirma-se que, «numa altura em que as forças da direita afiam os dentes e tentam aproveitar-se dos erros cometidos ao longo do processo revolucionário», e em que «é indispensável ao movimento operário unidade de acção em torno de objectivos muito concretos, tais como controlo de gestão, defesa da Reforma Agrária, das liberdades democráticas e das conquistas dos trabalhadores tão duramente alcançadas», a greve decretada pela Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos «tem objectivos puramente divisionistas.»

Pitacas Antunes orienta debate

. No próximo sábado, às 15 e 30, o dr. Pitacas Antunes orientará um debate sobre o custo de vida em Rio Tinto, Gondomar, na sede da cooperativa «Riocoope». A iniciativa é do Secretariado Provisório da Assembleia Popular de Gondomar, daquela cooperativa e ainda das comissões de moradores de Soutelo e da rua Pedro Álvares Cabral.

«FILMODA» NO PORTO

Dois cursos, «Planeamento e organização da produção» e «Determinação e controlo dos custos na empresa», vão ser ministrados no Porto. O primeiro, dirigido a chefes de fabrico ou de produção, será orientado por dois técnicos alemães: o segundo, para gestores de empresa terá como orientador um técnico do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Estes cursos são promovidos pela Associação dos Industriais de Vestuário do Norte, e terão lugar a seguir à realização de um «seminário» do sector de confecções, que decorrerá no Clube Residencial da Boaviata no próximo dia 28.

Por outro lado, anuncia aquela Associação a realização, no próximo mês de Setembro, da «Filmoda» — certame que, pela primeira vez, se fará no Porto.

PUB

SINDICATO DOS CARPINTEIROS NAVAIS, CALAFATES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO E PORTO DE LISBOA

A LUTA CONTINUA

Pelo recomeço das negociações do Contrato Colectivo Vertical Nacional
Pelo cumprimento da Portaria de 8 de Setembro
Contra o aumento do custo de vida
Contra o congelamento de Contratação Colectiva
Contra a recuperação Capitalista
Contra a política reaccionária do Ministério das Corporações
Pela revalidação das Credenciais às comissões de trabalhadores
Pelo controlo operário da produção
Pelo controlo dos trabalhadores sobre a previdência
Contra o desemprego e direito ao trabalho
Contra o terrorismo e pelas liberdades e pela democracia

PARALISAMOS TODOS

Dia 26 de Fevereiro 1976 — Das 15 às 17 horas

UNIDOS VENCEREMOS

PELA DIRECÇÃO
O PRESIDENTE

Luís Barreto das Dores

PUB

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DO SINDICATO DA FUNÇÃO PÚBLICA

ZONA CENTRO

Dia 28 de Fevereiro SÁBADO

a partir das 15 horas

LOCAIS DE VOTAÇÃO

AVEIRO — Sindicato Operário da Construção Civil (Salão 1.º andar), Rua D. Jorge Lencastre, 10
COIMBRA — Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
GUARDA — Casa da Cultura do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis — Praça Luís de Camões
LEIRIA — Escola Comercial e Industrial de Leiria
VISEU — Escola Preparatória de Viseu

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Constituição do Sindicato
2. Aprovação na generalidade do Estatuto

Só é permitida a entrada aos portadores de credencial passada pelo serviço e autenticada com selo branco ou carimbo e Bilhete de Identidade.

Nacional

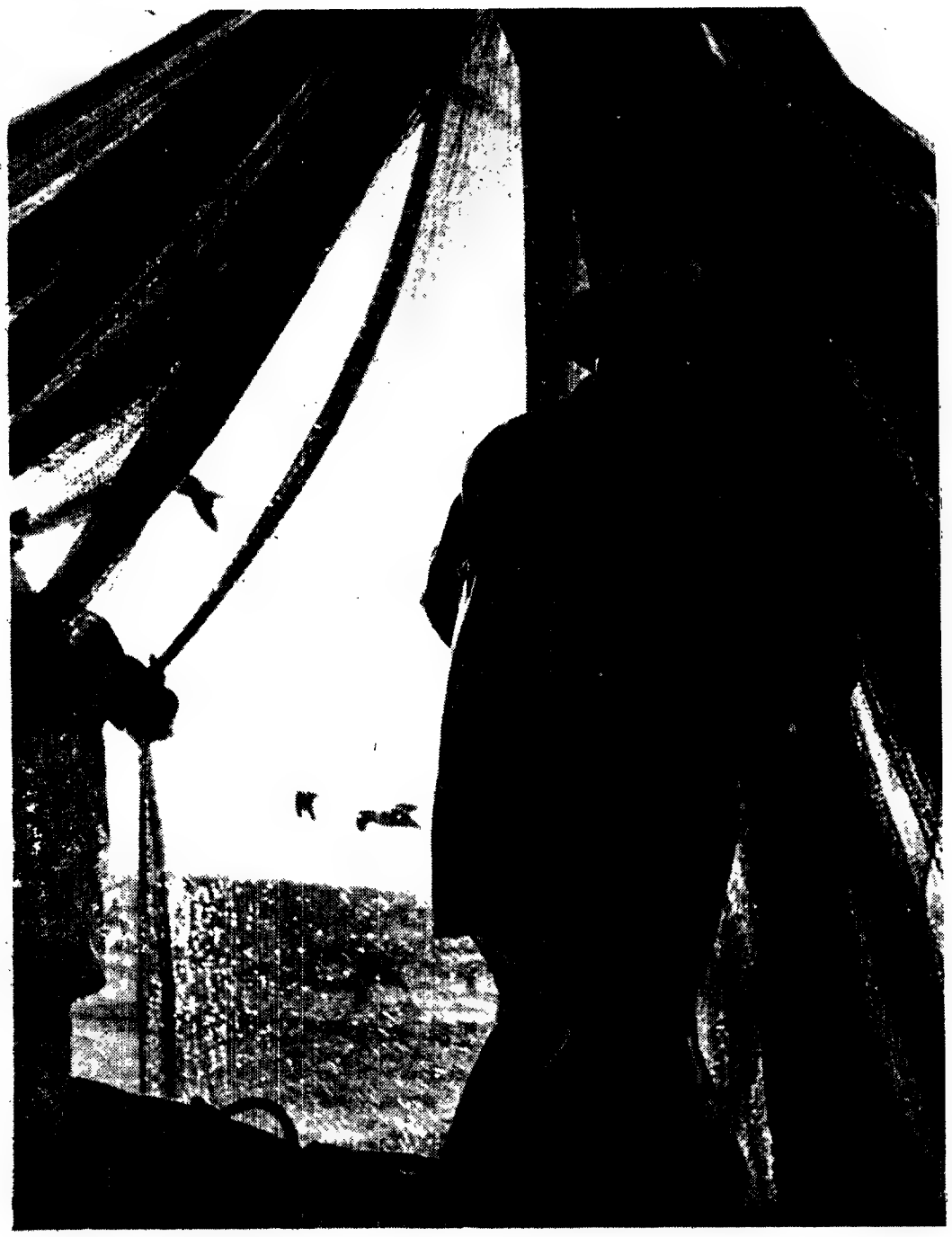
DOCAPESCA
De Tenreiro à Mau
muito há que cont

Centro nevrálgico de um mercado voltado na sua quase totalidade para a obtenção do lucro, a Docapesca assume, nos nossos dias, um papel fundamental na comercialização do pescado nacional. Esta empresa é, na realidade, a placa giratória de um sistema complexo, baseado em esquemas capitalistas, no qual a especulação parasitária dos grandes intermediários atinge aspectos desenfreados, preocupantes e inflacionistas. A Docapesca é a responsável — e a vítima igualmente! — de graves carências que transformam o mercado nacional do peixe numa presa fácil para os «mafiosos» e «tubarões» que poluem o sector.

Da administração Tenreiro até hoje, a história da Docapesca e do sector pesqueiro em geral, encontra-se semeada de incoerências que têm, a diversos níveis, aberto brechas profundas na economia do País. Os pescadores desde há largos meses que iniciaram processos de luta tendentes não só a adquirir melhores condições de trabalho e de salários, mas também a assegurar a defesa do consumidor e a salvaguarda da economia nacional. Essas lutas obtiveram vitórias importantes, tais como o tabelamento ao público do peixe congelado e a possibilidade da distribuição do mesmo, sem agravamento de preço, a organizações de vontade popular. Obviamente, e apesar destas vitórias, os pescadores não conseguiram resolver, na sua totalidade, as inúmeras distorções e atropelos que envolvem este sector.

As linhas que se seguem, tentarão, sumariamente, focar alguns aspectos e problemas referentes à Docapesca e ao sector da pesca, na sua generalidade, nomeadamente a mistificação da qual o público é alvo, no que se relaciona com a qualidade do pescado por ele adquirido no mercado. Urge efectivamente esclarecer e sensibilizar o consumidor, sobre a manipulação que se desenvolve à sua volta e que aponta para interesses que colidem frontalmente com as suas necessidades e aspirações.

Afirma-se desde já, que a Docapesca, apesar do cordão umbilical que a liga a um mercado voltado na sua quase integralidade para o lucro, não é directamente responsável pelos actos e infracções cometidas após o acto de compra e venda do peixe — que se processa na lota de Pedrouços — nem da fiscalização da comercialização do pescado nos aspectos de qualidade, de preço, ou ainda de qualquer outro factor.



Pescadores: vitórias importantes na defesa do consumidor

Texto de MANUEL ANTA
Fotos do Arquivo "DL"

A Docapesca, como já o assinalámos, comporta incoerências de peso. Dominada durante vários anos pelo feudal Tenreiro, esta empresa não conseguiu montar as estruturas necessárias e eficientes que permitiriam ao País a obtenção de uma estrutura racional de pesca.

À Secretaria de Estado das Pescas, criada após o 25 de Abril, incumbe igualmente um grande número de responsabilidades, na medida em que não conseguiu resolver os problemas inerentes. Assistiu-se, inclusive, à colocação em postos-chave e de destaque, nessa Secretaria, de homens ligados a Tenreiro, o que, obviamente, impedia, de certo modo, a transformação de uma política, por outra verdadeiramente voltada para a defesa das necessidades reais e concretas do Povo português.

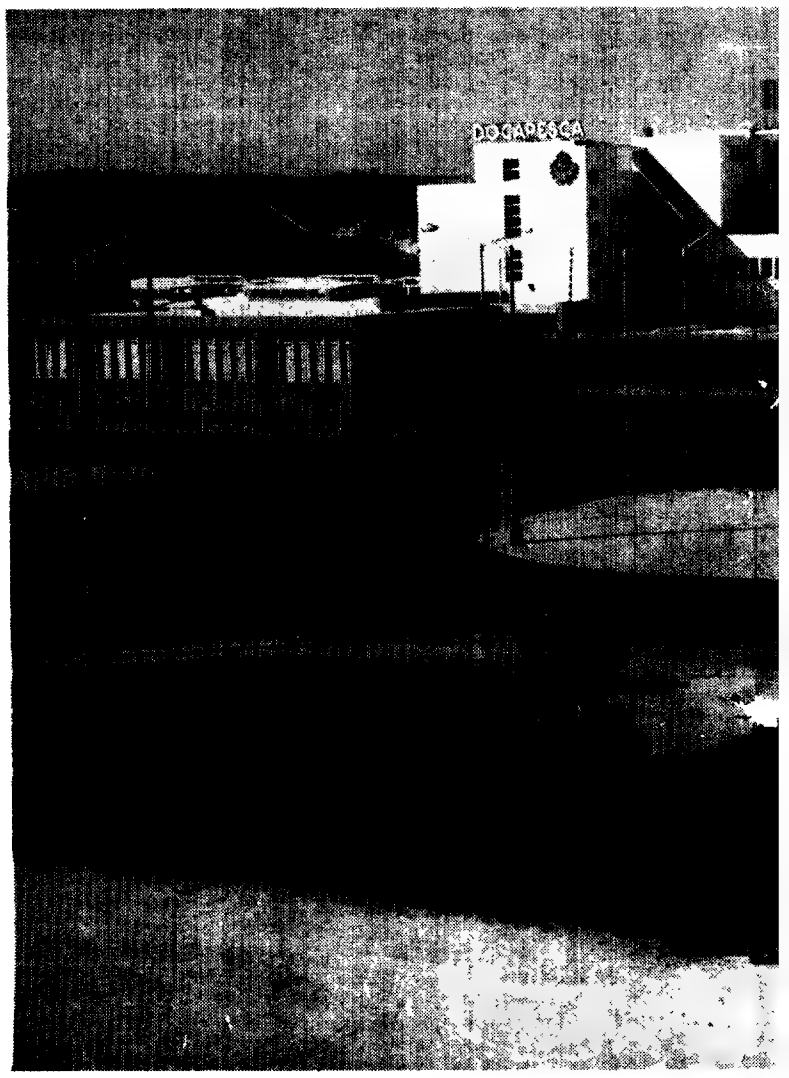
INFRA-ESTRUTURAS E APETRECHAMENTO TÉCNICO OBSOLETOS

No que se refere, mais concretamente, à Docapesca, há a sublinhar que sob o ponto de vista técnico, as suas estruturas não correspondem às necessidades. O cais, por exemplo, é uma estrutura deficiente, aberto aos ventos de Sudoeste (o que implica dificuldades de atracação nos períodos de mau tempo), e muito mal apetrechado para a descarga do peixe (quer fresco, quer congelado), nomeadamente, com falta de gruas em condições e de tapetes rolantes.

Quanto às infra-estruturas em terra, é notória a falta de capacidade de armazenamento de peixe congelado além da irracionalidade do sistema de descarga que, aliada à falta de «espaçadores» (material para arrumação de pescado congelado), não leva a um aproveitamento integral da já reduzida capacidade de armazenamento. O cais-descarga para congelado só admite um navio de cada vez o que provoca atrasos e, consequentemente, uma quebra de produção. Para além destes factores, as câmaras congeladoras da Docapesca são frequentemente utilizadas para a conservação momentânea de produtos hortícolas, frangos, galinhas, perus e peixe importado. Estes produtos são transportados em navios congeladores que, na maior parte do tempo, têm prioridade na descarga, relegando-se os utentes da Docapesca para segundo plano. De modo algum a Docapesca, a nível de infra-estruturas de apoio aos arrastões, responde também às necessidades, agravando-se o problema devido às más condições da frota, cuja produtividade é baixa.

Efectivamente, nos 36 navíos da frota do Cabo Branco, antigos e mal apetrechados, existem neste momento 50 por cento de congeladores, produto de transformações sucessivas de velhos navios. As condições de habitabilidade e de higiene a bordo são extremamente deficientes. Os pescadores são as principais vítimas, vivendo em camaratas para 12 homens, de espaço reduzido e sem qualquer conforto. No que se refere ao aspecto sanitário, a única coisa que se pode dizer é que ele e péssimo, pois é de salientar que para viagens que medeiam entre os 22 e 50 dias, não existe médico nem enfermeiro a bordo, sendo a assistência médica prestada, geralmente, pelo capitão, ou por qualquer outro membro da tripulação que se disponha a fazê-lo.

Note-se igualmente que o apetrechamento técnico da maior parte da frota é relativamente obsoleto, pois pouco ou nada se pode fazer a navios antigos e cujas máquinas e equipamento estão velhos e cansados.



Docapesca, centro nevrálgico de um mercado

QUANDO O FRESCO E O CONGELADO SE CONFUNDEM

Descarregam na Docapesca três tipos de arrastões: os costeiros (de pequena capacidade), os congeladores e os refrigeradores. Estes dois últimos tipos correspondem aos arrastões do alto (Cabo Branco). Atracam igualmente na Docapesca os arrastões de pesca longínqua, que operam geralmente no Sul de África (Sul de Angola) e que, de maneira geral, descarregam pescada congelada.

Os arrastões da costa, por sua vez, alimentam o mercado, principalmente em carapau, chicharro, peixe-espada, badejo e pequenas quantidades de peixe fino, tais como pescada, salmonete, linguado, goraz, lulas, etc. Este peixe é conservado em gelo, possui tempos de estadia no porão da ordem de dois a quatro dias e pode, em consequência, ser considerado como um peixe fresco. A quantidade deste peixe, vendida quotidianamente no mercado, anda à volta de 20 toneladas, o que, em si, representa uma quantidade pequena para as necessidades do consumidor.

Os navios do alto são responsáveis pela quase totalidade do peixe grosso, como seja o pargo, a marmota, o cachucho, a corvina, a garoupa, o pargo-mulato *(indevidamente vendido como cherne nos restaurantes...)*, a choupa (contrabandeada como dourada), o polvo, os chocos, etc.

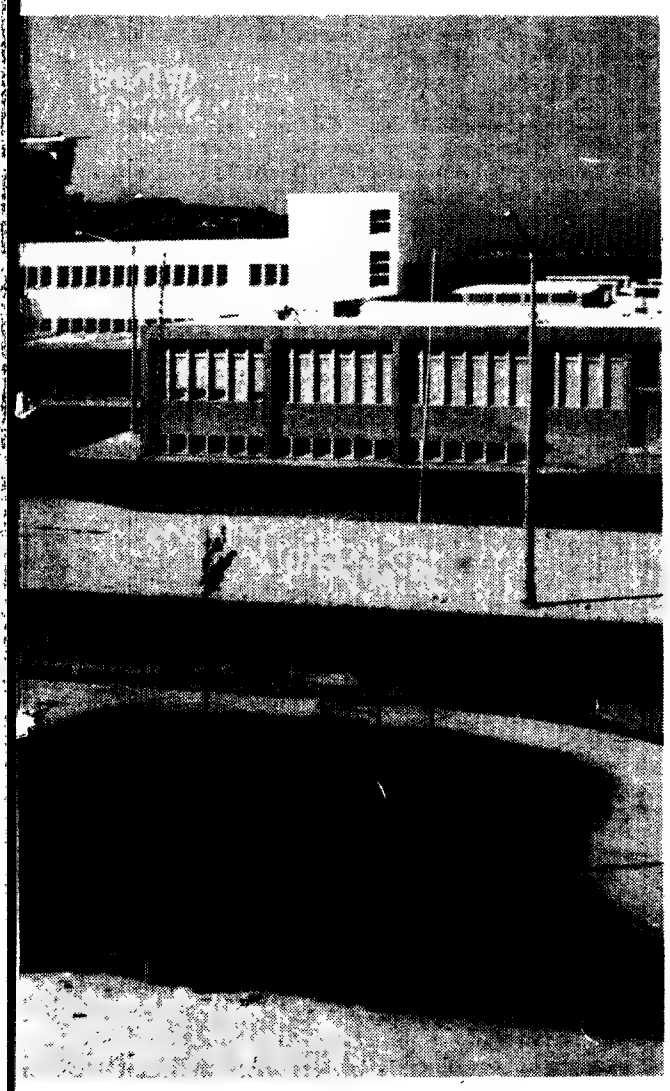
Nos navios congeladores o referido peixe é imediata e rapidamente congelado a 40° negativos, logo a seguir à captura, e conservado em seguida, no porão a 20° negativos. No que diz respeito aos navios refrigeradores, o pescado é conservado em gelo, no porão, sendo este arrefecido por intermédio de serpentinas.

Em face do exposto, verifica-se que o *peixe congelado deve ser considerado um produto de melhor qualidade que o peixe refrigerado* se bem que o público consumidor pense, erradamente, o contrário. Efectivamente, certo peixe refrigerado, quando é vendido, já está morto há mais de 22 dias, na medida em que com as viagens, e com o tempo relativo à própria pesca, os navios ficam no mar durante esse espaço de tempo.

Isto implica que, por vezes, o peixe refrigerado, quando da venda, já se encontra, desde o décimo segundo dia, em estado de decomposição lenta o que não significa porém, que o mesmo se encontre impróprio para consumo. Há que

Nacional

uritânia ar...



com resquícios de «tenreirismo»...

ar, em todo o caso, que o valor energético em pro- as quase desapareceu, o smo não acontecendo com peixe congelado, que guar- durante seis meses, todas suas qualidades e particula- ades.

relutância do consumidor comprar peixe congelado portanto a maior parte do cado que abastece o públi- faz parte desta categoria) e admiravelmente certos mediários que compram o elado para depois o arma- rem nas câmaras frigorífi- da Docapesca (em vez de locarem imediatamente no cado) descongelando-o em ida _ em más condições misturando-o com o peixe co, o que lhes permite, in- ndo a lota da costa, vender ngelado ao preço do fres-

sta manobra permite-lhes só obter rendimentos exor- ates, mas também a possi- lade de continuar a enganar iblico, mantendo-o na ideia da que o peixe que ele pra é fresco e melhor que ongelado. Por outro lado, a esta ideia errónea, muito contribuído os maus tratos o congelado tem sofrido. masiado tempo em câma- que os grandes distribuido- provocam de modo a só derem o peixe quando, ndo uma falta artificial do luto, obrigam o seu preço bir e quando, descongelan- do-o _ de maneira forçada o põem à venda no mercado num estado lastimoso.

A TABELA FOI UMA VITÓRIA DOS PESCADORES

Os navios das empresas de pescado do alto, são responsáveis pela produção de 21 000 toneladas anuais de peixe grosso, e destas empresas a CPP e a SNAPA (com intervenção estatal) detêm 75 por cento da totalidade da frota. Estas duas empresas desde há anos que são deficitárias, e continuarão na mesma senda, a não ser que, a curto prazo, toda a política da pesca, da descarga e da comercialização do pescado, seja revisto.

A Docapesca, como organismo de prestação de serviços _ pois é ela a entidade que descarrega, escolhe e vende o peixe fresco _ tem um aparelho que custa ao produtor 2850$00 por tonelada de peixe descarregado e vendido em lota.

Incidem igualmente nos custos da produção, as «alcavalas» para o grémio da pesca do arrasto _ «que já devia estar extinto» segundo um dos trabalhadores da Docapesca _ que recebe 4 por cento do produto da venda e, igualmente, várias outras taxas que levam a que a descarga na Docapesca atinja preços proibitivos para os produtores. Há que notar que estas taxas influenciam negativamente o desenvolvimento das empresas produtoras que, por vezes, recebem pela sua produção quantias dignas de miséria.

Não é de espantar, pois, que o consumidor continue a comprar nos mercados o peixe a médias três vezes superiores ao preço da sua produção. A lula fornecida pelo armador a 40$00 rende na praça 120$00. A lagosta tabelada a 130$00 na Docapesca vai custar 500$00 no restaurante. O cachucho tabelado a 25$00 é vendido no mercado a preços que oscilam entre os 60$00 e os 75$00.

O milagre da multiplicação dos preços (e não dos peixes...) não é mistério nenhum. Os seus beneficiários é que são diversos...

Quanto ao peixe congelado, o organismo responsável pela sua recepção é a CRPB (Comissão Reguladora da Pesca do Bacalhau) que centraliza a compra de todo o congelado segundo uma tabela que foi adoptada, depois de uma longa e dura luta levada a cabo pelas comissões de trabalhadores das companhias, com intervenção estatal e com o total apoio do Sindicato Livre dos Pescadores e da Federação dos Sindicatos do Mar.

A referida tabela foi calculada de modo que, ao ser aplicada ao total das capturas anuais, atinja uma média de 28$00 por quilo de peixe, o que, sensivelmente, representa o custo da produção.

A referida tabela, conseguida pelos pescadores, é um instrumento disciplinador do mercado do pescado congelado, já que os trabalhadores ligados ao sector conseguiram impor que a tabela ao produtor fosse imediatamente seguida por outras tabelas aos grossistas, retalhistas e consumidores, as quais não estão a ser respeitadas devido à ausência, por parte das entidades estatais, de uma séria e eficaz fiscalização.

Um pescador da SNAPA, no decorrer de uma rápida mas significativa entrevista falou-nos acerca da tabela em questão: «Verificou-se que a sua criação permitiu ao pescador uma maior produtividade, pois nela foram contempladas, espécies de fraco valor comercial mas que, a partir do momento em que foram tabeladas, mesmo a baixo preço, foi possível trazê-las a Lisboa na certeza de serem comercializadas.

«É desejo, a curto prazo, dos pescadores do Cabo Branco, tabelarem também o peixe *refrigerado* de modo a impedir e a acabar com todas as manobras e falcatruas tendentes à inflação e à especulação desenfreada do mercado do pescado». No prosseguimento da entrevista, o nosso interlocutor afirmou-nos «ser fácil verificar a simplicidade com que hoje é possível, aos intermediários, comprar peixe congelado a um preço absolutamente acessível e, ao mesmo tempo, comprar, na lota, peixe fresco, pelo processo de leilão, fazendo-o subir a preços proibitivos».

«Basta depois descongelarem o primeiro e vendê-lo ao preço do segundo! Ora, os pescadores estão atentos a este tipo de manobra e estão fartos de que lhes sejam atribuídas culpas das quais não são responsáveis».

Quando o fresco e o congelado se confundem...

«TUBARÕES» E «MAFIOSOS» AO ASSALTO DO CONSUMIDOR

É nesta medida, e para impedir de certo modo essas práticas, que os pescadores e os trabalhadores do sector pesqueiro desenvolveram os mais variados esforços para a obtenção da venda e da distribuição de peixe congelado a organizações de vontade popular. Esses esforços foram coroados de sucesso, provocando, inclusive, uma recente reunião de trabalho entre o secretário de Estado das Pescas, eng. Pedro Coelho, e representantes daquelas organizações.

Assim, e em princípio, a partir do dia 1 de Março, qualquer órgão de vontade popular (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, associações de consumidores, cooperativas, etc.) poderá comprar na Docapesca peixe congelado ao preço da tabela publicada no Decreto-Lei 79/76 de 27 de Janeiro último. Esta possibilidade é igualmente extensível ao particular, se o mesmo comprar o mínimo de 25 quilos de peixe.

As referidas medidas ajudarão pois, ao desaparecimento da prática de retenção do congelado em câmara pois o produtor é obrigado, por vezes, a ter os seus navios _ carregados de peixe _ retidos no mar durante dez a quinze dias o que implica, naturalmente, uma grande quebra de produção.

Quanto ao peixe refrigerado o que se passa é bastante mais complexo, pois o leilão na lota é algo de incompreensível para um iniciado, sujeito a leis internas de oferta e procura muito subtis, em que jogam pressões no sentido de subir ou baixar os preços, segundo as conveniências do intermediário.

Na sequência destas práticas especulativas e parasitárias, o sistema de pagamento ao produtor é algo de anacrónico e artificial que vai influenciar a pesca e a quantidade de peixe que se traz para Lisboa. A remuneração do produtor é baseada numa quantidade fixa, relativamente baixa, a que se soma parte substancial de uma percentagem sobre a venda bruta do pescado.

Este sistema, dada a resistência passiva do comprador na lota e a relutância do consumidor em comprar certas espécies de pescado _ não porque sejam de má qualidade, mas por falta de hábito de consumo _ leva o produtor a lançar ao mar 40 a 50 por cento da sua produção, a fim de trazer só o peixe que é bem valorizado no mercado. Isto traduz-se, ao nível da frota, num abaixamento de produtividade e, no que se refere ao consumidor, na falta de um produto alimentar repleto de proteínas. Para isso seria necessário que o consumidor se consciencializase de que não é somente o peixe chamado «fino» que nos fornece uma correcta e boa alimentação.

Pelos mesmos motivos, a Federação dos Sindicatos do Mar e o Sindicato Livre dos Pescadores, propuseram, ao secretário de Estado das Pescas, que nas requisições de peixe congelado seria feito um rateio das espécies menos conhecidas, devendo cada requisitante comprar uma percentagem das mesmas na ordem de quinze por cento.

O futuro está, segundo parece, na constituição de uma rede nacional de «frio» integrada por túneis, tanques de congelamento, frigoríficos gigantes, frota de camiões, contentores, entrepostos, etc. que permitiriam ao País um abastecimento racional e satisfatório das suas necessidades em pescado. Corresponde efectivamente a uma necessidade urgente a criação dessa rede, mas não se pense que a chave de todos os problemas que atormentam

Continua na pág. 21

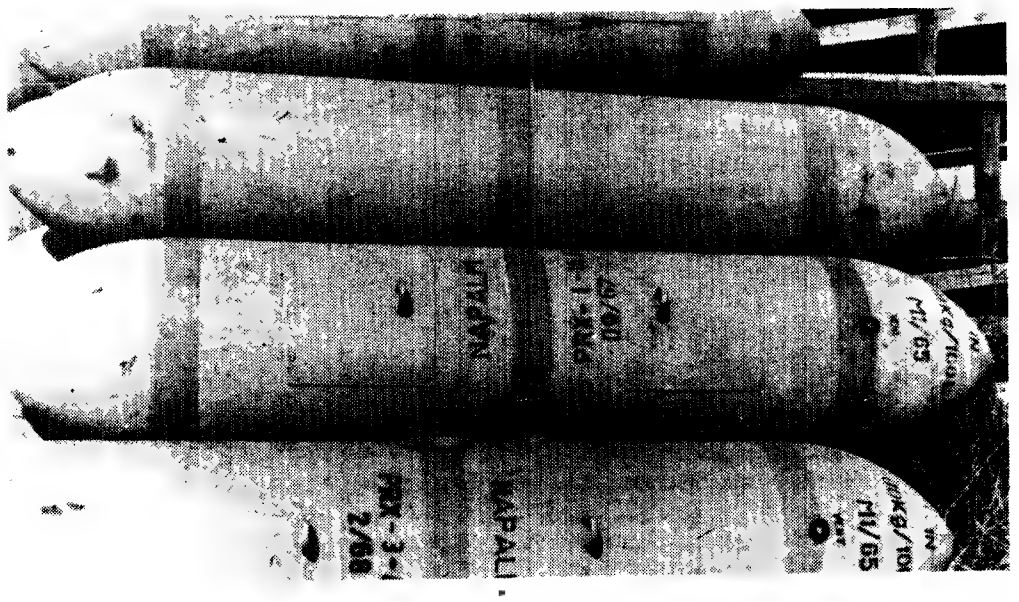
Preços proibitivos motivados por práticas especulativas e inflacionistas

Estrangeiro

Armas em profusão para o Terceiro Mundo

ROMA (I.P.S.) — Os países do Terceiro Mundo absorvem cerca de 40 por cento das exportações mundiais de material bélico. Em 1974, para um total de 20 milhões de dólares de exportações de armas, 8 mil milhões foram gastos pelo Terceiro Mundo. Nesse ano o Mundo dispendeu 210 271 milhões de dólares em meios de guerra, distribuídos da seguinte forma (em milhões de dólares também): Estados Unidos, 66 351; NATO, 95 468; países europeus da mesma organização norte-atlântica, 27 985; União Soviética, 61 900; Pacto de Varsóvia, 71 336; Itália, 2937; e África, 2200.

A Itália, que soube aproveitar o «boom» do mercado mundial de armamento, esteve presente no período 1950-1973 com 6,8 por cento das importações totais efectuadas pelo Terceiro Mundo. Essa percentagem é a média do citado período, mas Roma aumentou as suas exportações de armas de 2 milhões de dólares em 1955 para 106 milhões em 1974 (valores intermédios: 7 milhões em 1960 e 43 milhões em 1973).



Países do Terceiro Mundo também compram-«napalm», por ironia um dissuasor testado principalmente no Terceiro Mundo

Com excepção de alguns poucos países da América do Sul e do longínquo Oriente (Filipinas, Singapura e Tailândia tornaram-se bons clientes de aviões ligeiros italianos), são os países árabes e a África do Sul que mais armas «made in Italy» têm comprado.

O Golfo Arabe converteu-se num dos maiores mercados mundiais de armamento, devendo sublinhar-se que no período 1967-1973 o Iraque aumentou a rubrica «Defesa» do seu Orçamento em cerca de 48 por cento, a Arábia Saudita em 185,34 por cento e o Irão em 207,5 por cento.

Na relação entre os países europeus e os seus clientes de armamento do Terceiro Mundo o denominador comum continua a ser o petróleo.

«A relação armas-petróleo» — afirma Gianluca Devoto, colaborador do Instituto de Relações Internacionais de Itália e perito em problemas militares — «é no entanto indirecta.»

«A Itália» — acrescenta Devoto — «tende a estabelecer boas relações com os países produtores de petróleo e o caso mais claro da relação armas-petróleo é o da Líbia, que insistentemente tem pedido e obtido armamento italiano.»

Segundo essa tónica, Roma continuará a vender barcos, mísseis e helicópteros ao Irão, helicópteros e aviões aos Emiratos Árabes, mísseis, barcos e armamento ligeiro à Líbia. Tudo isto claro, por troca com hidrocarbonetos.

Os Estados Unidos venderam durante o último ano fiscal a verba colossal de 11 mil milhões de dólares de armas, o que representa um aumento de 500 por cento em comparação com o ano fiscal (norte-americano) de 1967.

Até há poucos anos quase todas as armas norte-americanas embarcadas para terceiros países tinham rótulo de «ajuda política e estratégica». Posteriormente houve um perído durante o qual algumas restrições impostas pelo Governo reduziram tais operações a certas zonas do Globo, especialmente à América Latina. Nos últimos dois anos, porém, as restrições foram praticamente suprimidas e Washington criou uma nova política de armamento, ampliando o sistema de crédito.

Mais de mil empresas dos Estados Unidos estão directa e legalmente vinculadas à produção e/ou exportação de armamento, segundo acaba de revelar o «Office ou Munitions Control», organismo do Departamento de Estado, como consequência de uma campanha levada a cabo pelo diário «The New York Times».

Entre as 1033 empresas licenciadas para o fabrico ou exportação de armamento, 152 estão na lista das 500 mais importantes dos Estados Unidos estabelecida pela revista «Fortune», que conta geralmente com informações proporcionadas pelo Departamento de Defesa. Dessas 152 empresas, 32 figuram entre as 50 maiores. Alguns exemplos: Ford, General Motors, Du Pont, Smith and Wesson, Firestone, Litton Industries, International Harvester, Gulf Oil, Dow Chemical, Western Electric, International Telephone and Telegraph (I. T. T.), United States Steel, I.B.M., Westinghouse e Catterpillar Tractor.

PUB

CONCENTRAÇÃO COMÍCIO

5.ª FEIRA, DIA 26 DE FEVEREIRO, PELAS 21 hORAS

NO PAVILHÃO ATLÉTICO DE MOSCAVIDE

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS
CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES
CONTRA O TERRORISMO

PELA COMISSÃO ORGANIZADORA ALARGADA DE 17 JANEIRO, OS SINDICATOS: METALÚRGICOS DE LISBOA, QUÍMICOS DE LISBOA, CONSTRUÇÃO CIVIL DE LISBOA, ELECTRICISTAS DO SUL, RODOVIÁRIOS, TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIOS DO SUL, TRANSPORTES COLECTIVOS DE LISBOA, FERROVIÁRIOS DO CENTRO, C. I. L. (CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA), ASSEMBLEIA POPULAR DA 7. ZONA.

O Congresso do Bem-Estar e da Paz

MOSCOVO, 25 (Serviço especial de Vladimir Lomeiko) — Ao dirigir-me juntamente com os delegados e convidados do XXV Congresso do P.C.U.S. para o Palácio dos Congressos do Kremlin, pensava em Portugal. Pensava em como poderia eu falar aos meus longínquos e desconhecidos amigos portugueses sobre a principal assembleia dos 15,7 milhões de comunistas do meu país. Sobre estes cinco anos de trabalho intenso mas feliz, — sim, porque até o trabalho mais pesado é fonte de felicidade, quando é livre e amado (quem trabalha por gosto não cansa...) — sobre os difíceis caminhos da paz e da justiça trilhados nestes anos pelo Partido Comunista da União Soviética. E sobre os planos do Congresso com vistas à elevação do nível e qualidade da nossa vida, amplamente discutidos durante dois meses por milhões dos meus concidadãos. Pensava ainda no modo como transmitir o espírito de elevada exigência mútua dos comunistas e a atmosfera de confiança e respeito do povo para com o seu partido.

Sei que não é simples transmitir os números, os factos, e emoções do Congresso de modo que em Lisboa se oiça o ritmo da longínqua Moscovo. Espero, porém, conseguir levar até vós, no conjunto destes artigos, a atmosfera do Congresso dos comunistas da União Soviética.

Os resultados com que chegámos ao XXV Congresso do P.C.U.S., dão fundamento para dizer que o Partido Comunista da União Soviética cumpriu as tarefas programadas há cinco anos, tanto no domínio da política interna como externa.

O XXIV Congresso do Partido, que se realizou na Primavera de 1971, aprovou um vasto programa socioeconómico cuja tarefa principal era assegurar um considerável aumento do nível de vida material e cultural do povo. Quais são, pois, os resultados do nono quinquénio (1971-1975)? Como fora previsto, a produção industrial aumentou 43 por cento. Para se ter uma ideia clara do que significa este aumento, diremos que, nos dez últimos anos, o país criou um potencial económico igual ao potencial criado durante os 50 anos precedentes.

Para quem se interessa pela elevação do nível de vida do povo soviético, informaremos que as receitas reais por habitante aumentaram quase um quarto. Cresceram 40 por cento os subsídios e regalias concedidas com verbas dos fundos sociais de consumo (instrução e assistência médica gratuitas, jardins de infância, creches, descanso e tratamento nos sanatórios, pensões, subsídios, etc.). Nos cinco anos decorridos, melhoraram as condições residenciais de 56 milhões de pessoas, ou seja um quarto da população.

A elevação do bem-estar dos soviéticos é tanto mais significativo quanto ocorre sobre o pano de fundo dos fenómenos de crise, inflação e desemprego nos principais países desenvolvidos do Ocidente. Só em 1975 a produção industrial nestes países reduziu-se 14 por cento, sendo o número de desempregados superior a 15 milhões. Falámos nisto sem experimentar o sentimento de maldade. Lembramos apenas aos críticos de má fé do socialismo que quem tem telhados de vidro não deve andar às pedradas.

PLANIFICAÇÃO E ESTABILIDADE

O desenvolvimento planificado e estável da economia soviética é a base e a garantia do prosseguimento da anterior orientação de elevar o bem-estar do povo.

Leonid Brejnev declarou no Congresso que se prevê um aumento considerável da produção de bens de consumo e da sua qualidade. O actual potencial económico permite produzir artigos de melhor qualidade. Daí que não se compreendam as deficiências que se verificam neste campo. Algumas empresas foram por isso severamente criticadas no Congresso. Com o seu abnegado trabalho nos mais difíceis sectores, os comunistas mereceram o difícil direito de se dizerem a si próprios a mais franca verdade, por mais amarga que ela seja.

Cumprir as promessas na política interna não é coisa fácil. Pergunta-se quantos partidos dirigentes no Ocidente se podem gabar disso? Mas cumprir as previsões na esfera da política externa e tarefa infinitamente mais difícil, pois nest esfera, o avanço para o objectivo traçado depende das acções de outros Estados soberanos, cujos interesses são, por vezes, muito contraditórios. O XXV Congresso do P.C.U.S. analisou os resultados do cumprimento auspicioso das tarefas delineadas pelo programa de paz. A essência deste programa aprovado pelo XXIV Congresso do P.C.U.S., realizado na Primavera de 1971 e consiste no facto de a União Soviética se ter colocado como objectivo levar a cabo um conjunto de acções com vistas ao fortalecimento da paz e da segurança internacional.

No seu relatório ao XXV Congresso do P.C.U.S., Leonid Brejnev salientou que, nos cinco anos decorridos, as posições do socialismo se consolidaram e que o desanuviamento se tornou a principal tendência. Todo o mundo respirou com alívio quando terminou a guerra do Vietname. Conquistaram depois a sua liberdade o Laos e o Camboja. Os passos de reconciliação, dados pela U.R.S.S. e a Polónia ao encontro da R.F.A., a seguir ao melhoramento verificado nas relações da U.R.S.S com a França, a Itália, a Inglaterra e outros países da Europa Ocidental mudaram o clima na Europa. A Conferência de Helsinquia abriu novas vias para a cooperação entre os 35 estados nela participantes. A melhoria das relações soviético-americanas permite tornar reais as novas medidas visando a contenção da corrida aos armamentos.

O XXV Congresso do P.C.U.S. apresentou um programa de desenvolvimento da luta pela paz, a cooperação internacional, a liberdade e a independência dos povos. A sua essência consiste em prosseguir as buscas colectivas das vias para o desarmamento e para liquidação dos restantes focos militares, nomeadamente, a cessação da corrida aos armamentos no Médio Oriente. O Congresso propôs consolidar o desanuviamento através da cooperação mutuamente vantajosa a longo prazo entre os países socialistas e capitalistas.

Em resposta a todas as dúvidas e invenções dos nossos inimigos o XXV Congresso reafirmou a fidelidade do P.C.U.S. à paz. Quando no Ocidente, nos perguntam qual é a relação mútua entre a nossa política interna e externa, jespondemos: o amor à paz começa na própria casa.

Cartaz gigantesco alusivo ao XXV Congresso do P. C. U. S., exposto na Praça Vermelha de Moscovo

Angola criticou o Zaire na reunião da O.U.A.

ADIS-ABEBA, 25 — (R) — O ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola lançou um virulento ataque contra os movimentos de libertação derrotados no seu país e aos países ocidentais que os apoiaram.

José Eduardo dos Santos, chefiando a delegação da República Popular de Angola, falava na reunião do Conselho Ministerial da Organização da Unidade Africana (O.U.A.) pouco depois de o seu país ter sido admitido pela primeira vez.

Criticou especialmente o Zaire, o vizinho nortenho de Angola, que apoiou a F.N.L.A. (Frente Nacional de Libertação de Angola) e que ainda não reconheceu a República formada pelo M.P.L.A. (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Mencionando repetidamente o Zaire pelo nome, no que observadores viram como uma condenação sem precedentes por parte de outro Estado membro, Santos disse ser lamentável que um Estado africano independente tivesse enviado tropas regulares para Angola.

As forças do Zaire ainda ali se encontravam — acrescentou.

Pediu à O.U.A. que considerasse as suas afirmações de que o Zaire estava a violar a Carta na parte referente à não interferência nos assuntos internos de outro Estado membro.

Na referência aos derrotados movimentos pró-ocidentais, a F.N.L.A. e a U.N.I.T.A. (União Nacional para a Independência Total de Angola), Santos declarou que tinham sido «enviados por Vorster (o primeiro-ministro da África do Sul)».

Elogiou os Estados africanos que já tinham reconhecido o seu Governo e manifestou o seu agradecimento à União Soviética e a Cuba pelo seu auxílio militar e outro para vencer a guerra civil angolana. As palavras de Santos encontraram eco num orador da delegação congolesa que disse que Angola precisava agora de dinheiro e armas da O.U.A. para levar a luta à Namíbia (Sudoeste Africano) e à própria África do Sul.

Numa sessão à porta fechada, segundo fontes ligadas ao Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (O.U.A.), o ministro dos Negócios Estrangeiros do Zaire, Nguza Karl Bond, repudiou as acusações de «pirataria e vandalismo» endereçadas ao seu país pelo chefe da delegação angolana.

Segundo os informadores, Nguza frisou que o seu país estava legitimamente preocupado com os acontecimentos na vizinha Angola e salientou que há mais de um milhão de refugiados angolanos a viver em território zairense.

Sem boa vontade entre os dois países, os refugiados poderão tornar-se numa fonte de subversão contra o Governo de Luanda — preveniu.

Manifestou a apreensão do seu Governo pela presença de forças cubanas e soviéticas em Angola e disse que seja quem for que pense em Cuba deve lembrar-se automaticamente das opiniões de Havana sobre «a Revolução exportável».

«Não temos nós o direito, como país vizinho, de perguntar se esta teoria se pode aplicar a nós e que garantias está Angola disposta a dar quanto a isto?» — acrescentou.

Nguza frisou também que o Zaire cessou o auxílio militar a todas as facções angolanas, proibiu operações de mercenários a partir do seu território e não tem tropas ou bases estrangeiras no seu solo.

Apoio ao secretário-geral no Congresso do P.C.U.S.

MOSCOVO, 25 — (ANOP, A.F.) — Os delegados presentes no XXV Congresso do P.C. da União Soviética manifestam hoje apoio ao secretário-geral, Leonid Brejnev, o seu apoio ao discurso de abertura que aquele dirigente proferiu ontem.

Não foi ainda divulgada a ordem oficial de trabalhos para o segundo dia do Congresso, mas pensa-se que ele será dedicado aos discursos de aprovação do relatório lido ontem por Brejnev sobre a política interna e externa do PCUS para o próximo quinquénio.

Os assuntos internos do Partido devem constar também da agenda de trabalhos de hoje.

Membros do Comité Central e operários de fábricas deverão usar hoje da palavra, como costuma acontecer nos outros anos.

A tónica da intervenção de ontem de Brejnev foi a da continuidade do plano estabelecido para o quinquénio anterior: a prossecução da paz em matéria de política externa, e a luta pela elevação do nível de vida do povo soviético, em política interna.

Os delegados presentes no vasto auditório do Palácio dos Congressos no Kremlin interromperam com frequentes aplausos o discurso de Brejnev, que durou 5 horas e 20 minutos sem contar com as interrupções. Apesar dos rumores sobre o estado se saúde de Brejnev, este não seu quaisquer sinais de fadiga, e tem-se mostrado muito bem disposto e com um aspecto saudável. O texto completo do relatório será publicado no jornal «Pravda», órgão do PCUS.

COMPOSIÇÃO DO PARTIDO

O Partido Comunista da U.R.S.S. conta actualmente 15 694 000 membros, de acordo com os dados indicados por Leonid Brejnev.

Desde o Congresso anterior, o Partido admitiu 2 600 000 novos membros, verificando-se, no entanto, a exclusão de mais de 347 mil pessoas, no âmbito da operação de substituição de cartões de Partido, operação que terminou em Janeiro de 1975.

É a seguinte a composição social do PCUS: 41,6 por cento de operários; cerca de 20 por cento de quadros técnicos; 13,9 por cento de «kolkhozianos»; mais de 24 por cento de funcionários dos serviços de saúde, militares, escritores, artistas e outros.

REACÇÕES NO ESTRANGEIRO AO DISCURSO DE BREJNEV

As referências calorosas que Brejnev fez às relações do seu país com a França foram registadas com o maior interesse nos círculos próximos do presidente Giscard d'Estaing, onde se frisa que as palavras do secretário-geral do PCUS «correspondem à apreciação que Paris faz das relações entre os dois países».

Em telegrama da Reuter, datado de Hong-Kong, dá-se notícia da violenta reacção de Pequim ao programa de paz apresentado por Brejnev. A agência «Nova China» cita um artigo publicado ontem no «Diário do Povo», no qual se classifica a política soviética de «infiltração desenfreada, intervenção, subversão e sabotagem na esperança de dominar a escravizar a população mundial».

Discurso de Brejnev: principais pontos de política externa

Os pontos principais de política externa abordados no discurso que Leonid Brejnev ontem proferiu podem sintetizar-se do seguinte modo:

1 — Desarmamento: a URSS propõe a conclusão de um tratado mundial relativo ao não recurso à força nas relações internacionais.

SALT: os americanos não aceitaram as propostas soviéticas de limitação dos novos sistemas de armamento, ainda mais destruidores.

Redução de forças na Europa: as negociações para a redução mútua e equilibrada de forças na Europa (MBFR) não avançaram nada nos últimos dois anos, porque os países da NATO as querem utilizar para obtenção de vantagens unilaterais.

Oceano Índico: A URSS não construiu nem construirá qualquer base no Oceano Índico, desejando que os EUA façam o mesmo.

2 — China: será prosseguida a política fixada no anterior Congresso em relação à China. Continuará a luta intransigente contra o maoismo. A URSS está pronta a normalizar as suas relações com a China, se Pequim voltar a uma política baseada nos princípios do marxismo-leninismo.

3 — Médio Oriente: a URSS está pronta a colaborar em todos os esforços tendentes a garantir internacionalmente a segurança e inviolabilidade das fronteiras de todos os países do Médio Oriente, no âmbito da ONU ou numa base diferente. A Grã-Bretanha e a França podiam participar nessas garantias, ao lado da URSS e dos EUA.

4 — Relações URSS-EUA: a cláusula que liga a emigração ao desenvolvimento das relações comerciais entre os EUA e a URSS é uma ingerência nos assuntos internos da URSS, que esta não pode aceitar.

A URSS tenciona realmente continuar a sua política de melhoria de relações com os EUA.

5 — Japão: certas pessoas no Japão, encorajadas do exterior, têm pretensões ilegais e não fundamentadas em relação à URSS. Brejnev exprimiu a esperança de que o Japão não se deixe arrastar para o caminho do desacordo entre os dois países.

6 — Partidos irmãos: podem, por vezes, surgir divergências entre os partidos comunistas. Esses problemas são discutidos num espírito de camaradagem autêntica, no respeito da igualdade de direitos e independência de cada partido. Com a exclusão, no entanto, de transigir quanto às questões de princípios e admitir concepções e acções que estejam em contradições com a ideologia comunista.

Caleidoscópio

■ PEQUIM, 25 — (ANOP) — O antigo presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, desmentiu ontem que tivesse qualquer intenção de criticar o presidente Gerald Ford ou o secretário de Estado, Henry Kissinger, ao proferir certas afirmações durante um banquete, em Pequim.

■ WASHINGTON, 25 — (F.P.) — Henry Kissinger regressou ontem à noite a Washington, após uma viagem de nove dias pela América Latina, que o conduziu sucessivamente à Venezuela, Peru, Brasil, Colombia, Costa Rica e Guatemala.

■ NAIROBI, 25 — (ANOP) — O presidente Idi Amin do Uganda declarou não ter qualquer intenção de «ocupar uma polegada do território do Quénia» para com o qual só tem intenções pacíficas.

■ BEIRUTE, 25 — (R.) — O dirigente dos comandos palestinianos, Yasser Arafat, manifestou a esperança de que o apoio soviético ajude a estabelecer um Estado palestiniano independente.

■ LA PAZ, 25 — (R.) — Uma terceira universidade boliviana foi ontem encerrada após tropas terem utilizado gás lacrimogéneo para dispersar estudantes que efectuavam uma greve da fome.

PUB

SINDICATO LIVRE DOS PINTORES DA CONSTRUÇÃO NAVAL E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE LISBOA E SETÚBAL

Rua do Arsenal, 84, 2.º, D. — Telefone 32 31 61
LISBOA-2

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no art.º 31.º alínea j) dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Pintores da Construção Naval, em sessão extraordinária, no dia 10 de Março de 1976, com início às 10.00 horas e termo às 20.00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Deliberação sobre a integração do Sindicato dos Pintores da Construção Naval nos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa e Setúbal.

De acordo com o disposto no art.º 17.º n.º 3 da Lei das Associações Sindicais (Decreto-Lei n.º 215-3/75 de 30 de Abril) o voto será directo e secreto, funcionando as secções de voto nos seguintes locais:

— SETENAVE (MITRENA)
— LISNAVE (MARGUEIRA)
— H. PARRY & SON (CACILHAS)
— C. P. P. (OLHO DE BOI — ALMADA)
— ANTÓNIO A. FERREIRA (GINJAL)
— LISNAVE (ROCHA C. DE ÓBIDOS)
— C. T. M. (ROCHA C. DE ÓBIDOS)
— ARGIBAY (ALVERCA)
— NA SEDE DO SINDICATO

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Maria Marques de Oliveira Velho

Nacional

COM PROIBIÇÃO DAS ACTIVIDADES POLÍTICAS

Reabriu o Liceu Rodrigues de Freitas

. PORTO, 25 — O Liceu Rodrigues Freitas reabriu hoje as suas portas funcionando as suas aulas normalmente desde manhã, após os violentos confrontos entre estudantes daquele estabelecimento de ensino, distribuídos em posições de «esquerda» e de «direita» e que à semelhança do que acontecera já no Liceu Garcia da Orta, levaram a comissão de gestão a decidir pelo seu encerramento.

A reabertura das aulas é condicionada pela proibição de serem exercidas actividades políticas, por parte dos alunos, naquele liceu.

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

A reestruturação das carreiras docentes do ensino superior que começou a ser discutida no ano lectivo findo é objecto de um decreto-lei emanado do M. E. I. C. que lança as primeiras bases (modificações) de uma futura redifinição do estatuto da carreira docente. Modificações essas — acautela o texto do decreto — «que, sem comprometer opções futuras, permitam, desde já, promover as adaptações necessárias à situação presente e o ensaio de soluções que, a mostrarem-se válidas, poderão ser sancionadas no futuro».

Nesse sentido «por períodos não superiores a um ano, mas renováveis, podem os servidores de Estado e das autarquias locais legalmente habilitados ser autorizados por despacho ministerial, quando tal não represente inconveniente para os respectivos serviços, a neles exercerem uma actividade semanal a tempo parcial, a fim de desempenharem funções docentes numa escola superior». Terminado o serviço na escola, prossegue o decreto, «os funcionários regressam à sua situação normal no seu serviço de origem». Caso se verifique a subutilização do docente na sua escola de origem, ele pode ser destacado, mediante despacho ministerial para prestar parte do seu serviço em outras escolas superiores da mesma cidade.

Em contrapartida, «aos docentes que tenham em curso trabalhos de reconhecido mérito e interesse cujo andamento esteja a ser prejudicado por outras atribuições escolares, poderá ser concedida equiparação a bolseiro a tempo parcial, cujo efeito consistirá em reduzir essas outras atribuições escolares».

Aos investigadores das escolas superiores — sublinha o texto — podem ser atribuídas funções docentes, «em matérias da sua especialidade até ao limite correspondente a metade das atribuições normais dos docentes». Caem no âmbito do articulado anterior os investigadores dos centros e institutos de Alta Cultura a quem podem, «por despacho ministerial, ser atribuídas iguais funções em escolas superiores da mesma cidade do seu local de trabalho em que haja falta de docentes».

OBJECTIVOS DA VISITA DE VITOR ALVES

Com início marcado para o próximo dia 1 de Março, o ministro da Educação e Investigação Científica, major Vitor Alves, desloca-se à Jugoslávia onde permanecerá até ao dia 5 do próximo mês. Nos seus objectivos mais imediatos inscrevem-se o ensino básico de 8 anos na Jugoslávia e o ensino especial das crianças ditas diminuídas (física ou psíquicamente) e também o das crianças difíceis, quer por razões sociais ou familiares, quer por inadaptação à escola ou ao professor. Se a abordagem do Ensino Básico na Jugoslávia nos remete para o seu funcionamento no quadro geral do País, com os problemas específicos das várias zonas, nomeadamente as menos evoluídas, o ministro estudará como refere a nota do M. E. I. C. «questões de pormenor» (a título de exemplo: a relação numérica professor-aluno, a didáctica das várias disciplinas).

Para uma possível análise comparativa, Vitor Alves e a sua comitiva debruçar-se-ão sobre o «estado de desarticulação e a precaridade de meios, quando foi lançada a nova reforma de ensino na Jugoslávia após a II Grande Guerra». Nesse sentido, serão apreciadas, «as medidas tomadas para a sua reconversão e dinamização, até ao aperfeiçoamento actual, tanto numa panorâmica ampla como no caso particular da recuperação acelerada dos adultos».

Entre outros pontos temáticos relevantes na visita do major Vitor Alves salienta-se a observação e estudo das «escolas normais para preparação de docentes (...), posição da escola no quadro do sistema socialista autogestionário (...) sistema de gestão de escolas, nos vários níveis de ensino: primário, secundário e superiores; seu financiamento, autonomia administrativa e pedagógica; participação dos discentes naquelas actividades; ensino à distância; cooperação entre as escolas e organizações sociais».

Além destes objectivos em tudo ligados à política educacional da actual equipa do M. E. I. C., desenvolvida, a desenvolver ou por desenvolver, o ministro poderá ainda visitar estabelecimentos de ensino para observar «in loco» alguns dos pontos acima referidos.

ELEIÇÕES NOS LICEUS

O programa da lista que se apresenta com a sigla «por um ensino ao serviço da independência e da democracia» e que é apoiada pela U. E. C.-ml e J. S. D. ganhou as eleições para a direcção da associação dos liceus D. Pedro V, D. Dinis, Liceu de Setúbal e Escola Náutica.

No D. Pedro V, onde a votação atingiu o número de 65 por cento, a lista em referência, cassificada em B, ganhou por 39 por cento dos votos. A lista C, afecta à J. S. e A. S. J. ficaria em segundo lugar com 27 por cento dos votos; a lista E, afecta à U. E. C. arrecadaria 17 por cento; a lista A, do M. R. P. P., 10 por cento, a lista D, apoiada pela F. E. C. e pela U. D. P., 6 por cento.

A lista vencedora, socorrendo-nos do seu manifesto do programa, é constituída por «estudantes anti-sociais-fascistas e antifascistas, dispostos a combater firmemente a campanha de sabotagem do ensino, conduzida principalmente pelos sociais-fascistas e seus lacaios».

RIO MAIOR: FALTAM PROFESSORES

«Há necessidade imediata de 22 professores, na Escola Secundária de Rio Maior» — afirmou a delegação das Comissões de Pais e Trabalhadores-Estudantes de Rio Maior que anteontem se deslocou a Lisboa, com o fim de apresentar várias reivindicações à Comissão Central de Colocações.

Se o M. E. I. C. não resolver o problema — foi dito — «vamos tomar a iniciativa de colocarmos nós mesmos os professores na Escola Secundária de Rio Maior».

Recorda-se que por acto idêntico foi recentemente suspensa a Comissão de Gestão da Escola Patrício Prazeres e nomeado pelo M. E. I. C. em sua substituição, um gestor.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS AS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLE DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!

UNIDOS VENCEREMOS!

ALFREDO DIAS COELHO
FALECEU

Juliana Augusta Coelho, Alice Dias Coelho Beirão, marido e filha, Fernando Dias Coelho e mulher, Rui Dias Coelho, mulher e filhos, Maria Sofia Dias Coelho, Maria Adelaide Dias Coelho de Aboim Inglês, marido e filha, Maria Natália Dias Coelho, Maria Emília Dias Coelho, filhas de José Dias Coelho e restante família, participam o falecimento do seu querido marido, pai, sogro, avô e parente, tendo o seu funeral sido realizado no passado dia 19 de Fevereiro.

A família na impossibilidade de o fazer pessoalmente, agradece reconhecida a todos quantos a acompanharam.

Em ALVALADE-SADO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

SANTO AMARO DE OEIRAS — ESPÓLIO

LEILÃO

Rico mobiliário de estilo — Mobílias completas e móveis soltos ricos e modestos — Quadros de bons autores — Boas pratas — Objectos d'arte — Utilidade electrodomésticas — Carpetes e passadeiras — Cristais — Porcelanas — Bronzes — Faianças — Loiças China c. das Índias — Mármores — Diversos de difícil discriminação, que guarnecem 15 divisões da moradia com 3 pisos sita na AV. MIGUEL BOMBARDA, N.º 8-F — Sº A. OEIRAS

Há anos mobilada por bom decorador, sendo agora todo o recheio vendido por motivo de partilhas

AMANHÃ 5.ª E 6.ª-FEIRA, DAS 24 HORAS

Exposição amanhã das 15 às 18,30 h

SOC. DE LEILÕES AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1 Telfs. P.P.C. (8 Linhas) 532929 - 51478 - 47018/9 AFRA FILHOS, Lda

resposta rápida a qualquer problema

na execução de

CARTAZES
PUBLICAÇÕES
JORNAIS E REVISTAS

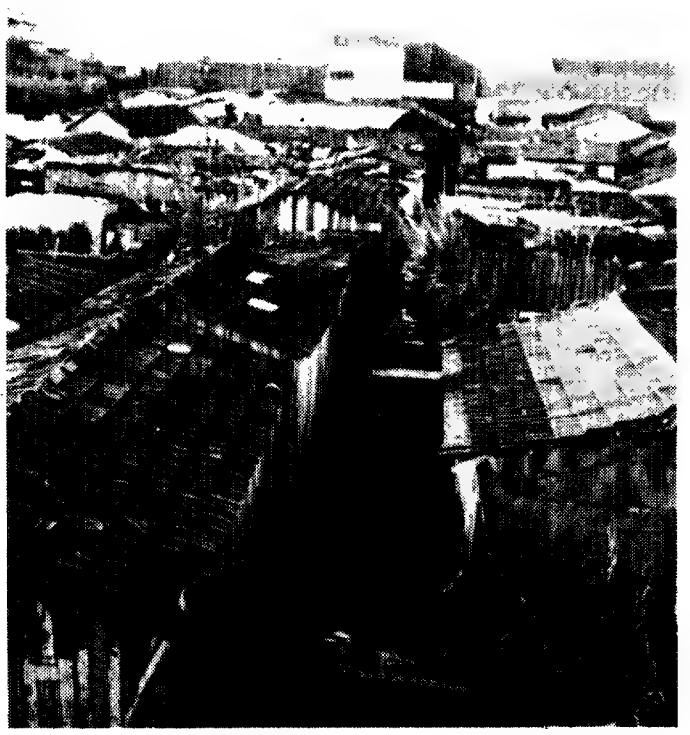
SOMOS:
RENASCENÇA GRÁFICA

Rua Luz Soriano, 44 Tel 320271/2/3 e 321154/5

Nacional

Bairro das Mós e Fetais

A lei do povo nas barracas



Uma panorâmica do bairro das Mós e Fetais. Casas sim, barracas não — pensam os habitantes

«Casas sim, barracas não». Um **slogan** mobilizador de milhares de pessoas. Em manifestação. Há uns meses atrás. E hoje o **slogan** permanece ainda... Nas inscrições de parede dos bairros periféricos da cidade (e dentro dela) onde se amontoam aqueles a quem não se reconheceu o direito a uma habitação condigna. Os moradores do bairro das Mós e Fetais, em Camarate, reivindicam essa palavra de ordem com toda a força. Em 9 de Setembro de 1975 constitui-se legalmente a Associação Democrática Primeiro de Maio que compreende dois mil habitantes. A sua sede provisória funcionava no bairro das Mós, número 7, numa casa cedida por José António Centeio, figura de peso no meio da pobreza generalizada que reina em Camarate. Nos seus bolsos pesa o dinheiro do aluguer dos terrenos e das barracas onde vegetam e vivem os explorados.

A história da casa transformada em associação e mais tarde em creche (eram esses os projectos últimos) é, neste momento, objecto de controvérsia. O proprietário voltou atrás com a palavra dada, em Julho passado, numa reunião em que estiveram presentes membros da Associação de Moradores e da Junta de Freguesia, elementos das Forças Armadas e da Equipa SAAL.

Eelementos da Associação de Moradores quando falavam ao nosso repórter

Fazendo tábua rasa dos compromissos assumidos, José António Centeio, no último sábado, ocupa a referida casa armado de caçadeira. Enfim — na disposição firme de não arredar pé...

Aliás, a entrega da casa à Associação não corresponde a um gesto voluntário. As circunstâncias assim o obrigaram. Nessa altura, o esboço de poder popular ganhava uma certa forma. José Centeio rendeu-se. No íntimo, todavia, esperava a criação de condições favoráveis para dar o dito por não dito.

POVO ZANGADO

E o que faz o povo do bairro das Mós e Fetais?

Ana Maria, da Associação dos Moradores, frisou: «O povo já está acostumado às façanhas desse senhor. Os braços do povo construiram-lhe uma casa que ele dizia ser para a sede do clube de anos, o proprietário respondeu futebol cá da terra. Depois apanhou a obra feita e transformou aquilo em taberna. Por isso o povo não se admira que ele tenha ocupado a casa cedida à Associação. No entanto, o povo, se nós deixássemos, já tinha ido em massa reocupar a casa. Mas nós não queremos utilizar a força. Por enquanto estamos a recorrer aos meios legais».

No início do processo desenrolado pela população das barracas, José António Centeio tentou mostrar que colaborava, que aderia, que estava interessado numa política de melhoramentos ao nível da construção de estradas, canalizações e luz. Dentro, portanto, de uma linha que não tinha objectivamente em conta o problema da habitação. Antecipou-se e arranjou uma comissão. Uma comissão da sua confiança...

«Na primeira reunião (acrescenta Ana Maria) caiu lá o povo das barracas que ao aperceber-se das manobras de uma comissão que apontava apenas para os problemas menos importantes se exaltou.

José Centeio desistiu de ir para a frente com a tal comissão. Ali mesmo o povo nomeia uma nova comissão para tratar dos seus interesses. Era necessária uma casa onde nos pudéssemos reunir. Quando nos veio à lembrança a casa de Centeio, abandonada há cinco que aquilo era dele e ninguém punha lá o pé».

AS INSTRUÇÕES DO PAI...

As reuniões da Associação de Moradores decorriam em locais variados ao sabor das disponibilidades de momento: ora num barracão, ora nos quintais deste ou daquele... Até que um sócio volta a abordar a questão da casa de José Centeio. **O povo não quis ouvir mais nada.** Dirige-se ao número 7 do bairro das Mós e concretiza a ocupação. O proprietário ficou furioso, mas a intervenção das Forças Armadas, representadas pelo capitão Salvado, da Escola Prática de Serviço de Material de Sacavém, levou-o a aceitar as conversações com os elementos da Associação de Moradores. Surgem propostas no sentido do pagamento de uma renda e o Centeio recusa alegando que cumpria instruções do seu pai...

A Associação de Moradores emprega os tempos livres em tornar a casa funcional. A gora que as obras estavam numa fase de acabamento, o proprietário decidiu ocupá-la: Armado de caçadeira recebe um enviado da Associação de Moradores. E diz «Não quero conversas e estou disposto a matar ou a morrer».

Maria da Luz, outro membro da Associação de Moradores, relata alguns pormenores do comportamento de José Centeio, antes do 25 de Abril.

«Alugou um terreno dividido em parcelas ao Castanheira de Moura. O inquilino exigiu que o terreno, onde existiam barracas, lhe fosse entregue limpo. O Centeio não esteve com meias medidas: apoiado por patrulhas da G. N. R. pôs as pessoas na rua. Foi um crime. Viam-se homens, mulheres e crianças a dormir ao relento e à chuva, tapados com mantas... Isto não caiu bem no povo. Ele tem a mania de fazer o que quer porque possui dinheiro. Já teve questões por causa das barracas e de todas elas saiu vencido».

Apesar das limitações impostas pela alteração da situação política, a Associação de Moradores do bairro das Mós e Fetais continua a lutar. Uma portaria de 31 de Janeiro de 1976 concedeu, entre outros subsídios à Câmara Municipal de Loures, e no âmbito das acções do SAAL, 2.147.200$00 para a aquisição de terrenos destinados ao bairro das Mós — e cerca de mil contos para fazer face ao encargo da construção de 170 fogos. Estes projectos enquadram-se na luta para acabar com as barracas. Entretanto, a Associação, depois de uma colecta feita junto da população, obteve fundos para o arranjo da estrada.

Os acessos ao bairro das Mós e Fetais eram péssimos. Havia uma azinhaga estreita que em tempo de chuva atolava os transeuntes em lama. As obras de construção de uma estrada capaz já começaram. Dentro em breve o povo das Mós e Fetais terá nove metros de estrada, três passeios e uma rotunda para estacionamento de autocarros. Actualmente os veículos da Carris só chegam às Galinheiras. E o povo das Mós e Fetais reivindica um autocarro ao serviço (também) do seu bairro.

Em todo este processo de luta desenvolvida pela Associação de Moradores ressalta a ajuda prestada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures e a receptividade das Forças Armadas (até ao 25 de Novembro) a este tipo de iniciativas.

«Desde que o povo continua a apoiar as suas Comissões de Moradores e as estruturas de poder popular, embora o apoio das Forças Armadas e do Governo Civil nos tenha sido retirado, pensamos que é possível fazer alguma coisa» — salientam os membros da Associação Democrática Primeiro de Maio.

No Bairro das Mós e Fetais, em barracas de madeira e lata, vivem famílias numerosas. Uma estatística revelaria que o estrato social dos habitantes é, na sua esmagadora maioria, constituído por operários da construção civil e de diversas indústrias. Daqueles que ganham o salário mínimo. Acontece ainda outra particularidade no bairro das Mós: a frequência com que a água e a luz faltam. O povo já andava desconfiado... Um dia resolveram fazer vigilância às cabinas e a luz não faltou. Este facto veio reforçar as suspeitas do povo de Camarate. Com a água passa-se igualmente coisas muitos estranhas. E o povo desconfia de sabotagem...

L.F.

Em BUARCOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATELITE

CANTINA (VELHA) DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

CARNAVAL BRASILEIRO

com

«OS ACADÉMICOS DO SAMBA»

4 NOITES DE CONVÍVIO

Sexta-feira (27) — 22 h.
Sábado (28) — 22 h.
Domingo (29) 22 h.—16 h. «Matinée» infantil
Segunda-feira (1) — 22 h.

DIRECÇÃO DA
A. E. F. M. L.

PREÇO 50$00

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES

FORNECIMENTO ATÉ 2500 SACOS (125 TONELADAS) DE CIMENTO «PORTLAND NORMAL»

Na sede da Administração dos Portos do Douro e Leixões, Palácio da Bolsa, cidade do Porto, perante a Comissão para este fim nomeada, realizar-se-á, no dia 17 de Março de 1976, pelas 15 horas, concurso público para a adjudicação do fornecimento supracitado.

O depósito provisório de 3125$00 (três mil cento e vinte e cinco escudos) será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, na filial, agências ou delegações ou directamente na Tesouraria da mesma Administração, no próprio dia do concurso, salvo se for apresentada garantia bancária, de igual valor, devidamente aprovada por despacho obtido através da Direcção-Geral da Fazenda Pública.

O depósito definitivo será de 5 % do valor da adjudicação.

O programa e condições do concurso estão patentes, todos os dias úteis, durante as horas normais do expediente, na Divisão de Secretariado da Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros desta Administração e da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, em Lisboa.

A documentação a apresentar no concurso, salvo a guia de depósito provisório, não necessita de ser selada.

Administração dos Portos do Douro e Leixões, em 23 de Fevereiro de 1976.

Pel'O Presidente do Conselho de Administração
Alfredo H. de Oliveira Stoffel

Por si a TAP corre mundos,
porque é Você que faz crescer a TAP!
Você e o seu constante vai-e-vem!
Agora, também para Caracas e Milão!
Voos para Milão às 4.as, 6.as e domingos;
com regresso no mesmo dia.
Para Caracas, às 4.as e sábados
e regresso às 5.as e domingos.
Para si, para melhor o servir,
a nova dinâmica TAP.

Consulte o seu Agente de Viagens

TAP
TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES

Espectáculos

CRÍTICA DE MÚSICA — MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Ópera de importação

Independentemente do conteúdo ideológico, de sentido mais ou menos revolucionário e progressista, explícito no argumento de uma qualquer ópera de Verdi, importa compreender sobretudo o alcance da própria **actividade criadora** do compositor, do seu percurso, da sua inserção numa dada situação histórica. Na ópera «Um Baile de Máscaras», agora levada à cena no S. Carlos, nada existe de panfletário. Se fizermos um esforço para encontrar no texto do «libretto», ou em algum dos seus «números», uma relação, voluntariamente assumida pelo artista criador, com a luta patriótica do povo italiano pela unidade e independência — relação tão evidente em tantos outros argumentos verdianos — nada de significativo descobriremos. No entanto, como rezam as crónicas, foi por ocasião da estreia desta ópera que o grito «Viva Verdi!» teve uma das suas primeiras explosões políticas...

Não era, porém, **aquela** ópera ou **aquele** «libretto» o motivo da exaltação patriótica das massas que primeiro a aplaudiram. Nem o facto de se saber que, por detrás da colónia inglesa da América, dada como local da acção, se escondia uma corte europeia e um regicídio europeu, e que, por isso mesmo, a obra sofrera as prepotências da censura. Era, muito simplesmente, o significado **em si** de mais uma ópera de um grande artista italiano, de um grande expoente da cultura italiana, de um grande patriota. Em plena luta contra a dominação austríaca, pela unificação da Itália, as óperas de Verdi espelhavam o poder criador do povo italiano, representavam uma vigorosa afirmação artística da sua individualidade nacional, da sua cultura. Eram compreendidas pelas massas populares, que acorriam aos teatros líricos e encontravam nessas óperas, afinal, a força do «Risorgimento», o sentido gregário e libertário da sua luta. Daí o «Viva Verdi!» a propósito de «Un Ballo in Maschera», como poderia ser a propósito do «Il Trovatore» ou do «Nabucco»...

Nos teatros líricos de Itália representava-se então, e representa-se hoje, sobretudo ópera italiana. É uma consequência natural da tradição secular de um dos povos mais fecundos, nesse domínio. Berço da arte lírica, a Itália não ficou a deter, só por isso, o exclusivo da originalidade, ainda que, de Monteverdi a Bussotti ou a Luigi Nono, passando por Cimarosa, Rossini, Bellini, Verdi, Puccini, Dallapiccola (e legiões de outros autores), averbe dezenas das maiores obras-primas do género. Em terras germânicas surgiu uma linhagem de compositores de ópera também muito individualizada e contando com nomes de tanto peso na cultura europeia como os de Mozart, Beethoven, Wagner, Richard Strauss, Schoenberg, Alban Berg, Bertolt Brech.g Kurt Weil, Paul Dessau, para não falar em casos como o de Carl Orff, Henze ou Kagel. Depois, há uma tradição francesa e uma tradição russa também absolutamente individualizadas (encontrando-se a última em plena expansão, desde a Revolução de Outubro, nas diferentes Repúblicas Soviéticas). E há várias outras tradições nacionais, de menor ressonância mas também com sólidos e universais valores.

Quanto a nós, portugueses, a tradição, se existe, é pobre e descontínua. Temos importado mais, numa atitude de consumo passivo, do que favorecido o trabalho criador dos artistas portugueses. Estes, por seu lado, só raramente têm conseguido libertar-se do epigonismo das fontes estrangeiras e criar obra original. Para ultrapassar tal situação, é preciso rever o programa de acção do Estado (através do seu instrumento neste ramo da cultura — o Teatro de S. Carlos), e revê-lo de alto a baixo. O grande erro do investimento de 60 000 contos está em destiná-lo exclusivamente ao consumo do que se faz lá fora. Embora o intercâmbio com o estrangeiro seja imprescindível, teremos de considerar muito pouco reprodutiva, no plano cultural, uma verba que se limita a assegurar a existência do Teatro como estrutura (envolvendo vários suportes artísticos: orquestra, elenco de cantores, coro, corpo de baile, técnicos diversos, etc.) destinada praticamente apenas a montar obras ou produções estrangeiras. Na situação sociocultural desencadeada pelo 25 de Abril, e não obstante todas as tentativas de recuperação em curso, os moldes em que continua a funcionar o Teatro de S. Carlos constituem um gritante anacronismo.

Qual é a alternativa? Afigura-se-me que será estudar um plano prioritariamente orientado para o fomento da actividade criadora dos autores e intérpretes portugueses, onde o S. Carlos não figure como fim mas como meio de irradiação cultural. A encomenda de originais a dramaturgos e compositores portugueses, de preferência concebidos para pequenos conjuntos vocais e orquestrais, e permitindo uma montagem fácil em qualquer ponto do País, seria, por exemplo, uma das direcções em que o Teatro de S. Carlos mais deveria concentrar-se.

Mas não. Por agora — e por quanto tempo ainda? — só nos resta consumir a arte que nos chega «via importação». Em casos como o de «Um Baile de Máscaras» nem sequer importamos qualquer coisa de novo: nem a ópera, nem o autor, nem a encenação, nem os cantores. Importamos a linha mais conservadora e tradicionalista da ópera burguesa — suficientemente conservadora e tradicionalista para apagar do próprio Verdi toda e qualquer reminiscência revolucionária incómoda. O encenador Tommasi voltou claramente a mostrar (como já o fizera na **Aida**) o seu mau gosto e a sua vocação reaccionária. Prevaleceu, isso sim, a realização musical, com as contribuições do mais alto nível artístico de Carlo Bergonzi (Ricardo), Matteo Manuguerra (Renato), Malaspina (Amélia) e Viorica Cortez (Ulrica), esta última imprimindo à personagem uma profundidade psicológica que os restantes artistas, mal dirigidos, não souberam alcançar. Helena Pina Manique merece uma palavra de muito apreço, pelo acerto das suas intervenções, dentro das exigências musicais do papel (Óscar, o pagem). A Orquestra da Radiodifusão Portuguesa e o Coro do Teatro de S. Carlos, bem como os demais cantores portugueses deram talvez o maior rendimento possível, sob a direcção de um maestro dos mais experimentados: Molinari Pradelli.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA CAMARADA ZÉ!

SALVADOR ★ FLORBELA ★ HENRIQUE SANTANA

VITOR MENDES
CARLOS GONÇALVES

à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA

Domingo e 3.ª feira de CARNAVAL, «matinées» às 16 h. e 2 sessões, às 20.30 e 22.45

2.ª feira, espectáculos às 20.30 e 22.45, descansando a Companhia na 4.ª feira de Cinzas

Bilhetes à venda sem aumento de preço

TEATRO INFANTIL no CARNAVAL — Sábado e 2.ª feira, 2 «matinées», às 15 e 17 h. com «O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

Bilhetes a 10$00, 15$00 e 20$00 (só!)

COMUNA
Teatro de Pesquisa

NOVO HORÁRIO
Às 5.as, 6.as e SÁBADOS ÀS 21.30

FOGO!

Domingos — Só às 18 h.

PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624

Sábado, 28, a peça «Fogo!» será apresentada no Salão dos Bombeiros em Mem Martins

MÁQUINAS DE ESCREVER «BROTHER»
PORTÁTEIS
A PREÇOS POPULARES
Óptima oportunidade
Av. Almirante Reis, 10-C

ÓPTIMO ANDAR

VENDE-SE, Quinta das Freiras, Bloco D, 1.º D.
(Av. Álvaro Pais à Av. 5 de Outubro)

Grande sala comum com 40 m2, 2 quartos Totalmente alcatifado, papel nas paredes. Acabamentos de 1.ª qualidade. Cozinha com todos os electrodomésticos.

Mostra porteiro do Bloco E.
Trata Telef. 899649 das 13 às 14 horas

SOCIEDADE «ESTORIL»
LINHA DE CASCAIS

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 23 e 24 no troço Belém-Algés e 25, 26 e 27 no troço Cruz Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 10 às 12 e das 14.30 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

OPINIÃO LIVREIROS DE LISBOA, S A R L

CAPITAL 1.000.000$00

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

É convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade para se reunir no dia 10 de Março de 1976, na sede social em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, n.º 24, pelas 21 horas, com a seguinte ordem do dia:

1.º Discutir e votar o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal relativos aos exercícios de 1974 e 1975;
2.º Eleger a mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o biénio de 1976/1977;
3.º Tomar a deliberação e providências que se considerem úteis para a sociedade.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Asdrúbal Alves Pereira Calisto

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

UNIÃO SOVIÉTICA: CONHECÊ-LA PARA COMPREENDÊ-LA

Durante cinco décadas estivemos submetidos a uma terrível máquina de deformação. Através da Imprensa, da Rádio, da Televisão e da literatura consentida chegavam até nós as maiores calúnias sobre as condições de vida na União Soviética. O muito anticomunismo que por aí anda amorosamente cultivado, não significa outra coisa do que a colheita de uma tão longa sementeira. Anticomunismo que assume, não raras vezes, a forma de anti-sovietismo. A reacção nacional ou internacional, não perdoa à União Soviética o grande auxílio prestado a tantos povos e sem os quais seria impensável a sua libertação.

Esta e outras conclusões não derivam de qualquer ilusão de optica motivada por facciosismos ideológicos. Qualquer pessoa, minimamente isenta e liberta de complexos ianques, verifica que assim é. Mesmo ao nível da política internacional se verifica a vantagem da existência do regime soviético. Se já não é possivel a «política da canhoeira», se o Egipto pode defender as suas riquezas, se os países produtores de petróleo podem jogar esse trunfo «impunemente», não é senão porque existe uma força chamada União Soviética.

Entre nós, para combater o escalracho do anticomunismo, seria de muita importância a actividade da Televisão. Infelizmente, porém, particularmente através do **Telejornal**, a Televisão Portuguesa tem feito muito jogo sujo, muito golpe baixo que vão alimentar as manobras antidemocráticas que por ai estadeiam à clara luz do dia. Pode o Conselho Nacional de Eleições, num momento cuja escolha para o efeito dá muito que pensar, vir a aconselhar moderação e compostura nos comícios: nem por isso o P. P. D. abrandará a sua agressividade de mau prenúncio, nem por isso o C. D. S. vai deitar fora as suas mocas. Só a acção positiva no domínio das conquistas sociais, ajudada por amplas sessões de esclarecimento, que a Televisão não faz, por sistema, pode ir derrubando a arma primeira das forças antidemocráticas que se chama anticomunismo.

Escusam de teimar. Na roleta do fascismo, quem quer «ganhar», carrega no anticomunismo.

A CRÍTICA, ARMA DO SOCIALISMO

Tudo se modificaria, ao nível do esclarecimento público, se a Televisão passasse mais documentários como o de ontem, intitulado «Viver em Moscovo».

O documentário testemunha que se encontra em marcha o caminho para a libertação do homem. Sem se pretender, é claro, que todos os problemas estejam resolvidos — e nós ontem vimos como os cidadãos soviéticos são capazes de fazer críticas a certos aspectos da sua vida.

Mas mesmo assim os soviéticos mais novos, quando se referem a certas debilidades da sua vida, não tomam em linha de conta esses mesmos aspectos noutros países. Falam, por exemplo do seu problema da habitação, ainda não totalmente resolvido. Simplesmente o problema de que falam tem outra dimensão. Para eles, o problema consiste em possuir melhores casas, mais espaçosas, mais confortáveis — não se põe por exemplo, tomando como padrão os bairros de lata, as **favelas**, os **bidonvilles**, os bairros tenebrosos de Tóquio, de Nova Iorque, de Londres, etc., etc.

Quando se referem às deficiências dos seus hospitais, têm em mente, o seu projecto de assistência no futuro. Não tomam, como padrão, a assistência aos pobres no mundo capitalista, que, quando existe, existe nas condições mais degradantes. Enquanto na União Soviética a assistência é totalmente gratuita, nos paises capitalistas o direito à saúde, é privilégio das classes favorecidas.

Não esqueçamos isto se pretendermos compreender no seu verdadeiro significado as críticas feitas pelos cidadãos soviéticos. Aliás justamente, porque sem crítica não se progride, não se melhora. E na União Soviética a crítica é uma arma preciosa do socialismo.

O HOMEM COMEÇA A VENCER A SELVA

Como tivemos ontem ocasião de verificar, os operários soviéticos comem carne todos os dias, pagam rendas de casa, não superiores a 5 por cento do salário (e a renda inclui água, gás, electricidade, aquecimento...) têm transportes públicos quase gratuitos, trabalham 35 horas por semana, usufruem da maior consideração social, transformam-se mesmo em ídolos para o povo soviético, não pagam um tostão quando adoecem, etc., etc...

Tudo isto nos foi contado sem subterfúgios, sem qualquer ideia de propaganda. Contactamos com experiências directas — além de que, se o filme não denunciava hostilidade a União Soviética, também nada fez para «facilitar» a vida aos entrevistados, não iludiu as perguntas. Por vezes tirou mesmo conclusões que não se adaptam às realidades.

Por exemplo: o repórter verificou a tranquilidade dos cidadãos a sua total ausência de medo no presente, a sua confiança, no futuro, a harmonia das velhas gerações e das gerações mais novas — e atribuía depois essa tranquilidade ao espírito tradicional dos russos!

. Caspité! A tradição revolucionária dos russos desmente a explicação. Se qualquer povo tiver assegurado o trabalho, o pão, a instrução a saúde, a consideração social, a segurança na velhice, etc, esse povo viverá tranquilo no desenvolvimento harmonioso da sua personalidade.

O segredo não está no povo russo: o segredo chama-se socialismo. O socialismo que fez, de uma sociedade degradada e humilhada, a sociedade mais rica e humana, do universo.

E porque assim é, a luta continua, num mundo onde continuam a degradação, a miséria, o desemprego, a falta de consideração pelo trabalhador.

Radiodifusão Portuguesa

A «Empresa Pública de Radiodifusão» passa a denominar-se «Radiodifusão Portuguesa — Empresa Pública», por abreviatura RDP — de acordo com alteração introduzida na redacção do decreto que a criou, em 2 de Dezembro.

Apenas a denominação da empresa foi alterada, mantendo-se a redacção dos restantes artigos que dispõem as formas de a RDP cumprir o seu objectivo, que é o exercício do serviço público de radiodifusão.

PUB

SINDICATO LIVRE DOS PINTORES DA CONSTRUÇÃO NAVAL E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE LISBOA E SETÚBAL

Rua do Arsenal, 84, 2.º, D — Telefone 32 31 61
LISBOA-2

A TODOS OS SEUS ASSOCIADOS

A LUTA CONTINUA

PARALISAÇÃO

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUCÃO
PELO CONTROLO DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS
DIA 26 DE FEVEREIRO DAS 15 ÀS 17 HORAS
UNIDOS VENCEREMOS!

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1976.

PELA DIRECÇÃO
Álvaro J. P. Farinha

PARA AS FESTAS DE CARNAVAL, Guerlain propõe maquilhages vivas, com «rouge» «FRIPON» e sombras verdes. No rosto, tratamento antecipado com o regenerador «EMULSION D'AMBROISIE». E perfumes... «CHANT D'AROMES», ou «CHAMADE».

Hoje

Maria Matos

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **«David»** — série filmada.
19.25 **«Maria da Fonte»** — documentário transmitido dos Estúdios do Porto.
19.55 **Evocação de Werner Heisemberg**
20.15 **Vamos Jogar no Totobola** — prognósticos para o próximo concurso.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas**
21.35 **Noite de Cinema** — «O Costa do Castelo» — ano de produção: 1943. Realização de Artur Duarte. Intérpretes: Maria Matos e António Silva.
22.45 **Telejornal** — 3.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Lua de Papel»**
20.30 **As Pedras e o Homem** — Marvão.
21.00 **«Pesquisa»** — «Operação Homem de Gelo» — com Anthony Franciosa.
21.55 **Expedição**
22.00 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
22.50 Fecho.

Amanhã

I PROGRAMA

13.15: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: «O Golfinho Branco» — série filmada; **14.00**: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Língua Portuguesa (1.º ano); **14.35**: Matemática (2.º ano); **15.00**: Francês (1.º ano); **15.25**: Ciências da Natureza (2.º ano); **15.50**: Educação Visual (1.º ano); **17.10**: Mametática (1.º ano); **17.35**: Língua Portuguesa (2.º ano); **18.00**: Trabalhos Manuais (1.º ano); **18.25**: Francês (2.º ano). **2.º Período** — **19.00**: Abertura e «O Palhaço Ferdinand»; **19.35**: «A Flecha Negra» — série filmada; **20.00**: TV Palco — actualidades teatrais por Igrejas Caeiro; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro: **21.05**: Momento Político — com o ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha; **21.35**: Panorama Vila da Feira em festa; **22.05**: «Os Thibault» — série realizada para a Televisão Francesa por Andre Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título da autoria de Roger Martin du Gard. Premio Nobel de Literatura; **22.45**: Telejornal — 3.ª edição: **23.00**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «O Golfinho Branco»: **20.30**: Teatro — «Dança da Morte em Doze Assaltos» — de Fredrich Dürrenmatt na tradução de Ricardo Alberty e adaptação de Jorge Listopad, com Carmem Dolores, Álvaro Benamor e Augusto Figueiredo; **22.30**: Telejornal: **23.00**: Fecho.

Desporto

Rescaldo de uma farsa

Coopman interdito de tentar o título europeu de boxe

A União Europeia de Boxe privou o campeão belga dos «pesados», Jean-Pierre Coopman, de combater para o título europeu, em consequência de ter defrontado, em Porto Rico, o titular mundial, Muhammad Ali (Cassius Clay). A privação é por dois anos.

Segundo o secretário-geral da União (Piero Pini) a decisão foi tomada por unanimidade, *em face da atitude de desrespeito de Coopman pelos interesses de outros.*

Pini citou o «manager» de Coopman (Karl Jaeger) como tendo dito que o seu pupilo fora expulso pela Federação Belga de boxe e que, por isso, estava impossibilitado de qualquer actividade pugilística.

A União havia prevenido Coopman dos riscos que corria se combatesse com Ali. Este (aliás) venceu como quis, pondo termo à luta por KO ao 5.º «assalto».

Remo: o que temos e o que queremos, já!

Parece ter sido necessário que os polacos se deslocassem a Portugal, para que nós encarássemos mais a sério o remo, modalidade que não é rica (como o golfe, por exemplo), nem é pobre (ciclismo, por exemplo).

Ora estes polacos que ainda estão de visita despertaram-nos o gosto olímpico pela modalidade, e aí estamos nós, significativamente atrasados mas bem dispostos, a não querer perder o barco da próxima carreira para destaque europeu.

Será possível?

A esperança pode passar a morar, a partir de agora, no estaleiro nacional que a Direcção-Geral dos Desportos projecta construir, e onde se montarão os barcos bem portugueses. Mas, depois disso, teremos os remadores. E aqui é para perguntar: corresponderão ao investimento em vista?

Escolas de remo, em Portugal, temos cerca de trinta. A maioria, como é racional, concentra-se na faixa do litoral. E como na orla costeira outros divertimentos se levantam, é igualmente de perguntar se não vai sendo aconselhável estender a modalidade, criando o incentivo que a escola é, no interior. Sempre foi nosso defeito (que por isso se diz congénito) centralizar iniciativas para programar tudo e não aproveitar nada.

É de esperar, portanto, que as promessas no que concerne à prática do remo e à criação de escolas onde, teoricamente, serão dadas as primeiras — e mais importantes — lições, responda às necessidades da modalidade em Portugal e que Moimenta da Beira, Alfândega da Fé, Odemira, Alcoutim, Ourique e Alcácer do Sal possam vir a ser forjas para praticantes, e quem sabe se mesmo para as «vedetas» que não temos e desejamos.

A massificação desportiva, que parece não ter ainda chegado ao remo, por muitos tido como modalidade «razoavelmente burguesa», cremos que por lamentável confusão com a vela e outras da mesma «linhagem», terá uma palavra a dizer no necessário incremento desta prática, que passará a contar, também, com melhores escolas náuticas a implantar em casas que já foram fábricas e armazéns cedidas, ao que nos dizem, por algumas autarquias locais.

Num conjunto de iniciativas previstas para, mais que avivar o culto do remo, fomentar, desde os locais de trabalho e as escolas uma modalidade tão desprezada no nosso país — exceptuam-se as provas que normalmente se efectuam no Douro e no Zêzere —, a bacia deste afluente do Tejo, que faz lembrar a mansidão espiritual dos lagos suíços, será local e centro de estágio internacional. Os polacos que nos visitaram fizeram do rio isso mesmo, com técnicos qualificados, equipa médica competente e, sobretudo, técnicos activos.

Plenário de futebol

Jogadores discutiram política e previdência

Totobola e previdência preencheram os pontos da reunião que o Sindicato dos Jogadores de Futebol levou a cabo no Porto, e que Agostinho Oliveira, na qualidade de presidente da organização da classe considerou como «uma vitória do Povo Português e do profissional de futebol».

O centro-campista Barbosa (Boavista) levantou, entretanto, uma questão que movimentou todo o plenário: o problema dos descontos a fazer sobre os ordenados, prémios e «luvas», que nada têm a ver com as da «Lockeed», ou sobre um quantitativo a fixar, uma vez que aos trinta anos um futebolista está praticamente «liquidado» para a profissão. Do diálogo requltou a luz, e os presentes ficaram a saber que assistência médica, abono de família, reforma e outros direitos lhes eram consagrados, o que, aliás, se aplica às outras classes socioprofissionais, e que até final da época os descontos seriam feitos sobre o ordenado mínimo nacional.

Problemas nas relações entidade patronal (clube)-jogador, que um jogador do Salgueiros levantou, referindo-se designadamente ao diferendo entre o Lourosa e o seu assalariado João Cruz (delegado sindical) ocuparam o tempo restante, já inclinado para discussões de índole política nas relações de trabalho.

PUB

Sindicato dos Electricistas do Sul

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

2.ª convocatória

Pela presente comunica-se a todos os associados do Distrito de Lisboa que **a sessão marcada para o dia 27 do corrente foi adiada** para **o dia 4 de Março às 20,30 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.**

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO: Discussão e votação (por voto directo e secreto), sobre o disposto nos Estatutos

Art.º 6.º

«O Sindicato, como afirmação concreta dos princípios anunciados, pode aderir, por um lado, às uniões e Federações que se formem e por outro, à central sindical única por decisão da Assembleia Geral de Sócios.»

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1976

O presidente da mesa da Assembleia Geral
Antero da Silva Gabão

Nacional

Médicos do Porto discutem Serviço de Saúde

A primeira de uma série de reuniões da secção regional do Porto da Ordem dos Médicos terminou com uma questão sem resposta objectiva: quem é a favor ou contra o Serviço Nacional de Saúde.

O decreto-lei em causa, que estabelece um programa de integração em tempo total dos médicos nas carreiras hospitalares, data de 27 de Novembro passado. A mesa que presidiu aos trabalhos da reunião da assembleia extraordinária da Ordem realizada no passado sábado na sala magna da Faculdade de Medicina, admitiu a comparência da Comissão do Ciclo Clínico. Falou em sua representação o prof. dr. Silva Leal, que exprimiu preocupação quanto às regras que abrangem o ensino superior, sem que paralelamente tenha sido tratada a sua reforma pois, de acordo com o decreto em questão, as faculdades de medicina serão abolidas. A docência, no entender do professor, não é «qualidade de geração espontânea», o que crê vir a colidir com a disposição prevista na lei, a qual faz supor da compulsão dos médicos hospitalares para ingresso no ensino. Neste campo, disse ainda, ser necessário primeiro apetrechar os hospitais para a investigação, docência e assistência, além de que «sem legislação complementar e criação de órgãos de gestão não tem aplicabilidade prática» o teor das normas preconizadas no decreto.

O estatuto de funcionários públicos não agrada também aos médicos, que por ele seriam abrangidos dentro do regime em que está proposto o Serviço Nacional de Saúde, segundo o parecer de outro orador, o dr. Luciano Brito. A descentralização sanitária, com a necessária distribuição dos técnicos de saúde pelo país, prevê o afastamento dos hospitais centrais e distritais e sua colocação nos regionais. Não obstante, foi frisado que estão somente em causa alguns pontos de má articulação do disposto no decreto-lei e não o seu espírito.

A continuação da discussão do S.N.S. foi acertada entre os presentes, prevendo-se para breve nova reunião. Outro ponto de importância focado na assembleia foi a Previdência, que os trabalhadores mantêm vivo o desejo de continuarem a gerir. Pela dr.ª Eva Xavier, foi anunciado o pedido de sindicância às cúpulas da Previdência, que desde sempre não prestam contas sobre verbas despendidas e orçadas em trinta milhões de contos. Sobre este problema, disse, nunca os médicos foram ouvidos.

Alunos de enfermagem contra diploma único

Alunos de sete escolas de enfermagem insurgiram-se contra o diploma único de enfermagem, proposto pelos sindicatos de classe das Zonas Norte, Centro e Sul e Funchal.

A questão pode traduzir-se em duas linhas de opinião, divergentes, e que preconizam ora um diploma único, neste caso tido por injusto pois que contemplaria formações vincadamente diferenciadas, ora outro que contemplaria as formações profissionais recebidas, especificamente.

A este respeito, os alunos das sete escolas de enfermagem afirmam desejar «que uma formação profissional que tenha exigido mais largas bases, mais esforço, mais tempo escolar, se reflicta no respectivo diploma. Isto é o mínimo que qualquer futuro profissional pode reivindicar. De contrário, teremos o estímulo à facilidade».

Assim, os estudantes pretendem que seja considerado como prémio para a exigência da preparação profissional adquirida o diploma diversificado de acordo com o grau atingido.

A questão põe-se particularmente no que respeita a auxiliares de enfermagem e enfermeiros, de preparação dita completamente diferente e para o que, por isso, o diploma nunca poderia ser idêntico.

Estes pontos são assumidos pelos alunos das Escolas de Enfermagem de S.Vicente de Paula, Missionárias Francisca nas de Maria, Cruz Vermelha Portuguesa, Escola Técnica de Enfermeiras, Imaculada Conceição do Porto e Escolas de Enfermagem de Évora e Açores.

"Dossier" Docapesca

Continuação da pág. 13

o sector pesqueiro reside na obtenção da mesma e na racionalização de um mercado dominado pela anarquia capitalista.

QUANDO A MAURITÂNIA ENTRA EM JOGO

Há que pensar que, a curto prazo, existem viabilidades para que as portas da Mauritânia nos sejam fechadas em virtude das exigências financeiras dos seus contratos (o que não implica que elas não sejam normais) e em razão de uma progressiva e acentuada rarefação do peixe nas suas águas territoriais. No momento em que a maior fonte de abastecimento em peixe do País corre o risco de desaparecer, há que pensar seriamente na reivindicação avançada pelos pescadores, e que preconiza o alargamento das nossas próprias águas territoriais de pesca. O alargamento em questão para 200 milhas (actualmente limitadas a 12) permitiria abranger áreas do Atlântico ricas em bancos de pescado e possibilitaria, inclusive, a realização de contratos com outros países.

Esta reivindicação, como é óbvio, não recolhe o apoio necessário do Governo, na medida em que o alargamento unilateral por parte de Portugal das suas águas territoriais de pesca, implicaria fricções a nível internacional e significaria igualmente o trilhar de uma política estrangeira totalmente diferente daquela por onde enveredámos...

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

MOÇÃO

Os delegados sindicais do Sindicato de Trabalhadores de Seguros do Sul, reunidos em plenário na sede do Sindicato em 7 de Fevereiro de 1976.

CONSIDERANDO:

— Que por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Sociais se extingue o Conselho Coordenador da Previdência, e a respectiva Comissão Executiva;
— Que, por decisão do mesmo Secretário de Estado foi nomeada uma nova Comissão Administrativa para a Federação das Caixas de Previdência, tendo sido demitidos os representantes dos trabalhadores na mesma;
— Que, qualquer destas decisões, visa afastar os trabalhadores de Gestão da Previdência;
— Que os representantes dos trabalhadores nas Comissões Administrativas e no Conselho Coordenador de Previdência têm estado efectivamente ao serviço dos trabalhadores;
— Que a Previdência só estará efectivamente ao serviço dos trabalhadores se por eles for gerida;
— Que tudo isto se integra na escalada repressiva e de ataque premeditado às conquistas dos trabalhadores, desencadeada após o 25 de Novembro.

DECIDEM:

a) Exigir do Secretário de Estado da Segurança Social:

1 — Que o Conselho Coordenador da Previdência continue a funcionar, sendo reconduzidas as suas Comissões Executivas;

2 — Que os representantes dos trabalhadores na Comissão Administrativa da Federação das Caixas sejam reintegrados;

b) Informar o Secretário de Estado da Segurança Social de que não admitirão qualquer tentativa de demitir as Comissões Administrativas e afastar os trabalhadores da Gestão da Previdência, direito este de que em caso algum abdicarão.

A MESA

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

MOÇÃO

O Sindicato de Garagens e Transportes, ao ter conhecimento das justas aspirações dos trabalhadores do Sector de Cerâmica da Fábrica de Loiças de Sacavém, manifesta o seu repúdio, pela forma como o Ministério de Trabalho/Administração da Fábrica se compreendem como bons defensores do Capital.

Este Sindicato sempre ao lado das justas lutas dos trabalhadores, apoia a sua proposta reivindicativa, considerando que a mesma está longe de poder fazer face ao aumento constante do custo de vida, porque é sobre os trabalhadores mais explorados que ela se faz sentir.

SÓ UNIDOS E ESCLARECIDOS ATINGIREMOS O NOSSO OBJECTIVO

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

PUB

Trabalhadores da Indústria Química Unidos

EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL

BEJA	25 — 4.ª FEIRA — ÀS 21 H.	METALÚRGICA ALENTEJANA RUA DE LISBOA
M. GRANDE	25 — 4.ª FEIRA — ÀS 19 H.	TEATRO STEPHENS
LEIRIA	26 — 5.ª FEIRA — ÀS 19 H.	PAVILHÃO DA FEIRA
FARO	26 — 5.ª FEIRA — ÀS 21 H.	CÍRCULO CULTURAL RUA DO CHIADO
A. DO SAL	27 — 6.ª FEIRA — ÀS 21 H.	CÂMARA MUNICIPAL SALÃO NOBRE
ALHANDRA	27 — 6.ª FEIRA — ÀS 21 H.	SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE
ABRANTES	28 — SÁBADO — ÀS 16 H.	UNIÃO DESPORTIVA ROSSIENSE ROSSIO AO SUL DO TEJO
ÉVORA	28 — SÁBADO — ÀS 10 H.	SEDE DO I.N.A.T.E.L.
CARTAXO	29 — DOMINGO — ÀS 10 H.	CASA DO POVO
LISBOA	1 DE MARÇO SEGUNDA-FEIRA — ÀS 20.30 h.	VOZ DO OPERÁRIO

O nosso Contrato Vertical é uma realidade e sê-lo-á certamente com a tua participação.

O CONTRATO É TEU! PARTICIPA NA DISCUSSÃO!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA! POR UMA VIDA MELHOR!
EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL!

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO

Geral

CHEGOU SÉRVULO CORREIA

Vai ser negociado novo acordo de emigração com Paris

«Sob todos os pontos de vista, não há dúvida que a visita foi um êxito e que regresso satisfeito com o que vi e com os resultados conseguidos» — disse o secretário de Estado da Emigração, Sérvulo Correia, ontem à tarde no aeroporto de Lisboa no seu regresso de Paris.

A missão que o levara a França — disse — «foi em primeiro lugar verificar «in loco» como arrancavam as operações de recenseamento eleitoral; depois, uma auscultação tão ampla quanto possível, dentro dos actuais condicionalismos, à comunidade portuguesa em França»

Por esta comunidade, pela auscultação e pela consulta sobre os seus problemas, passa — disse Sérvulo Correia, um novo acordo de emigração a negociar com as autoridades francesas.

Falando do recenseamento, o secretário de Estado disse que este ano, ao contrário do que aconteceu no ano passado, podem recensear-se todos os emigrantes, «independentemente do tempo há que vivam fora do nosso país». E falou do seu agrado de ter visto no Consulado de Portugal em Paris os primeiros cidadãos portugueses a entregarem os seus boletins de recenseamento.

Sérvulo Correia teve uma reunião com todos os consules portugueses em França; estes disseram-lhe que as operações de recenseamento estão a decorrer com toda a normalidade.

Quanto ao futuro acordo franco-português sobre a emigração, ele está em preparação, e na sua preparação estão a participar todas as delegações da SEE em França e bem assim as três principais centrais sindicais francesas: a CGT, a CFDT e a FO. Foram também solicitados para se pronunciarem, os três partidos com representação no Governo: o PS, o PPD e o PCP.

PROBLEMAS DOS EMIGRANTES

Sobre uma reunião na tarde de sábado, com muitos dos representantes das associacões portuguesas existentes em França, aquele membro do Governo sublinhou ter sido uma «reunião difícil — porque os emigrantes portugueses em França, neste momento, têm, em muitos pontos, sérias razões de queixa e pretensões graves e de solução urgente a apresentar ao Governo português. Nomeadamente, por exemplo, no que toca a problemas de ensino às crianças portuguesas em França, problemas de transportes dos emigrantes quando se deslocam a Portugal em férias, ainda no que toca às formas de utilização em Portugal das remessas dos emigrantes e de garantia das formas pelas quais os emigrantes empregam aqui poupanças, que significam normalmente muito trabalho e algumas privações».

Sauvagnargues amanhã em Lisboa

Para uma visita oficial a Portugal chega amanhã a Lisboa o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean Sauvagnargues, acompanhado por uma delegação oficial.

O ministro francês travará conversações com o seu homólogo português Melo Antunes, e avistar-se-á com o Presidente da República e o Primeiro-Ministro na próxima sexta-feira.

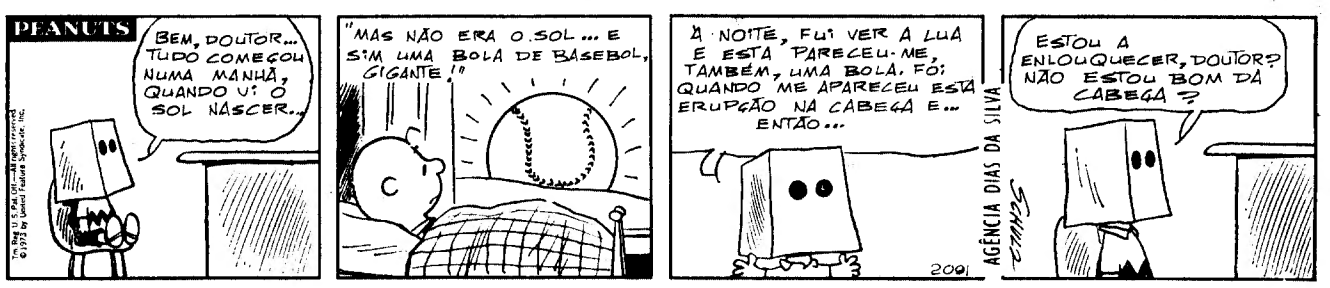
BARES · BOITES

RESTAURANTES TYPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Tina, Striptease-seuse.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264946**



Vinhos de Portugal para a C.E.E.

Portugal poderá exportar para a Comunidade Económica Europeia durante o ano em curso, 305 mil hectolitros de vinho do Porto, 15 mil hectolitros de vinho da Madeira e 30 mil hectolitros de vinho Moscatel de Setúbal.

A França será o nosso maior importador de cinhos do Porto e da Madeira, respectivamente com 114 240 (cerca de 38 por cento do total do contingente atribuido) e 5340 hevtolitros.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	295$	295$	—
Cons. 3 %	—	320$	—
Cons. 3 1/2 %	—	350$	—
Centenários	—	800$	—
Tes. 5 %	—	830$	—
Tes. 10 %	545$	540$	550$
Extern. 1.ª - s.	—	450$	—
Extern. 1.ª - c.	—	450$	—
Extern. 3.ª - s.	—	450$	—
Extern. 3.ª - c.	—	460$	—
Caut. 3.ª - s.	—		
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	750$	750$	760$
C.M.L. 5 3/4 %	—	820$	—
C.P. 5 1/2 % — 67	—	720$	—
C.P. 5 1/2 % — 68	720$	720$	725$
C.P. 5 1/2 % — 69	720$	—	725$
Corr. 5 3/4 %	—	810$	—
Metr. 5 3/4 %	—	830$	—
Tur. 5 3/4 %	—	810$	—
C.P. 6 3/4 %	—	835$	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	—	—	750$
G. 5 % — 59	—	—	—
G. 5 % — 62	—	—	—
G. 5 % — 63	—	—	—
G. 5 % — 64	—	—	—
G. 5 % — 65	—	—	—
G. 6 % — 67	—	—	—
G. 6 % — 69	—	820$	—
G. 7 %	—	860$	—
H.E.A.A. 5 %	—	610$	—
H.E.C. 5 %	—	700$	—
H.E.C. 6 %	—	780$	—
H.E.D. 5 %	600$	600$	—
H.E.D. 6 %	—	780$	—
H.E.N.P. 5 %	—	700$	—
H.E.S.E. 5 %	—	—	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	750$
H.E.Z. 5 % — 57	—	—	—
H.E.Zèz. 6 %	—	770$	—
N. Elec. 5 %	670$	670$	—
N. Elec. 6 %	—	680$	—
Termoel. 5 %	—	610$	—
U.E.P. 5 % — 60	—	—	—
U.E.P. 5 % — 63	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	760$	—
U.E.P. 7 %	—	—	800$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	700$	690$	710$
A.P.T. 5 % — 58	—	—	—
Lisnave 6 %	—	770$	—
Nitratos — 60	—	—	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	860$	—
Sacor 7 %	—	820$	830$
Sacor 5 % — 54	—	—	—
Sacor 5 % — 60	—	850$	—
Sid. 5 % — 2.ª	—	—	750$
Sid. 5 % — 3.ª	—	—	750$
Sid. 5 % — 4.ª	—	—	750$
Socel 5 %	—	850$	—
R. Fabril — 67	—	835$	—
R.ª Fabril — 68	—	—	830$
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % — 57	—	—	—
Rev. 5 % — 59-60	—	—	—
Moçambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	13º
P.DOURADAS	
COIMBRA	15º
PORTALEGRE	12º
LISBOA	12º
FARO	14º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA — Máxima 23º

P.DA SAÚDE — Mínima 2º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º
Atmosfera 8º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
0.24	3,5 m	6.30	1,5 m
13.07	3,3 m	18.53	1,6 m
Dia 26			
1.30	3,6 m	7.32	1,4 m
14.07	3,5 m	19.48	1,4 m
Dia 27			
2.25	3,8 m	8.20	1,2 m
14.55	3,7 m	20.32	1,3 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente limpo: vento fraco temporariamente moderado de Leste no Algarve.

AMANHÃ

NASCER ÁS 8.15
OCASO ÁS 19.25

DIA 1 | DIA 9 | DIA 16 | DIA 22

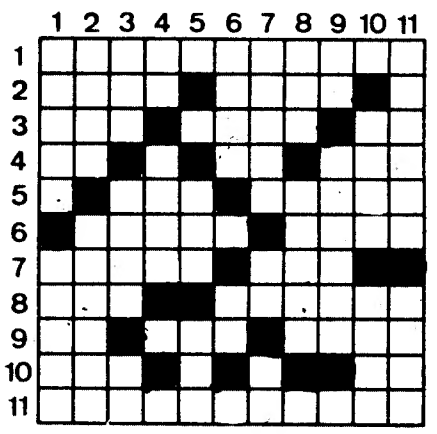
Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11305

HORIZONTAIS:

1 Gratas.
2 Filtres. Freguesia do concelho de Gouveia.
3 Pau-ferro. Toro. Vossa Senhoria.
4 Ruim. Artigo definido. Epelido. Termo.
5 Letra grega. Saliente.
6 Junção da preposição de, com o pronome ou adjectivo demonstrativo esta. Ligues.
7 Diadema. Larva das feridas dos animais.
8 Patrão. Queridos.
9 Nota musical. Nome de jogo. Aumenta.
10 Agora. Zomba.
11 Seguirias o rasto ou pista de.



VERTICAIS:

1 Por cima. Animação.
2 Pinga. Domesticara.
3 Culpado. Nome de fruto. Artigo definido.
4 Campeão. Cada uma das partes duras e calcificadas que formam o esqueleto dos animais.
5 Sufixo que designa pequenez. Saia frequentemente à rua.
6 Nome de letras. Preposição e artigo definido.
7 Videiras. Artigo indefinido. Bário (sq).
8 Rei lendário de Tróia, fundador de Ílion. Brisas.
9 Compaixão. Morto.
10 Profissão. Produto.
11 Tremores de terra. Numeral cardinal.

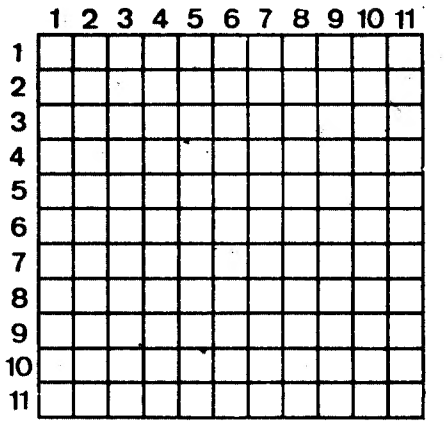
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7465

HORIZONTAIS:

1 Ilha pertencente à província de Macau. Obrigação.
2 Pessoa que se embriaga (pl). Voejar.
3 Artéria. Palmeira da Amazónia.
4 Libertar. Rio de França.
5 O lado do vento (inv). Nome de fruto. Pronome pessoal.
6 Baú. Cidade do Peru.
7 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Ilha do Pequeno Belt.
8 Cueis. Rezar.
9 Rio de França. Míseros. Ninho.
10 Dança. Esbarram e não andam.
11 Guarneceis de asas. Amolgadura.



VERTICAIS:

1 Nome de passaro. Termina.
2 Costela (fig). Esteiros.
3 Tempo do verbo ir. Agrupava.
4 Nome de letra. Levantas. Vi.
5 Artigo definido. Irmã da mãe. Vazias.
6 Caminho (abrev). Genro de Maomé.
7 Centiare. Mói. Figura que simboliza o povo americano.
8 Naquele lugar. Metal precioso de cor amarela. Porco.
9 O mesmo que arraial. Tépidos.
10 Petiza. Camareiras.
11 Louco. Curte por meio de crómio.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11304

HORIZONTAIS:

1 Unam. Adiras.
2 Lupas. Idosa.
3 Vaiara. Si.
4 Pêra. Isolar.
5 Ama. Am. Bali.
6 TOMAR. Ita.
7 Atolaram. As.
8 Re.
9 Importa. Uro.
10 Apó Ion.
11 Morosos. Ovo.

VERTICAIS:

1 Ul. Pararíam.
2 NUVEM. Tempo
3 Aparato. POR.
4 Maia. Ló.
5 Sa. Amarras.
6 Rimar.
7 Dias. Rapais.
8 Id. Ob.
9 Ro. Lai. JUNO.
10 Assalta.
11 Sairias. Oro.

PROVÉRBIO: **Tomar a nuvem por Juno**

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7464

HORIZONTAIS:

1 Agarraram.
2 Cairo. Aru.
3 Au. Soa. Vime.
4 Uma. Uai!
5 Feras. Rapai.
6 Acolá. Ana.
7 Aro. Idade.
8 Amarga. Cala.
9 To. Rã. Cor.
10 Arrendariam.
11 Maurá. Saa.

VERTICAIS:

1 Adaufe. Atam.
2 Ume. Amora.
3 Ac. Arara. Ru.
4 Rãs. Acorrer.
5 Rio. Só. Gana.
6 Arau. Lia
7 Ro. Arad. Cãs.
8 Via. Açora.
9 Mai. Padaria.
10 Rm. Anel.
11 Suécia. Arma.

farmácias de serviço

LISBOA

TODA A NOITE

AJUDA
Tapada, Calçada da Tapada, 38-A (Tel. 634721)

ALVALADE
Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) (Tel. 765252); **Celta**, Rua Moura Girão, 3-B (Tel. 710621); **João XXI**, Av. João XXI 16-A (Tel. 726462)

AREEIRO
Avenidas (das), Av. da República, 27 (Tel. 533688)

CAMPOLIDE
Oliveira, Rua de Campolide, 54-A (Tel. 684424)

CARNIDE
J. Ribeiro, Estrada da Luz, 199-A (Tel. 780969)

ESTRELA
Paivas e Parente, Rua de Santo António à Estrela, 86 (Tel. 665196)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-A/B (Tel. 720703-728395)

OLIVAIS SUL
Simão, Rua Cidade de Cabinda, 16-A (junto da piscina) (Tel. 310581)

S. MAMEDE
Cunha, Rua Escola Politécnica, 16 (Tel. 325455)

S. PAULO
Africana, Rua Bernardino Costa, 45 (Tel. 269120)

XABREGAS
Salter, Rua de Xabregas, 63 (Tel. 381185)

TURNO G-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222 (Tel. 638256)

ALFAMA
Arnali, Rua das Escolas Gerais, 88-A (Tel. 863940)

ALVALADE
Sanex, Avenida da Igreja, 31-C (Tel. 717505)

BAIRRO ACTORES
Nobel, Rua Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental, lado Sul) (Tel. 842152)

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216)

BAIXA
Azevedo Rossio, 31 (Tel. 327478)

BENFICA
União Estrada de Benfica, 592 (Tel. 700092)

CAMPO DE OURIQUE
Porfírio, Rua Francisco Metrass, 59-B (Tel. 663349)

ESTRELA
Gama, Calçada da Estrela, 130 (Tel. 660339)

LAPA
Carrasco, Rua Presidente Arriaga, 39 (Tel. 667460)

LUMIAR
Central do Lumiar, Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480)

PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde Monsaraz, 17-B (Tel. 842533)

REGO
G. Silva, Rua Francisco Tomás Costa, 3-C (Tel. 771873)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-A (próximo do Hotel Sheraton) (Tels. 48966-553601)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R.António Granjo, 2 (T.2113161)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Até às 22 horas

OEIRAS
Oeiras, L.Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Toda a noite

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204). Toda a noite

MURTAL
Primavera, R.das Parreiras, 2 (T.2472278). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Lopes, R.Hangar, 3 (T.260008). Toda a noite

CASCAIS
A.Costa, R.Freitas Reis, 24-C (T.280214). Até às 22 horas; **Cordeiro**, Av. C.G.Guerra, 40 (T.280170). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T.934589); **Campos**, R.Elias Garcia, 185 (T.930072); **Clabel**, R.António Sardinha, 23-D (T.938551)

DAMAIA
Confiança, E.Militar, lote D (T.9710231)

VENDA NOVA
Girassol, R.Elias Garcia, 17-C (T.974161)

QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)

CACÉM
Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)

COLARES
Abreia (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Central, R.de Olivença, 11-B (T.2750504)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Pimenta, R.Cons. Joaquim António de Aguiar, 259 (T.2073012)

COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E.das Barrocas, 50-A (T.2494182)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Montepio, R.Almirante Reis, 93 (T.2310035)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL
Normal do Sul, P.do Bocage (T.22216)

SEIXAL
Sromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 6

ATÉ ÀS 22 HORAS

Bonfim, R.do Bonfim, 73; **Guimarães**, R.d Francos, 37; **Castro Carneiro**, R.d Padre Cruz, 146; **Henriques**, P.da Batalha, 64-A; **Moreno, Ld.ª**, L.de S.Domingos, 44; **Serpa Pinto**, R.de Serpa Pinto, 645; **Vasques**, R.das Condominhas, 794

TODA A NOITE

Vilarinha, R.da Vilarinha, 161; **Liga Ass. Soc.Mútuos**, R.do Bonjardim, 286; **Guerra**, R.d Costa Cabral, 43; **Lemos e Filhos**, P.de Carlos Alberto, 31

COIMBRA

Rodrigues da Silva — Rua Ferreira Borges, 32 — Tel. 24348; **S. José**, Arcos do Jardim, 41 (Tel. 24697)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1976

ÁDOQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan não Enche Barriga»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé!»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»

COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»

VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»

S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»

EUROPA
21.30 (18 anos)
«Sua Excelência Gostava de Saias»

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delícias Turcas»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»

PARIS
21.00 (18 anos)
«A Rebelde Apaixonada»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Bob e Carol e Ted e Alice»

JARDIM
21.15 (13 anos)
«Dilema em noite de Núpcias»

IDEAL
21.15 (18 anos)
«Iniciação carnal»

ARCO
21.30 (10 anos)
«O Comboio apitou três Vezes»

PALÁCIO FOZ
21.100 (13 anos)
«A Rainha Kelly»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Empresta-me o teu Motorista»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Dentista na Cama»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Que Noite de Núpcias»

ESTORIL
Palácio
21.30 (18 anos)
«O Exorcista»

LINHA DE SINTRA

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Um filme doce»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (13 anos)
«O Expresso de Von Ryan»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Os Homens que Contam»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

COLISEU
21.15 (6 anos)
Grande Companhia Internacional de Circo

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«O Dia da Violência»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáina»

RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»

TRINTADE
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Quando há guerra há Esperança»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«A Confissão de um Comissário»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Vício»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«As Viúvas Alegres»

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«A Escapadela»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«A Mulher de Azul»

S.TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
«As Aventuras de Pinóquio»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Batalha de Neretuza»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Sou curiosa»

cinemas

CASTIL
T.530194 — Estreia às 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
MÓNICA E O AMOR
c/ Glória Guida, Paolo Carlini
Real. Mário Imperoli
Às 15.30 e 18.30
«AS INSACIÁVEIS»

IMPÉRIO
T.555134 — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
67 DIAS
Panavision
Para todos
Nas tardes de Carnaval
«FESTIVAL DO OESTE»
Hoje às 18 e 30
(Maiores 18 anos)
MULHER À DERIVA

ROYAL
T.865037 — 15.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CHAMAVAM-LHE AMEN
Carnaval - cinema e baile

POLITEAMA
T.326305 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. men. de 18 anos
AS ORGIAS SEXUAIS DE CAMILLE

VOX
T.720808 — 15.15, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
Um filme de Marco Vicário

ROMA
T.727778 — 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
AS INSACIÁVEIS
com Luciana Paluzzi e Robert Hoffman
5.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Grupo B — M. 10 anos
Festival Jerry Lewis
AS NOITES LOUCAS DO DR. VERRYLL
Um filme de Jerry Lewis

EDEN
T.320768 — A partir de hoje às 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Quanto mais prima...
«PECADOS EM FAMÍLIA»
c/ Simonetta Stefanelli, Michele Placido
Às 14, 16.30 e 19 h (Int. men. 18)
O PADRINHO

ODEON
T.326283 — Hoje às 21.15
Não acons. a menores 18 anos
Sensacional reaparição da famosa SARA MONTIEL na maliciosa comédia musical
5 ALMOFADAS PARA UMA CAMA
Tinha 5 amantes. Mas logo fugiram quando ela disse estar grávida, quem era o pai?

APOLO 70
T.763319 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
9.ª Semana
Hoje às 24 h (Grupo D - M/18 anos)
O CARTEIRISTA

CASINO ESTORIL
T.264621 — 17.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
QUE NOITE DE NUPCIAS!...
c/Lando Buzzanca e Iva Furstenberg

S. JORGE
T.54153/4 — 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A SÉTIMA ALVORADA
2.ª Semana
Uma história de amor e aventura

RESTELO
T.610375 — 21.00
Não acons. a men. 13 anos
A VINGANÇA DE MONTE CRISTO

AVIS
T.47163 — 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos (M de 6 anos)
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
14.ª Semana
Amanhão mesmo programa

CARLOS MANUEL — SINTRA
T.2930394 — 21.00
Int. a menores de 18 anos
UM FILME DOCE

ESTÚDIO
T.555135 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
5.ª Semana

ESTÚDIO 444
T.779095 — 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
O RALLYE DAS GOZONAS
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
9.ª Semana

MUNDIAL
T.538743 — Hoje às 21.15 h — Estreia
Não acons. a menores de 13 anos
«O MATRIMÓNIO»
Visto por Claude Lelouch

UNIVERSAL
T.774402 — 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
de Rui Simões
Às 17 e 23 h
Não acons. men. 18 anos
SANGUE CONDOR

CONDES
T.322523 — 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 13 anos
Ele aí está — tremendo — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

BERNA
T.776098 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
HENNESSY
(O Militante)
5.ª Semana
um filme de Don Sharp

LONDRES
T.801313 — 14.15, 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

ROXY
T.48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
EMILIENNE
com Betty Mars e Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T.570596 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. men. de 13 anos
ENTRE DOIS DESTINOS
com Joseph Bottom e Deborah Raffin

ALVALADE
T.897480 — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. 13 anos
Ele aí está — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA
com Raymond Pellegrim

PATHÉ
T.821933 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Quente como fogo, duro como aço
JUSTIÇA DE MULHER

NIMAS
T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri

rádio

1.º Programa
15.00 Painel da tarde
18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.00 Cultura e actualidade, por Luís Pereira de Sousa
19.30 Música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 2.º episódio do folhetim «A Noite e a Madrugada», de Fernando Namora, numa adaptação de Judith Navarro — painel da noite
22.00 Consultório educativo, programa do Secretariado para a Reestruturação do Ensino Secundário
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa
16.20 Quarteto de cordas
17.10 Música de piano
18.00 Cantata BWV 106, de Bach
18.25 Música de bailado
19.20 Sonatas para viola de arco e piano
19.50 Solos de alaúde
20.00 Intercâmbio musical
20.25 Suites para orquestra
21.00 Ópera
23.00 Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo — música de câmara
23.32 Obras de Monteverdi
23.50 Solos de piano
00.22 Música sinfónica
01.00 Fecho

3.º Programa
16.00 Emissão nacional — ela por elas
18.00 Emissão regional — contacto — teatro trágico dos Parodiantes de Lisboa
20.00 Hora e meia
21.30 Quando o telefone toca
23.00 Boa noite

4.º Programa
16.00 Música variada
17.00 Canções
18.00 Apenas música
19.00 Em órbita
20.00 Orquestras
21.00 Concerto
22.00 Jazz
00.00 Prisma
02.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), **233,2** m — **1286** KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), **93,2** MHz

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

"Mães de Mirandela" manifestaram-se sem incidentes

. PORTO, 25 — A manifestação de mulheres anunciada para ontem em Mirandela, reuniu cerca de 400 manifestantes que se concentraram pelas 17 horas no largo fronteiro ao edifício da Câmara Municipal e que percorreram as ruas da vila sem incidentes. Segundo informa a G.N.R. local, as suas forças são, agora, reforçadas para evitar a repetição dos desacatos que parece estarem na ordem do dia quando se realiza a feira trimensal da vila.

Durante o desfile, foi distribuído um comunicado a enviar ao Presidente da República, e foram recolhidas assinaturas para o mesmo. De acordo com esse comunicado, as «Mães de Mirandela, com os corações destroçados, exigem o fim da violência que indigna, da destruição que confrange e dos actos de terror que matam os seus filhos». Lembramos que esta manifestação foi levada a cabo a título de protesto pela morte de uma criança de 10 anos, no passado dia 13, por ocasião de um incêndio que destruiu a tipografia «Além Douro» e que se julga ter sido provocado. À frente das manifestantes ia, aliás, a Maria Teresa de Figueiredo Sarmento, mãe da referida criança. Apesar da G.N.R. ter sido reforçada, é de admitir que os desacatos continuem porque, segundo informações obtidas directamente esta manhã, os progressistas mais conhecidos da região continuam a ser perseguidos e ameaçados.

Funchal

Mais uma bomba às três da manhã

FUNCHAL, 25 — Uma bomba explodiu às três horas da madrugada de hoje no Caminho das Virtudes, S. Martinho, destruindo parcialmente o automóvel «Peugeot» com a matrícula MA-35-77, pertencente a José Luís Gonçalves.

A bomba fóra colocada sob a referida viatura, cujo proprietário é conhecido militante da F.E.C.-ml. Fortemente abanado pela explosão, o carro viria a embater noutro ali estacionado, causando vários danos no segundo veículo.

Elementos da Polícia Militar compareceram no local da explosão.

As circunstâncias indicam que foi reatada a série de atentados bombistas na Madeira, interrompida por algum tempo após o 25 de Novembro.

Projecto para o porto de Viana do Castelo vai a S. Bento

. VIANA DO CASTELO, 25 — A cidade poderá ver em breve resolvido o problema que se prende com o seu porto, que não apresenta neste momento condições para satisfazer as aspirações da população nem as necessidades da região, conforme foi assinalado no decorrer de uma reunião intercâmaras efectuada no edifício do Governo Civil do distrito.

No encontro foi dada notícia dos contactos e sondagens, entretanto feitos, da posição assumida face ao problema portuário, pela Direcção-Geral de Portos, segundo a qual o projecto para Viana do Castelo vai finalmente a despacho governamental. Prevê-se, assim, que o lançamento do concurso para a reconstrução do porto se venha a verificar até meados de Março e o início das obras possa ter lugar nos primeiros dias de Junho.

Na mesma reunião intercamarária foram debatidas outras questões, designadamente a poluição que nos últimos meses atinge o rio Minho. Duas moções, uma enviada ao Governo Português e outra ao rei de Espanha (onde se solicitam providências no sentido de impedir a construção de um centro de celulose em Puentares, que fica na margem do curso espanhol do Minho) esperam a resposta adequada, do mesmo modo que os contactos estabelecidos pelas autoridades vianenses com as autoridades galegas, para que venha a ser aberta a fronteira de Madalena.

"Northrop suborna em Portugal"

Um salto de composição desfigurou parcialmente a notícia que publicámos sob o título em epígrafe. Assim, onde se lia que «a SATA, linhas aéreas açorianas, ao que parece também está envolvida no caso, uma vez que tem operado com aviões do tipo Avro», deve ler-se «a SATA (...), ao que parece também *não está* envolvida no caso...», etc.

A própria sequência da notícia dava a entender, aliás, o não envolvimento das linhas aéreas açorianas no «caso Northrop». De qualquer modo aqui fica a pronta rectificação.

Afirmado em Lisboa

Estados Unidos e U.R.S.S. dominam recursos do mar

. Os Estados Unidos e a União Soviética pretendem a mais ampla liberdade de exploração dos recursos do mar, e dispõem de recursos financeiros e tecnológicos para o fazer — afirmou o comandante Serra Brandão, ao encerrar ontem, na Sociedade de Geografia de Lisboa, o ciclo de conferências sobre a «Exploração do Espaço Marítimo».

O orador que foi professor da Escola Naval e é autor de vários trabalhos sobre Direito Internacional Marítimo e Águas Jurisdicionais Portuguesas, assinalou que o «direito do fundo do mar» fora ultrapassado pelo progresso das ciências, e que se não for actualizado, terá, inevitavelmente, peso em eventuais conflitos internacionais. Defendeu, nesse conspecto, a necessidade das suas leis tradicionais serem modificadas em termos que facilitem a investigação científica, a descoberta de novos recursos e os meios de os explorar.

Referiu mais adiante que todos acreditam nas «imensas riquezas potenciais dos fundos do mar», mas que «são poucos os que dispõem de recursos financeiros e tecnológicos para os explorar». De acordo com o comandante, entre esses poucos encontram-se os E. U. A. e a U. R. S. S., que pretendem «a mais ampla liberdade de exploração» e resistem «às sugestões das autoridades das Nações Unidas para utilizar os recursos do mar, e regulamentar a sua prática».

Lembrou, por último, que foram iniciados os trabalhos preparativos da III Conferência do Direito do Mar, que já tem três sessões programadas. A quarta reunião está prevista para 14 de Março, e como as anteriores, decorrerá em Portugal.

Idi Amin defende presença da U.R.S.S. na África Austral

LONDRES, 25 — (R.) — O presidente Idi Amin, do Uganda, declarou ontem que a União Soviética devia continuar a trabalhar para a libertação total da África Austral, de acordo com a Rádio Uganda captada em Londres.

A emissora dizia que o presidente Amin declarou, ao encarregado de negócios soviético, que jamais seria contra a União Soviética, porque esta desempenhou um papel vital na libertação dos Estados africanos do imperialismo.

A União Soviética não devia reocupar-se nem escutar a propaganda imperialista mas continuar a trabalhar pela libertação total da Azânia (África do Sul), da Namíbia (Sudoeste africano), da Rodésia e da Palestina, teria afirmado o presidente, de acordo com a emissora.

Referindo-se à situação em Angola, onde o presidente Amin — presidente da Organização da Unidade Africana (O. U. A.) — reconheceu o M. P. L. A., disse que desejava ver os movimentos rivais, U. N. I. T. A. e F. N. L. A., promoverem a paz, em vez de organizarem grupos de guerrilha.

O presidente Amin declarou que havia telegrafado aos dirigentes dos países que fazem fronteira com Angola, pedindo-lhes que não autorizassem tais actividades por parte da F. N. L. A. e da U. N. I. T. A. contra o M. P. L. A.

A SUBVERSÃO VAI COMEÇAR

LUANDA, 25 — (F.P.) — «A confrontação directa vai suceder-se a subversão no interior do nosso país», declarou, nomeadamente, o ministro da Defesa da República de Angola, comandante Iko Carreira, aquando da apresentação, em Luanda, dos primeiros 2500 soldados-trabalhadores integrados na Organização da Defesa Popular (O. D. P.).

Estes soldados trabalhadores, que devem constituir em todo o país uma espécie de milícia popular armada, recebem formação militar, ideológica e política, e «fazem parte integrante das Forças Armadas Populares (F. A. P. L. A.)».

«Segundo as operações definidas pelo nosso movimento — prosseguiu o comandante Iko Carreira — os soldados trabalhadores devem garantir a direcção, o controlo e a defesa fundamental das conquistas da nossa luta. À confrontação directa pelas armas, entre Exércitos, vai suceder-se a confrontação camuflada e subversiva no interior do nosso país. Aliás isso já existe. E tal como fomos capazes de libertar as zonas ocupadas pelos Exércitos invasores, devemos ser capazes de combater os sabotadores, os elementos divisionistas e todos os que tentam modificar a orientação estratégica e táctica do nosso movimento.»

Refugiados denunciam banditismo da U.N.I.T.A.

Enquanto em Lisboa certos sectores políticos e dos retornados continuam a contestar o reconhecimento da República Popular de Angola proclamada pelo M.P.L.A. e a defender aos auto proclamados movimentos rivais, refugiados angolanos que começaram a chegar a Lisboa, vindos do sul da ex-colónia, denunciam o banditismo da U.N.I.T.A. que, durante a fuga, lhes roubou todos os haveres, maltratando-os e transformando a sua vida num verdadeiro inferno.

Os grupos de refugiados que ao princípio da madrugada de hoje começaram a chegar a Lisboa transportados numa nova ponte aérea que deverá durar doze dias, fazem parte de alguns milhares de portugueses e angolanos obrigados pelos elementos da U.N.I.T.A. a abandonarem as regiões de Lobito, Benguela, Sá da Bandeira, Roçadas e Pereira d'Eça.

A ponte aérea, que deverá transportar cerca de 500 refugiados por dia, tem Windhosek, capital da Namíbia, como ponto de partida.

Bombas em Viana: sete detidos

PORTO, 25 — Foram presos sete indivíduos em consequência da detecção e apreensão de uma quantidade de engenhos explosivos.

A informação consta de um comunicado da P. S. P. de Viana do Castelo, que adianta terem os indivíduos em questão recolhido à cadeia de Custóias. Eis as suas identidades:

Manuel da Costa, de 20 anos, natural de Fornelos, Ponte de Lima; António de Passos Rodrigues Pinto, de 33, residente em Santa Marta de Portuzelo; Carlos Barros Moreno, de 18, residente em Perre; Fernando Gonçalves Alheira, de 20, residente no bairro do Jardim daquela cidade; José António Rodrigues Araújo, de 16, natural de Paredes de Coura e Manuel Filipe de Sá Pereira Novo, de 20anos, natural de Monserrat e residente na Rua de Olivença.

Foi ainda detido Armando Teixeira Ferreira de Barros, de 20 anos, desempregado, residente na Rua Sá da Bandeira. Por altura da detenção, trajava uniforme militar camuflado e era portador de um engenho explosivo.

Constituinte adiada para a semana

Em consequência de não se encontrar ainda assinado o pacto entre o Conselho da Revolução e os partidos políticos, não se justifica a realização do plenário da Assembleia Constituinte marcado para hoje, informa uma nota da Direcção-Geral de Informação.

Embora sujeito a confirmação, fica convocado o plenário para o próximo dia 3 de Março (quarta-feira), pelas 15 horas.

Tem, no entanto, prosseguido a actividade das 5.ª comissão, bem como a da comissão de redacção, esperando-se para breve o início do trabalho da comissão do preâmbulo, que já se encontra constituída.

C.D.S. reuniu com o arcebispo

PORTO, 25 — Freitas do Amaral, presidente do C.D.S., encontrou-se anteontem nos arredores de Braga, mais concretamente no Sameiro, com o arcebispo D. Francisco Maria da Silva.

Segundo apurámos, o encontro verificou-se no Centro Apostólico do Sameiro e nele participaram algumas dezenas de padres, bem como elementos do C.D.S. Entretanto, contactado o Paço Episcopal, nada de concreto nos foi dito sobre o encontro, embora confirmassem a presença do arcebispo no Sameiro. Por sua vez a secção local do C.D.S. mostrou total desconhecimento deste encontro. Admitiu-o como provável, mas apenas «de cortesia».

nota tome

VOLTA?

Numa reunião de trabalho efectuada ontem, terça-feira, dia 24, um conhecidíssimo advogado lisboeta recusou a proposta de continuação do encontro para amanhã, quinta-feira, dia 26. Motivo apresentado para a recusa: o advogado teria que ir a uma das fronteiras encontrar-se com Sanches Osório. Pelas palavras do causídico, alguns dos presentes deduziram que o ex-secretário-geral do P. D. C., ex-ministro da Comunicação Social e major até ao 28 de Setembro, estaria a preparar o seu regresso a Portugal.

MALTÊS

Comandante da Polícia de Choque antes do 25 de Abril, encarcerado após esta data e libertado recentemente, o capitão Maltês Soares provocou sensação na sexta-feira passada quando apareceu junto do dispositivo de segurança que «protegia» o Palácio de S. Bento durante a manifestação do CLARP.

Últimas

Barbosa de Melo: "P.P.D. pode não assinar"

«Só com muito optimismo o P.P.D. assinará hoje o pacto, mas em todo o caso isso não está excluído» — disse Barrosa de Melo, membro da delegação do P.P.D. que esta manhã se avistou com o major Melo Antunes com o objectivo de chegar a um acordo final sobre o texto do Pacto Constitucional M.F.A.-Partidos.

Interrogado sobre se a demora da assinatura do Pacto não poderá provocar atraso nas eleições, o dirigente do P.P.D. pronunciou-se pela negativa, avançando que a causa directa da demora das eleições poderá resistir no ataso da aprovação da Constituição.

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA